

GRUPO POLITICA JULHO

2019

Coletânea de artigos sobre a conjuntura

Contexto e Análise

Org. Paulo Timm – Usa sala de aula

Paulo Timm

Um velho conselho do meu sábio avô, ainda em meados do século passado:

- **Pense duas vezes antes de mexer com Poetas Loucos, Freiras sérias, índios aparentemente fora do mundo , gente de circo e jornalistas que cumprem pauta. Todos eles fazem parte de corporações celestiais...Na melhor das hipóteses v. morre e vai pro inferno...**

PONTE PARA O ABISMO

Hora da reação popular ao governicho dos bolsoneros: Todos às ruas contra os ataques à Constituição, ao M.Ambiente, aos Direitos Humanos, à Democracia e às servidões do cargo que ocupa, antes que se abra o fosso que nos remeterá, pela via da ditadura familiar e autoritária, ao HOTEL ABISMO.

**NÃO AO “BRASIL NOVO” e embolorado!
VIVA O BRASIL SOBERANO! VIVA O ESTADO DE DIREITO
DEMOCRÁTICO COM RESPEITO À NOSSA DIVERSIDADE
CULTURAL E ÉTNICA.**

Betania Gonçalves

Estamos morrendo (diante da crise ambiental). Só espero que seja antes dos animais para que eles tenham uma chance de sobreviver...

**Folha diz em editorial que Bolsonaro é um
personagem boçal e infame, que poderá ser
derrubado**

"A insistência na agressão e na boçalidade revela uma personalidade sombria que parece se reconhecer, com júbilo, nas trevas dos porões da ditadura militar", diz o editorial mais duro já publicado até agora pela Folha de S. Paulo sobre Jair Bolsonaro - 31 de julho de 2019, 05:57 h

247 – O jornal Folha de S. Paulo, que apoiou o golpe de 2016 e a inabilitação do ex-presidente Lula, contribuindo portando para a ascensão do neofascismo no Brasil, publica nesta quarta-feira seu mais duro editorial contra Jair Bolsonaro. "Se no início de mandato declarações e medidas estapafúrdias ainda podiam, com boa vontade, ser vistas como tentativa de satisfazer o eleitorado mais fiel e ideológico, o que se verifica agora é um padrão de atitudes que ofendem o Estado de Direito, reforçam preconceitos e aprofundam as divisões políticas. Além de expor o despreparo do chefe do Executivo para desempenhar suas funções num quadro de coexistência com as diferenças, a insistência na agressão e na boçalidade revela uma personalidade sombria que parece se reconhecer, com júbilo, nas trevas dos porões da ditadura militar", aponta o [texto](#).

O editorial sugere ainda um possível processo de impeachment contra Bolsonaro, por falta de decoro. "Com índices de aprovação aquém dos obtidos por seus antecessores em igual período do mandato, o presidente desperta crescente apreensão quanto a seu desempenho nos anos vindouros. Para alguns analistas, os destemperos verbais já começam a fornecer munição para um eventual enquadramento em crime de responsabilidade, por procedimentos incompatíveis com a dignidade, a honra e o decoro do cargo. Não se vê nenhum movimento nesse sentido, e a perspectiva de reforma da Previdência dá fôlego ao governo. Entretanto a recente espiral de infâmias não poderá se perpetuar sem consequências.

ÍNDICE

Prolegômenos

- Eliana Tatit Sapienza Kliass – FB ‘Governo Bolsonaro é um pesadelo’, diz Sidarta Ribeiro, neurocientista. Por Maria Tereza Cruz
- Milton Saldanha: Eis o homúnculo, segundo Geisel . FB 30 JUL
- Mirian Leitão doz que Bolsonaro é repuçsivo e indica impeachment. por www.brasil247.com
- Murillo José Timm I – FB 28 julho - Diferenças
- Renato Jaime Ribeiro – Nova Utopia
- Greenwald acusa retaliação dos EUA em conluio com o Brasil Publicado em FB 29/07/2019
- Glenn Greenwald refuta ameaça e diz que Bolsonaro não pode prendê-lo.
- Aguinaldo Junior FB 12 julho só tyrouxa não sabia , mas quediferença faz? Trouxa continuará não sabendo
- Estadão - 28 jul – Vera Guimalhães: ‘O puxa-saquismo do Brasil de 2019.
- REVISTA PIAUI reviver MARIELLE. Por piauífolha.uol ALLAN DE ABREU
- Renato Kinijki FB 24 julho às 17:00 - Menos Médicos
- CONVERSA DE BOTEQUIM – Via Mayron Borges FB 23 de julho. Por ANB
- Beth Vargas: Um galão de veneno por ano. Por brasil.elpais.com
- Gilson Caroni Filho - Números e Afetos - Via FB
- Ruy Fausto Desmoralização de Moro não inocvente PT, folha.uol.com.br
- Renato Janine Ribeiro: O DESASTRE
- A DIREITA DOS POBRES OLAVISTAS. noticia.uol.com.br
- Maria Da Graça Pinto Bulhões – C. Social - POA/RS FB 11 jul
- Paulo Baía – C. Político – RJ FB 11 jul
- Angelina Peralva FB 11 JULHO – O ABISMO
- Aldo Fornazieri – FB 23 de julho – O ABISMO

- **Gustavco de Mello – As “fardinhas” – FB 26 de julho às 15:40. Texto Fernando Brito.**
- **Paulo Baía – fb 24 de julho – Adeus estatísticas**
- **Dinah Lemos: Verdades e Mentiras –**
- **Cesar Benjamin – FB 26 JUL - Verdades...**
- **PAULO TIMM I REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **II** **Maioria da população não confia em Bolsonaro, aponta Ibope, cartacapital.com.br**
- **III** **Renato Jaime Ribeiro FB 30 de junho. A presidente Dilma foi criticada por tudo.**
- **IV PENSÃO-DO BEM**
- **V ESTAMOS SALVOS! Será mesmo?**
- **VI GLOBO.GLOBO.COM ‘Não podemos cair na histeria1, diz ministra sobre dados de desmatamento. –Paulo Timm Histeria???**
- **VII** **Almanaque do Timm – É o NOVO BRASIL (“?”) em MARCHA FORÇADA**
- **VIII** **EMAELMORAIS.COM.BR Bolsonaro extingue a Rádio MEC fundada em 1923.**
A rádio MEC, fundada em 1923 foi extinta como parte das mudanças exigidas pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL).
- **IX** **Tortura nunca mais?**
- **X** **Paulo Timm qui, 4 jul - Vou insistir**
- **XI** **Dúvidas**
- **XII** **Publico. PT. Num mundo cada vez mais autoritário, Portugal sobe no ranking das democracias**
- **Paulo Timm – Portugal: Um caso de amor e saudade...**
- **XIII** **Abril de 2010: Lula é líder mais influente do mundo para revista TIME exame.abril.com.br**
- **Paulo Timm : Entre os olhos e o coração**
- **BYE BYE BRASIL**
- **CONSELHO PRECIOSO**
- **Cesar Benjamin. FB 29 LUL – BASTA!**
- **Paulo Timm 30 de julho**

PARTE I – Contexto

- 1. A grande Vaia. Brasil247.com**
- 2. Agrava-se a insdanidade global. Transmitido TV 247 ao vivo youtube.com**
- 3. A viragem da América rumo ao fascismo e suas contradições. patrialatina.com Charlottesville, Virginia , Agosto/2017. Por Prabhat Patnaik [*]**
- 4. Golpe Judaico anglo- americano no euro põe capitalismo global em instabilidade total. patrialatina.com.br Cesar Fonseca e Ubirajara Lopes**
- 5. Conexão Curitiba: uma hipótese muito provável por José Luis Fiori e William Nozaki**
- 6. “Um estado que não é regido pela justiça e a ética se reduz a um bando de ladrões” sul21.com.br Fonte El observador por Ricardo Periano**
- 7. Os verdadeiros psicopatas, por Sergio Troncoso jornalgggn.com.br**
- 8. PSICANÁLISE EM TEMPOS DE CÓLERA OU A IGUALDADE É BRANCA. Ney Marinho (JUN/2019 – SBPRJ)**
- 9. Alberto Aggio: O espectro do iliberalismo fundaçãoastrojildo.com.br**
- 10. Pochmann: acordo com europeus esvazia ainda mais a soberania por Márcio Pochomann na Rede Brasil Atual**

PARTE II

- 1. Vladimir Safatle: As esquerdas. youtube.com**
- 2. Lógica de condomínio: Circuito de afetos. youtube.com**
- 3. 51% dos entrevistados não confiam em Bolsonaro e não aprovam sua maneira de governar. Cartacapital.com.br**
- 4. A lava jato e Bolsonaro por Celso Rocha de Barros**
- 5. O governo vai mal e a oposição vai bem. brasil247.com Aldo Fornazieri**
- 6. DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Por Fernando Haddad**

- 7.** Reinaldo Azevedo os diálogos que mostram que Lula foi condenado sem provas.
- 8.** Por que deu chabu na aposta para derrubar Moro e barrar a Lava Jato. Andrei Maireles.
- 9.** O período dos homens medíocres como Jair Bolsonaro. ESTHER SOLANO cartacapital.com.br
- 10.** Mulheres e mais pobres impulsionam desaprovação do governo Bolsonaro. brasil.elpais.com por Beatriz Jucá
- 11.** Atos de domingo consolidam 'bolsonarismo' como um fenômeno, assim como lulismo e chavismo. Otros
- 12.** Sem base parlamentar Bolsonaro aposta nas ruas para emparedar congresso. AFONSO BENITES – Brasília, brasil.elpais.com
- 13.** A marcha da loucura, por Juan Arias do EL Pais jornal GNN
- 14.** “Bolsonaro não tem inteligência política, ou a estratégia é confrontar as instituições?” brasil.elpais.com FELIPE BETIM
- 15.** Brasil de Bolsonaro retoma vocabulário da crise: manifestação, depressão econômica, impeachment. ihuunisius.br Reportagem de Beatriz Jucá EL Pais
- 16.** Mulheres e mais pobres impulsionam desaprovação do governo Bolsonaro. brasil.elpais.com por Beatriz Jucá
- 17.** “Vaza Jato” e os projetos autoritários. revistacul.uol.com.br por George Orwell
- 18.** **O ESSENCIAL.** De Duvivier para Moro: “ as mensagens dentro dessa caixa são ao mesmo tempo falsas e perfeitamente normais”. Do Twitter de Gregorio Duvivier
- 19.** QUAL O BALANÇO DOS SEIS MESES DE SERGIO MORO COMO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA? Por Marcio Soares Berclaz emporiododireito.com.br
- 20.** EX- ministros da Cultura divulgam texto em conjunto contra Bolsonaro. Por Julio Maria
- 21.** Globo cobra de Moro solução dos casos Queiroz e do laranjal do PSL brasil247.com
- 22.** Falar de facismo no Brasil brasil.elpais.com VLADIMIR SAFATLE
- 23.** Sadi repete Getúlio, morte de herói nacional! Independenciassulamericana.com.br Por Cesar Fonseca
- 24.** A verdade (real) de Moro. Por Marco Antonio Barbosa de Freitas*

- 25.** Briga com mídia custa a Moro reprimenda internacional e ação na PGR. cartacapital.com.br Por ANDRÉ BARROCAL
- 26.** Nas entrelinhas: Entre a modernidade e a nostalgia. blogs.correiobraziliense.com.br Por Luis Carlos Azedo
- 27.** Sergio Moro aposta no vale-tudo. brasil247.com Por Denise Assis
- 28.** Um terço dos brasileiros os apoiaria fechar STF e Congresso. brasil247.com Por Bruno Geovanne em seu blog
- 29.** Um tapa na cara dos juizes brasileiros. revistacult.uol.com.br Por MARCELO SEMER
- 30.** Pastor critica mídia evangélica e defende 'tradição crista progressista'. cultura.estadão.com.br Por Sonia Racy
- 31.** DEU PERDA TOTAL – P.T. – NA REFORMA DA PREVIDENCIA. esmaelmoraes.com.br
- 32.** A campanha Lula Livre não produz resultados Por Aldo Fornazieri. brasil247.com
- 33.** Como a esquerda perdeu o bonde da história na reforma da Previdência. Por Andrei Meireles
- 34.** As lições da derrota, para a luta contra a reforma e Bolsonaro causaoperaria.org.br
- 35.** Atual governo promove regressão civilizatória, escreve Marina Silva. poder360.com.br
- 36.** Gisele Bündchen, o revés à imagem internacional de Bolsonaro. brasil.elpais.com
- 37.** Fritou hambúrguer. Ah, bom. Por Milton Saldanha - Jornal Dance
- 38.** O perigo de que o Brasil considere normal sua atual crise política. brasil.elpais.com.br Por JUAN ARIAS
- 39.** Uma “potencia acorrentada” Por José Luís Fiori
- 40.** A USADIA DE IR ALÉM DAS AMARRAS IDEOLÓGICAS. Por Tabata Amaral folha.uol.com.br
- 41.** A fábrica brasileira de novos políticos. brasil.elpais.com Por NAIARA GALARRAGA GORTAZAR
- 42.** “ O mais importante não é o Lula Livre, mas é a defesa da soberania”, diz Lula. brasil247.com
- 43.** Alopados e hackers. em.com.br Por Luiz Carlos Azedo
- 44.** Moro é um chefe de quadrilha, aponta a OAB. em.com.br
- 45.** Nas entrelinhas: O jogo bruto começou. Por Luiz Carlos Azedo correiobraziliense.com.br

- 46.** Manifesto dos ex-presidentes do CNPq. g1.globo.com
- 47.** A saia cada vez mais justa no caso dos hackers de Moro. Por Andrei Meireles osdivergentes.com.br
- 48.** A ECONOMIA DA BIODIVERSIDADE. Por Cesar Benjamin contrapontoeditora.com.br
- 49.** MARCO AURELIO NOGUEIRA*: Riscos desnecessários. gilvanmelo.blogspot.com
- 50.** A decisão a favor de Flávio foi um dos gestos mais claros contra Lava Jato. gilvanmelo.blogspot.com
- 51.** Fernando Abrucio*: Casamento de ocasião e suas contradições. gilvanmelo.blogspot.com
- 52.** Bolsonaro enquadra Moro e diz que ele não pode destruir mensagens. brasil247.com
- 53.** A MAMATA NÃO ACABOU. Por Mariliz Pereira Jorge
- 54.** A tenebrosa madrugada do ex-juiz Sérgio Moro. blogdadacidania.coim.br Por Márcio Augusto D. Paixão
- 55.** COICE NA LITERATURA. Por Ruy Castro
- 56.** Ataque ao INPE se explica: é a política do ódio aplicada ao meio ambiente. Por Reinaldo Azevedo
- 57.** O próximo alvo de Bolsonaro poderá ser as Forças Armadas, por Rogério Maestri. Jornalggn.com.br
- 58.** Xadres da natureza do governo Bolsonaro. Por Luis Nassif/
Jornal GGN patrialatina.com.br
- 59.** Após abrir 'caixa de Pandora', MBL faz mea culpa: a gente polarizou, e era fácil e gostoso polarizar. revistaforum.com.br
- 60.** Aguinaldo Junior FB 28 JUL - Tudo como dantes no quartel de Abrantes. economia.estadão.com.br
- 61.** As esquerdas distraídas, por Aldo Fornazieri. jornalggn.com.br
- 62.** Se a crise é terminal a solução não é facismo. sul21.com.br
Por Tarso Genro(*)
- 63.** Brasil a caminho de um estado policial? esquerda.net Por Luis Leiria
- 64.** NOTA DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. oab.org.br
- 65.** Declaração monstruosa de Jair Bolsonaro abre possibilidade real de impeachment. brasil247.com

66. Moro das lamentações: a tragédia do juiz que pensava um deus. canalcienciascriminais.com.br Por Salah H. Khaled Jr.
67. De Trump a Jair Bolsonaro: desconstruindo “verdades caseiras” ao pé do ouvido. Dialogodosul.operamundi.uol.com.br Por FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA
68. Rouanet: única medida concreta de Bolsonaro na cultura pode virar mico. cartacapital.com.br Por Pedro Alexandre Sanches
69. O complô comunista como matriz governamental de Bolsonaro. Por Wilson Gomes revistacult.uol.com.br
70. Governo brasileiro se prepara para negar o aquecimento global. brasil247.com
71. Falas de Bolsonaro geram preocupações no Planalto. politica.estadão.com.br, Renata Agostini, Mateus Vargas e Julia Lindner
72. A palavra de cada dia, contra a paz. Milton Saldanha
73. Impeachment não é discussão de gabinete. É das ruas. brasil247.com, Paulo Moreira Leite
74. Nas entrelinhas: Sarcófagos do passado. blogs.correiobrasiliense.com.br Luiz Carlos Azedo
75. A obscenidade excepcional e o direito injusto. Por Tarso Genro sul21.com.br
76. Com o aval da elite, Bolsonaro transforma a mentira em tática. cartacapital.com.br Andre Barrocal
77. “O plano de Bolsonaro é manter domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar o Lula de direita”. BREILLER PIRES
78. O que pensam 7 ex-ministros da Justiça sobre atuação de Moro no caso dos hackers. terra.com.br Mariana Sanches
79. EDITORIAL FOLHA DE SÃO PAULO – Dia 31 julho

ANEXO – MIDIA E GOVERNO

1. Midia e Governo – Coletânea – paulotimm.com.br
2. Proprietários da Mídia no Brasil – O ANTAGONISTA – revistaforum.com.br
3. Midia compromete a democracia naturalizando absurdos de Bolsonaro, diz Kennedy Alenar – jornalggn.com.br

4. A era da sandice profunda: três origens identificadas – Bruno Lima Rocha ihu.unisinos.br
5. PROPRIETÁRIOS DA MÍDIA NO BRASIL. A mídia antipetista: quem esta por trás do portal “ O Antagonista”? Por André Pasti e Luciano Galas. revistaforum.com.br
6. Midia compromete a democracia naturalizando absurdos de Bolsonaro, diz Kennedy Alencar. jornalgnn.com.br Por Tania Giusti
7. A era da sandice profunda: três origens identificadas. ihu.unisinos.br – Bruno Lima Rocha

PROLEGÔMENOS – Leitura rápida

- **Kliass – FB ‘Governo Bolsonaro é um pesadelo’, diz Sidarta Ribeiro, neurocientista.**

26/07/19 por Maria Teresa Cruz

https://ponte.org/governo-bolsonaro-e-um-pesadelo-diz-sidarta-ribeiro-neurocientista/?fbclid=IwAR2amgodlk_4Q_jkywOwkQ5ADGZHojrOeYW9eEILxj_NbQJ-nXUYYZknsNs

Você soube que, na semana passada, militares invadiram reunião da SBPC, na UFMS, e filmaram a palestra do neurocientista Sidarta Ribeiro, como há 50 anos?!

Lembrando que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é uma das organizações da sociedade civil que foi recentemente excluída pelo atual desgoverno do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad)...

- **Milton Saldanha: Eis o homúnculo, segundo Geisel . FB 30 JUL**

“Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar”.

Comentário do general e ex-presidente Ernesto Geisel. Página 113 do livro “Ernesto Geisel”, a imensa entrevista, gravada, que concedeu aos pesquisadores Maria Celina D`Araujo e Celso Castro, da FGV. A quarta e última edição do livro saiu em 1997, um ano depois da morte de Geisel, e quando Bolsonaro era deputado federal.

- **Míriam Leitão diz que Bolsonaro é repulsivo e indica impeachment**

<https://www.brasil247.com/midia/miriam-leitao-diz-que-bolsonaro-e-repulsivo-e-indica-impeachment>

A jornalista Míriam Leitão publica em seu blog no jornal O Globo dura crítica a Jair Bolsonaro; o ocupante do Planalto se comporta como tiranete que se julga no direito de atacar a memória de pessoas assassinadas pela ditadura militar e mentir sobre episódios escabrosos da história do Brasil; para Míriam Leitão, Bolsonaro é repulsivo e deve ser afastado do cargo

30 de julho de 2019, 07:21 h

247 - A jornalista demonstra sua repulsa ao ocupante do Planalto em antológico artigo: "Durante mais de três décadas - escreve - os militares disseram ao país que não tinham documentos, não sabiam dizer onde estavam os desaparecidos políticos, não souberam como morreram os que foram assassinados nos quartéis durante a ditadura militar. Hoje, o presidente Jair Bolsonaro disse o oposto. Primeiro, decidiu brincar com mais um drama humano e dizer ao presidente da

OAB, Felipe Santa Cruz, que sabia como o pai do advogado havia morrido. Depois, criou a sua versão que culpa a esquerda".

"O que o presidente fez é repulsivo", enfatiza a [jornalista](#). E prossegue: "Mostra, como definiu Felipe Santa Cruz, crueldade e a falta completa de empatia que os seres humanos têm uns em relação aos outros. O presidente brinca com o sentimento de um filho que nunca conviveu com o pai porque ele foi morto aos 26 anos" .

Depois de assinalar que Bolsonaro se coloca "como o conhecedor dos segredos da ditadura" e de "informações sonegadas", Míriam escreve: "O Brasil não teve o conforto das informações. Em nome da paz e da construção do futuro foi dito que aceitássemos essa perda de memória dos militares. Só que ontem, pela fala do presidente, caiu a máscara. O presidente se sente no direito de manipular as informações que foram sonegadas ao país e às famílias e jogar a culpa sobre as vítimas. Quem está com a palavra agora é o Exército, a Marinha, a Aeronáutica. O que houve com Felipe Santa Cruz, o pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil? Como foram as circunstâncias dessa morte e de tantas outras ocorridas no período em que os militares governaram o Brasil? Onde estão os restos dos desaparecidos políticos?"

E finaliza: "A Constituição anda sendo desrespeitada diariamente pelo presidente da República. É hora de lembrar o que disse o grande Ulysses Guimarães ao promulgar a nossa

Carta Magna: 'Temos ódio à ditadura, ódio e nojo'. Ontem foi o dia de sentir nojo".

- **Murillo José Timm I – FB 28 julho -**
Diferenças

As diferenças políticas ,religiosas, raciais são, em essência , a afirmação de nossa igualdade.A diversidade é o cadinho onde são criadas as maiores conquistas do ser humano.Ser diverso é fundamental.Mas também é fundamental aceitar esta diversidade,pois a aceitação do outro é a prova de que me aceito a mim mesmo. Entretanto ser tolerante para com tudo que é diverso de mim ,não implica em aceitar aquilo que ultrapassa a condição humana.Por exemplo, divirjo de Bolsonaro.Sou capaz de compreender ,talvez, a causa que o fez perder sua condição humana.Logo ,no momento ,em que constato que a desumanidade de Bolsonaro, seus estreitos limites intelectuais , sua absoluta falta de senso ético ,sua tendência compulsiva à violência e sua arrogância,neste momento ,devo combatê-lo, não porque ele seja diverso.Não. Devo combatê-lo porque é perverso. Não podemos confundir a aceitação da ideologia que difere da nossa, com o silêncio omissivo e covarde do que seja destrutivo para a nação e, certamente, para o mundo.

- **Renato Janine Ribeiro . Nova Utopia**

Acabei de escrever, a pedido de meu amigo [Alvaro Vasconcelos](#), um artigo sobre a liquidação das utopias e a possibilidade de surgirem novas.

Em encontro alguns meses atrás, em Viana do Castelo, foi debatida a ideia de uma nova utopia verde.

Estou cada vez mais convencido de que a utopia possível, muito possível, necessária, de nossos dias é uma convergência da social-democracia com a luta dos verdes.

A social-democracia é o regime de rosto mais humano que já se conseguiu. Tanto assim que, na Europa Ocidental (continental), mesmo

os governos democrata-cristãos, como o da Alemanha, conservam as grandes conquistas sociais da social-democracia.

Digo que a social-democracia é o "capitalismo com rosto humano" (infelizmente, o comunismo com rosto humano, tentado na Primavera de Praga, em 1968, não emplacou). Ou é o recurso ao mercado, mas sem os valores do mercado. O mercado é um admirável instrumento para a produção, mas eticamente tende ao predatório.

Razão pela qual os projetos verdes não podem existir sem uma crítica, pelo menos, às práticas do capitalismo. Se não forem postos limites ao capital e ao mercado, estes devastam a sociedade e a natureza.

A nova utopia verde é uma preocupação intensa com a sociedade e a natureza, sustentáveis, voltadas para o bem comum (um bem que não é apenas humano ou antropocêntrico).

Penso que este é o grande rumo que temos a trilhar.

Greenwald acusa retaliação dos EUA em conluio com o Brasil

Publicado em FB 29/07/2019



O jornalista Glenn Greenwald comentou a retaliação que sua família vem sofrendo do governo dos EUA, “em óbvia colaboração com o governo brasileiro” que está impedindo que seus filhos viagem ao país.

Glenn e seu esposo David Miranda, que é deputado federal pelo PSOL, solicitaram visto de emergência para os filhos para que

pudessem visitar a mãe de Glenn, em Miami. Ela sofre de câncer.

LEIA TAMBÉM

- **Glenn Greenwald refuta ameaça e diz que Bolsonaro não pode prendê-lo**

O consulado dos EUA no Rio teria aprovado os vistos e comunicado David. Mas na hora de entregar os documentos, a representação dos Estados Unidos afirmou que precisava de informações adicionais. Isso ocorreu no dia 22, uma semana atrás.

Confira o Tuíte de Greenwald:

O que o governo dos EUA está fazendo, em óbvia colaboração com o governo brasileiro - impedir que nossos filhos encontrem pela primeira vez sua avó morrendo rapidamente , em retaliação por nossos reportagens - é repulsivo e desumano, não importa sua ideologia. Vamos ter mais hj:
<https://twitter.com/monicabergamo/status/1155791850697084929> ...

Mônica Bergamo

✓ @monicabergamo

EUA retardam visto para filhos de Glenn Greenwald. O deputado Davi Miranda, pai das crianças e marido do jornalista, diz que "é uma crueldade". <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/07/david-miranda-ve-entrave-em-emissao-de-visto-para-filhos-com-glenn-greenwald.shtml> ...

- **Aguinaldo Junior FB 12 JULHO**

- **Só trouxa não sabia. Mas que diferença faz? Trouxa continuará não sabendo.**

"De acordo com o ex-embaixador (dos EUA), as intenções do Brasil ficaram claras com o financiamento do BNDES ao porto de Mariel, em Cuba. A obra foi tocada pela Odebrecht e o banco

investiu R\$ 624 milhões. Ela colocaria o Brasil como importante ator nas relações internacionais no Caribe, especialmente diante da postura do governo americano na época de manter os embargos a Cuba, mesmo com os sinais de abertura econômica.

Shannon afirma que os EUA acreditavam que o Brasil caminhava para a construção de um bloco internacional coeso de orientação progressista e de esquerda. Isso seria um obstáculo à reanimação da Área de Livre Comércio das Américas, ou Alca, um projeto dos governo dos EUA de criar um bloco comercial com incentivos tarifários, mas que foi rejeitado pelos países latino-americanos."

- **Estadão – 28 jul - Vera Magalhães: 'O puxa-saquismo do Brasil de 2019.'**

Aceita condescender com patrimonialismo e nepotismo explícitos, ataques à ciência, manifestações de preconceitos variados, desrespeito diário à liberdade de imprensa e tentativas de suprimir atribuições de órgãos, agências e até outros Poderes'

- **REVISTA PIAUI revive MARIELLE**

https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-metastase/?fbclid=IwAR2_AUdw9Q702X5BSw2hm22QhOaekACfIMmK66IaksYwIzKowiKYUSZN1w

A Piauí reconstituiu, em março, a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco. Neste sábado completam-se 500 dias do crime e o caso segue ainda sem solução. A reportagem ficará aberta a todos por 72 horas no site da revista.

EDIÇÃO 150 | MARÇO 2019 - anais da tragédia brasileira

A METÁSTASE

O assassinato de Marielle Franco e o avanço das milícias no Rio

ALLAN DE ABREU

- **Renato Knijnik FB 24 de julho às 17:00 - MENOS MÉDICOS...**

Mesmo afundado em déficits, sem perspectiva de retomada de investimentos e paralisado por sucessivos cortes orçamentárias, o governo estuda substituir o programa Mais Médicos por um projeto que custará no mínimo 50% mais caro do que o implantando com sucesso

pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2013 – e que começou a ruir depois que Jair Bolsonaro (PSL) se elegeu, no final do ano passado. Um novo programa com carreira médica federal deve ser implantado onde os custos trabalhistas serão agregados a um valor que será na sua base maior do que a bolsa hoje oferecida pelo Ministério da Saúde. O viés ideológico nunca funciona em benefício da população, independente de sua tendência. Um vácuo imenso no atendimento das populações vulneráveis já se instalou e tende a crescer !!

CONVERSA DE BOTEQUIM – Via Mayron Borges

FB 23 de julho

Nós, donos de botequim do Brasil, queremos expressar nossa indignação com a declaração do presidente do INPE, de que o presidente Bolsonaro está fazendo 'conversa de botequim' quando declara as asneiras que costumeiramente fala. Não só não aprovamos as sandices que o atual ocupante da chefia do Poder Executivo emite a todo momento, como afirmamos serem os botequins espaços de conagração democrático, de afirmação de afetos e da alegria. Neste sentido, não podemos concordar que a imagem do botequim, tão cara à cultura nacional, seja manchada por este energúmeno que desde janeiro se esforça por destruir as conquistas democráticas do povo brasileiro.* . *ANB - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BOTEQUINS

• Beth Vargas : Um galão de veneno por ano

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html?fbclid=IwAR33ZUmvXNbMiw-Hb-pEJ5OV1emssjXGmBSYI4LeA9AJcuS6XoVXFYlyYE

Imagine tomar um galão de cinco litros de veneno a cada ano. É o que os brasileiros consomem de agrotóxico anualmente, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA). "Os dados sobre o consumo dessas substâncias no Brasil são alarmantes", disse Karen Friedrich, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

- **Gilson Caroni Filho – Números e Afetos – Via FB**

A política e o afeto que precisamos.

Dias antes da privatização da Vale, em 1997, Cid Benjamin levou seu irmão, Cesar, para falar com estudantes dos dois primeiros períodos da faculdade. Foi no turno da tarde e o auditório estava lotado. A garotada não estava muito mobilizada, mas havia algum interesse pelo assunto. Cesinha expôs com clareza. Misturava, em doses certas, análise e emoção. Sabia, como baita ator político, que números sem afeto não levam a lugar nenhum. Aos poucos, os alunos estavam totalmente envolvidos. Quando terminou a palestra, não foram poucos os que saíram pra panfletar contra a entrega da mineradora a preço vil. Eu, ao lado do Cid, compunha a mesa. A importância de um quadro que saiba falar aos jovens é tudo. Há dois dias, a distribuidora da Petrobrás foi "doada". Não vi juventude mobilizada. Podem dizer que mudaram as gerações. Que a Y e a Z são isso e aquilo, mas que está faltando um Cesar que dialogue com elas, está. Sem falar à emoção, de nada vale a razão.

- **Ruy Fausto**

Desmoralização de Moro não inocente PT

https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/07/desmoralizacao-de-moro-nao-inocenta-o-pt-diz-ruy-fausto.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR0meO5An2uKar1c45bhbctuyypeH1GzGb4lJgiAijxWQp-E-krnHH5-4_Hw

•

Renato Janine Ribeiro : O DESASTRE

Pois é. Tiraram Dilma porque era péssima, era só tirar que ia tudo melhorar. Passaram-se mais de três anos, o desemprego só aumenta, há o risco forte de termos crescimento zero do PIB per capita este ano. A reforma trabalhista, que ia gerar 5 milhões de empregos, não gerou: tirou empregos. A reforma da Previdência, que ia ser maravilhosa, agora ficamos sabendo que não resolve nada,

Enquanto isso, despencam os indicadores sociais. E o governo elimina indicadores - IBGE, INPE etc. Ora, é impossível governar sem dados, sabiam?

Eu sou muito tolerante, disposto a formar alianças contra a barbárie que se encarna no atual governo, mas o pessoal que promoveu o impeachment bem que podia fazer um enorme mea culpa. Porque precipitaram esse desastre todo.

- **A DIREITA DOS POBRES OLAVISTAS**

https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/07/grupo-de-direita-da-periferia-cresce-com-linha-dura-e-confusoes-em-serie.htm?fbclid=IwAR2IeerW0l8K9k0Zp2w8Y3myP2Hz8z-TD9tzwcX_3APIcsZnxRZWixU6KsQ

- **Maria Da Graça Pinto Bulhões – C.Social – POA/RS FB 11 jul**

No Brasil, há mais trabalhadores sem do que com direitos trabalhistas e 50% do total ganham ATÉ UM salário mínimo. Como contribuirão por 20 anos para se aposentarem?

- **Paulo Baía – C. Político – RJ – FB 11 JUL**

Rodrigo Maia se consolida como epicentro da agenda política nacional.

A pauta da república é a pauta que Rodrigo Maia conduzir.

Gostem ou não, Rodrigo Maia é o timoneiro do parlamento nacional e o guardião das regras democráticas da instituição da representação da população.

Com a performance desse dia 10 de julho ele se projeta como o líder parlamentar mais importante até o final de 2020.

- **Angelina Peralva FB 16 JULHO: Teatro de horrores**

O que me espanta nessa turma - Dallagnol, Moro - é a sua incomensurável cupidez. Pessoas com bons salários, mas querem "lucrar" - mais, mais, mais, ainda que ao preço de abjetas ilegalidades. Esqueceram de lembrar, nessa página que relembra muitas e importantes coisas, os dois apartamentos minha casa minha vida comprados por Dallagnol em Ponta Grossa - uma operação "legal" ponderou ele à época. E o auxílio-moradia que ele e Moro recebiam, embora tendo moradia. Vestais da moralidade...Teatro de horrores!

- **Aldo Fornazieri – FB 23 de julho – O ABISMO**

O Mundo caminhando para o abismo: líderes imbecis, toscos, brutos e perigosos estão assumindo o poder em vários países. Agora mais um vem se somar aos Trump e Bolsonaros da vida. A esquerda tem que se perguntar as razões profundas de suas derrotas sucessivas. Não está perdendo para líderes inteligentes, argutos, capazes, mas para esses malvados e enlouquecidos que agravarão as tragédias da humanidade e poderão provocar uma guerra de grandes proporções.

- **Gustavo De Mello – As “fardinhas” – FB 26 de julho às 15:40 -**

Roubo de ouro: como o espalhafato vulnera a PF - Texto de Fernando Brito Enquanto todo o esforço da Polícia Federal se voltava para os “hackers de Araraquara”, a imagem da instituição sofria um baque, com um grupo de bandidos usando suas fardas e seus falsos veículos invadindo uma área de segurança do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP) para roubar cerca de 720 quilos de ouro —cujo valor estimado supera R\$ 120 milhões — de uma empresa de transporte de valores.

Como todo mundo se acostumou às ações da PF serem verdadeiras operações de guerra, seja para o que for – até para o Lula assistir o enterro do neto morto aos sete anos – será que alguém vai pedir que apresentem identificação, mandado judicial, estas “coisinhas” já de há muito esquecidas?

Na “guerra” alguém vai pedir documentos, papéis? Nada, vai passando direto, metendo a mão, pondo no camburão...

Aí...com duas picapes fantasiadas e meia dúzia de encapuzados de coletes entra-se em qualquer lugar, na marra, diante de pessoas aturdidas e amedrontadas.

Como dizia o falecido Bussunda: fala sério que você vai pedir para ver o mandado...

Claro que, neste caso, teve gente de dentro do esquema – como saber da hora e local de tanto ouro? – e a ação de uma quadrilha ousada e bem informada.

Mas coisas assim são facilitadas – e muito – pelo terror implantado com este tipo de abordagem policial de “comandos em ação”.

O estado policial é uma bênção para os bandidos que se fantasiam de polícia, em todos os sentidos, inclusive – mas não só – nas “fardinhas”.

**Paulo Baía – fb 24 de julho – Adeus
estatísticas...**

Uma conquista do Brasil consolidada no final dos anos 1960 e nos anos 1970 foi a montagem de um sistema de estatísticas e dados sólidos e confiáveis.

O ministro Reis Veloso foi um artífice formidável de nossos índices, indicadores e estatística.

Ganhamos em eficiência , transparência e respeitabilidade nacional e internacional.

Os números do Brasil tornaram-se confiáveis para consumo interno e externo como base de dados, plataformas e âncoras de múltiplas pesquisas, planejamentos, políticas públicas governamentais e de instituições privadas e empresariais.

São seis décadas de montagem e aperfeiçoamento de um sistema de dados, informações e estatísticas.

Uma preciosidade.

Em seis meses de governo esse sistema complexo é desmoralizado e dá indícios de desmonte.

Sinto pela perda de confiança nos dados e mais ainda pelo achincalhe ao notável trabalho de Reis Veloso e Hélio Beltrão.

Hoje existe uma contaminação viral que promove uma devastação perversa em todos os nossos bancos de dados e estatísticas.

60 anos estão sendo liquefeitos.

Não teremos mais dados, indicadores e estatísticas minimamente confiáveis.

Vivemos uma síndrome venezuelana e russa em nossos números.

Saudades de Reis Veloso.

Dinah Lemos :Verdades e Mentiras

A escolha mais agradável tem sido ficar dentro de um grupo de reflexão e práticas de reconhecimento, teatro, música, dança, oficina de estudos. As ruas estão mergulhadas nas ausências de verdades gerais e, assim, se tornam perigosas e melancólicas. Não vai haver reação popular porque não há mais verdade geral. A revolução das mídias, desde o rádio até às redes sociais

virtuais, destruiu formalmente, materialmente, as verdades gerais. Tem miséria e abandono nas ruas, loucuras predominando nas estradas, sonambulismos caminhando nas calçadas e enchendo estádios de futebol. Se os Cartagineses imaginassem que Roma mataria quase todos eles, nas guerras púnicas, lá em 200 a.C, e escravizaria os sobreviventes, teriam aceitado o primeiro aviso e teriam migrado para viver longe do mar Mediterrâneo. Preferiram lutar mais de 50 anos e serem dizimados totalmente. Somos um país escravista de negros dizimados durante mais de 500 anos. As verdades gerais republicanas eram grandes mentiras, na verdade. E as universidades estavam protegendo esta grande mentira, de que havia "resquícios de preconceito", ou racismo louco. Não era racismo louco, era escravismo estruturante e plenamente executado todos os dias. Então, as lógicas e verdades demonstradas pelos sociólogos e economistas eram mentirosas. Esse problema das relações entre verdades e mentiras não vai ser resolvido nos próximos anos. Esqueça a rua, faça um quilombo.

Cesar Benjamin – FB 26 JUL – Verdades...

Ao dizer que não há fome no Brasil, que nosso ambiente está muito bem preservado, que os dados do IBGE sobre desemprego são superestimados e assim por diante, os bolsonaristas acabam por fazer um elogio aos governos do PT. Afinal, o partido comandou o Brasil durante a maior parte do tempo nos quinze últimos anos. Se esses governos tivessem sido uma tragédia, nenhuma dessas boas notícias poderia existir hoje.

Ao denunciar que tudo isso é mentira, que milhões de brasileiros passam fome, etc e tal, os petistas admitem que boa parte da mitologia sobre seus governos, que eles difundiam sofregamente, era falsa. Os problemas estavam aí, escamoteados pela militância, o wishful thinking e o marketing. Não surgiram de repente.

A realidade é suficientemente complexa para permitir discursos tão maleáveis, adaptáveis a cada situação. A posição que cada um ocupa determina a crença que quer propagar. Apreço zero pela busca da verdade.

Assim marcha a humanidade

Paulo Timm



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Não sou petista nem grande admirador da gestão Dilma na Presidência. Critiquei muito. Mas uma coisa há que se creditar a ela: Firmeza na

eliminação do privilégio da aposentadoria integral para funcionários públicos. Desde então servidores do Executivo já se aposentam com o mesmo valor do teto máximo do INSS. Na Anti-Reforma atual, do GOVERNO fazem letra e ouvidos moucos às medidas da Dilma e ainda insistem que estão acabando com privilégios. Não é verdade. Deputados, carreiras militar e policiais, parlamentares continuarão com aposentadorias privilegiadas.

Nem entro no mérito destas aposentadorias. Critico a covardia de não se falar e VERDADE.

2013

• Entra em vigor a Previdência Complementar do servidor

<https://www.conjur.com.br/.../antonio-queiroz-entra-vigor-pre...>

7 de fevereiro de 2013 – (Governo Dilma)

Por Antônio Augusto de Queiroz

Nesta data, de 5 de fevereiro de 2013, começa a vigorar a Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela Lei 12.618, de 30 de abril de 2012. O governo, por meio da Portaria 44, de 31 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2013, editada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), aprovou os planos de benefícios e o Convênio de Adesão da União à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, além de, por decreto sem número de 12 de novembro de 2012, publicado no Diário Oficial do dia seguinte, ter nomeado os integrantes dos conselhos deliberativo e fiscal provisórios da Funpresp.

Com isto, segundo o artigo 30 da Lei 12.618, os novos servidores serão filiados obrigatórios do Regime Próprio do Servidor até o limite de R\$ 4.159,00, que equivale ao teto de contribuição e benefício do INSS. Se desejarem uma aposentadoria com valor superior ao teto do INSS, poderão aderir à Previdência complementar.

Os servidores que já estavam no serviço público antes de 5 de fevereiro, se desejarem, poderão aderir à previdência complementar nos próximos 24 meses, portanto até 5 de fevereiro de 2015, renunciado ao direito à aposentadoria integral pelo regime próprio, no caso de quem ingressou até 31 de janeiro de 2003, ou à aposentadoria pela média de suas contribuições pela totalidade da remuneração, no caso de que ingressaram entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de janeiro de 2013.

Para os servidores em exercício antes de 5 de fevereiro de 2013, basta dizer que existem quatro possibilidades de aposentadoria pelas regras do regime próprio, que precisam ser consideradas antes de qualquer decisão sobre a adesão ou não à previdência complementar.

CONJUR.COM.BR

Entra em vigor a Previdência Complementar do servidor

Nesta data, de 5 de fevereiro de 2013, começa a vigorar a Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela Lei 12.618, de 30 de abril...



- **Maioria da população não confia em Bolsonaro, aponta Ibope**

<https://www.cartacapital.com.br/politica/maioria-da-populacao-nao-confia-em-bolsonaro-aponta-ibope/>



Renato Janine Ribeiro FB 30 de junho

A presidente Dilma foi criticada por tudo.

Não fazia articulação política.

Era inábil.

Discursos dela razoáveis (como sobre os limites da energia eólica) eram ridicularizados.

A crise econômica lhe era atribuída.

Tudo isso vem hoje aumentado, ao cubo, com o governo mais incompetente da história do Brasil.

E os detratores de Dilma enfiam a cabeça na areia, fingindo que não é com eles.

Paulo Timm - Comentário

Ousaria dizer que há uma diferença específica: Bolsonaro é um político vocacionado, com bases e eleitores, independentemente de sua orientação ideológica; Dilma, com todo o respeito à sua biografia, sempre foi uma personalidade política, coerentemente de esquerda, mas com pouca capacidade de liderança. Sem seguidores pessoais. Sua lealdade à esquerda lhe valeu a indicação de Lula para à Presidência. Isso pode parecer secundário na situação atual, mas não é. BOLSONARO quer se consolidar como um LIDER DE DIREITA, de forma a ter uma fração significativa NESTE CAMPO, de forma a se impor como VOTO ÚTIL. Dentre seus seguidores estão duas fortes correntes com grande peso no eleitorado: 1. Autoritários, que, indagados, optam por um Governo autoritário para o Brasil e estão pouco se ligando para opinião pública ou crise: 2. Críticos da Agenda Liberal de costumes, sobretudo evangélicos. AMBOS POUCO RACIONAIS, inclinados ao fanatismo. Logo, TODO CUIDADO É POUCO...



PENSÃO-DO BEM

Reforma da Previdência: "Falaram tanto" na V E R D A D E (!!!)

que iam acabar com privilégios e no final da bufa ópera vê-se que militares e provavelmente "assemelhados" - PMs, Bombeiros e Poiciais . manterão a INTEGRALIDADE dos proventos da aposentadoria com os mesmos valores do pessoal da ativa, da qual os servidores civis já estão excluídos, porque sujeitos ao teto do INSS desde o Governo Dilma, com a vantagem da uma idade menor para o REPOUSO BEM REMUNERADO frente aos mortais brasileiros. Ah, sim! Mas estes mortais pagarão menos à Previdência: Sua contribuição DESABARÁ de 8% para 7,5%. Baaaiita desconto!

A propóstio: Estamos do dia 03 de julho. PAY DAY para 100 milhões de brasileiros que ganham ATÉ um salário mínimo por mês, dentre os quais 25 milhões pensionistas com um salário e 25 milhões com Carteira. Eles, gentilmente, agradecem à compaixão das "lideranças " nacionais: 0,5% sobre um mínimo lhes reservará a soberba quantia de mais R\$ 5,00 por mês, ou o luxo de um "expressinho"...

**Enfim...Vamos ao tal café na PENSÃO-DO BEM. Tá servido.
Um BOM DIA pra todos...!**

Siammo tutti fratelli.



ESTAMOS SALVOS! Será mesmo?

Com a REFORMA DA PREVIDÊNCIA, em discussão no Congresso , dizem, sim, dizem, que vamos "ECONOMIZAR" R\$ 1 trilhão em 10 anos, ou seja, cerca de R\$ 100 bilhões por ano. Estou certo?

Isso vai ajudar a cobrir 50% do déficit atual da UNIÃO, na verdade superior a R\$ 200 bilhões Isso sem considerar os recursos para pagar os juros da dívida.

**Quanto mais vamos "precisar" para pagar esses juros? Muito simples.
Calcule comigo:**

Dívida da União - Ricardo Bergamini.com.br - R\$ 6,0, trilhões

Taxas de Juros Básica - 6,5%a.a.

Taxas de Juros de Captação com taxas: 8%a.a.

Custo anual em juros da dívida.....R\$ 480 bilhões

Portanto, agora vamos atrás da grana não só para pagar os juros da Dívida da União como para ir amortizando esta dívida para diminuir a

pressão dos juros....

Ou seja - e já agora os analistas começam a cair na REAL e dizem isso - :

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA não mudará em nada o panorama econômico sofrível do país.

O Presidente Bolso errou ao entregar a economia para o POSTO IPIRANGA de alto teor ideológico que apostou TUDO NA BALA DE PRATA DA REFORMA DA PREVIDENCIA Vai pagar o preço deste erro em perda de popularidade. E quanto mais tardar em substituir o POSTO IPIRANGA por um outro “concorrente” com maior senso prático, mais se enterrará sob negras nuvens...

• VI

Sobre este site

OGLOBO.GLOBO.COM

'Não podemos cair nessa histeria', diz ministra sobre dados de desmatamento

Tereza Cristina diz que dados do Inpe que apontam aumento precisam ser analisados.

- **Paulo Timm Histeria???? Oressa. Histeria é a tagarelice do sociopatas. A propósito:O FASCÍNIO PELO IRRACIONAL - E o pior:sociopatas têm seguidores. Remember Jim Jones. Hitler. Estado Islâmico. E fica a pergunta: Por que esse tipo de sociopata consegue influenciar tanta gente? Uns com delírios esotéricos, outros com sagradas intuições, outros com salvadoras utopias ideológicas. Sempre com base na tagarelice. Sempre falam muito e até bem. Mas não escutam a voz do Outro. Pura tagarelice sob a qual sumerge a PALAVRA como fundamento do Ser. Trágico**

• VII

Almanak do Timm - É o NOVO BRASIL (!?) em Marcha Forçada

ESMAELMORAIS.COM.BR

Bolsonaro extingue a Rádio MEC fundada em 1923

A rádio MEC, fundada em 1923 foi extinta como parte das mudanças exigidas pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL).

É o NOVO BRASIL (!?) em Marcha Forçada (...) de volta para o passado colonial e escravista da CASA GRANDE. A cada dia um retrocesso. As vezes até dois. E houve dia em que listei mais de três.

**Oxalá seja uma onda passageira, como foi o Macartismo nos Estados Unidos entre 1950 e 1954. Felizmente, aquele país reagiu. Lá o retrocesso também atingiu, além da perseguição aos supostos comunistas, a moral e os costumes, na tentativa de soterrar os avanços conseguidos durante a Guerra quando, sobretudo mulheres e negros tiveram papel proativo na defesa de Nação. Para gáudio do mundo inteiro o ano de 1953 inaugurou a edição da PLAY BOY com a bela Marilyn na capa e logo aparecem grandes filmes e romances que trariam à tona a rebeldia Beat.
Hit the road Jack! Hit the road!!! On the road!
O mundo gira, roda o pião, e jamais perderemos a esperança...**

v

• IX

Tortura nunca mais?

“O subcomitê da Organização das Nações Unidas para a prevenção da tortura pediu reuniões com a Missão Permanente do Brasil em Genebra para cobrar explicações sobre um recente decreto do presidente Jair Bolsonaro, que esvaziou o Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura (MNCPT).”

https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834185?ocid=socialflow_facebook&fbclid=IwAR29fux6wu8U44Ks-VTXAe4BXXwrf1AC7kPcb5H4QGYEy5flkiyI0X2KKHY

Almanak do Timm Muitos cartazes e faixas nas manifestações de domingo passado em apoio ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, tinham um significado muito claro: defendiam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Legítimas palavras de ordem em favor da reforma da Previdência, da Operação Lava-Jato e da legislação anticrime, fatores de mobilização da opinião pública, foram desvirtuadas por algumas lideranças que defendem a substituição de nossa democracia representativa por um regime autoritário - Coluna LUIZ C. AZEDO, Correio Braziliense 02 jun

• X

Paulo Timm

**qui, 4 de
jul -**

Vou insistir

O Presidente Bolso errou ao entregar a economia para o POSTO IPIRANGA, de alto teor ideológico neoliberal. Este apostou TUDO NA BALA DE PRATA DA REFORMA DA PREVIDENCIA. Não deu certo. A economia vai de mal a pior à falta de Políticas concretas de retomada do crescimento. Explica-se: Ele é um teórico cheio de ideias e nenhuma experiência na gestão pública da economia. Um Roberto Campos piorado, o qual, aliás, também capitularia em meados de 1966 abrindo caminho no regime autoritário para Delfim Neto. Bolsonaro vai pagar o preço deste erro em perda de popularidade. É o pior Presidente em começo de mandato e já começou a ser vaiado em público, além de denunciado como traidor por uma poderosa facção de seus apoiadores, os policiais. E quanto mais tardar em substituir o POSTO IPIRANGA por um outro "concorrente" com maior senso prático, mais se enterrará sob negras nuvens...A tal REFORMA PREVIDÊNCIA não passou de uma cortina de fumaça que não trará nenhum benefício no curto e médio prazo. O grande problema fiscal, que é o pagamento de juros da Dívida da União, já perto do valor do PIB, na ordem de R\$ 6 trilhões, à razão proxima de 8% a.a. para uma inflação de 3,5%, já consome cinco vezes o valor anual a ser , oportunamente, a partir de 2020, cinco vezes superior ao "economizado" por dita Reforma. Ou seja: R\$ 100 bi (economia anual relativa ao trilhão em 10 anos) x R\$ 500 bi (juros).

Deu xabu...Getúlio Vargas, lá nos anos 50, além de ter excelências no Ministério da Fazenda - ele próprio foi titular deste Ministério no Governo W.Luiz - , sempre teve, a seu lado, como contraponto, uma vigorosa assessoria econômica com Jesus Soares Pereira e Rômulo de Almeida. JK , idem. João Goulart, também, lembrando-se que a seu lado esteve como Ministro nosso saudoso Celso Furtado. FHC preferiu fazer a redistribuição de Poder não com assessores palacianos, onde pontificava, aliás, seu amigo José Serra, mas com fortes "personalidades" conflitantes, Malan na Fazenda, outro, que variou, no BANCO CENTRAL. Lula também errou ao dispensar o contraditório "econômico", às vezes ocupado informalmente por Dilma Roussef, junto ao Palácio. E, agora, o "analfabeto" Bolsonaro entrega a chave do cofre para um neófito.

É esperar e ver...

Ilustração - A "pizza" dos gastos da União, segundo DIVIDA CIDADÃ, com o registro adicional de que os gastos com PREVIDENCIA aí registrados não são líquidos, mas brutos, ou seja, não consideram que tais gastos são compensados com a Receita Previdenciária, além de outras fontes constitucionais para a Seguridade Social.

• **XI**

Dúvidas

Não sei qual o mal maior destes tempos obscuros. Se a polarização político-ideológica? Se a recessão e o desemprego em massa? Se o custo da dívida pública que engole 1/4 dos tributos pagos? Se o retrocesso macartista das atuais autoridades públicas? Ou, o que me parece verdadeiramente terrível: O ódio ao Estado, às instituições políticas e aos políticos que tomou conta de uma juventude ignorante sobre o papel que Estado, Política e Políticos cumpriram nos últimos 100 anos, permitindo a construção do Século de Direitos como fundamento do Estado de Bem Estar. Ambos permitiram a estes jovens a vida e a liberdade que hoje desfrutam. Ou quem sabe tudo isso caiu do céu...?

• **XII**

PUBLICO.PT

Num mundo cada vez mais autoritário, Portugal sobe no ranking das democracias

As democracias continuam a perder terreno em todo o mundo, numa tendência que se acentuou na última década. O ataque aos media e os extremismos são a forma mais visível da erosão deste regime, mesmo em países com democracias consolidadas.

[https://www.publico.pt/2019/07/07/politica/noticia/mundo-autoritario-portugal-sobe-ranking-democracias-](https://www.publico.pt/2019/07/07/politica/noticia/mundo-autoritario-portugal-sobe-ranking-democracias-1879018?utm_term=Portugal+sobe+no+ranking+que+mede+qualidade+da+democracia.+E+ha+mais+dois+monumentos+portugueses+que+sao+patrimonio+mundial&utm_campaign=Lista+Newsletters+Editoriais&utm_source=e-goi&utm_medium=email&fbclid=IwAR105WX0TwcRGI5t2i2JsJHLFsnXp-McKtvBQAP9utl6yyXbr_kP_oNmfnY)

1879018?utm_term=Portugal+sobe+no+ranking+que+mede+qualidade+da+democracia.+E+ha+mais+dois+monumentos+portugueses+que+sao+patrimonio+mundial&utm_campaign=Lista+Newsletters+Editoriais&utm_source=e-goi&utm_medium=email&fbclid=IwAR105WX0TwcRGI5t2i2JsJHLFsnXp-McKtvBQAP9utl6yyXbr_kP_oNmfnY

- **Paulo Timm - Portugal: Um caso de amor e saudade...**

Um dia ainda seremos um "imenso Portugal"...

Um dia. Outro dia. Amanhecer.

Tudo passa. Passará.

"Ó águas salgadas do mar

De onde lhes vem tanto sal?

Vem das águas choradas

Nas praias de Portugal"
(Antonio C. de Oliveria - Poeta português)

• **XIII**

Abril de 2010: Lula é líder mais influente do mundo para revista Time

https://exame.abril.com.br/economia/lula-pessoa-mais-influente-mundo-revista-time-554314/?fbclid=IwAR0T9WGVUmvNcjjYo4UyeDj4AGKRWS4BxIk95FIKiXYcT3y4Vrfs5IY-S_o

Perfil do presidente brasileiro na lista que elege as 100 pessoas mais influentes do globo foi escrito pelo cineasta Michael Moore

❖ **Paulo Timm : Entre os olhos e o coração**

É precisamente isso que alimenta a tese petista da REVERSÃO ao estatus quo ante 2016, o que, por sua vez, realimenta a polarização. O pano de fundo é a famosa libertação de MANDELA nos estertores do APARTHEID. Como diz o Poeta Maior em seu POEMA DA SETE FACES: "Os meus olhos não dizem nada/Mas meu coração" adverte para uma realidade geopolítica mundial e política local muito diferente. Lá havia um ascenso das lutas populares, aqui, um descenso.

O problema é que a lógica do militante é movida por critérios da paixão, alimentados pela fé e pela lealdade à causa. Isso vale para vários tipos de militância: política, religiosa, profissional e até no campo da ciência. Esse espírito, aliás, que eleva certos quadros de organizações à alta hierarquia de seu comando. Inspiram confiança nos demais membros. A disputa clássica, neste sentido, foi entre Stalin e Trotsky na sucessão de LENIN na URSS.

Stalin ganhou. Mas nos antigos Partidos, sobretudo na esquerda, os intelectuais cumpriam importante papel moderador, estimulando a crítica e auto-crítica. Hoje, nem na Sociedade em geral, como testemunha o depoimento de VECCA em importantes colóquios sobre o papel dos intelectuais no mundo, nem nos Partidos de esquerda, subsistem os intelectuais. Resultado, a supremacia absoluta da militância com seus valores. Nada de

discussão. Nada de auto-crítica. Hoje mesmo o artigo de ALDO FORNAZIERE no CGN trata disso.

❖ **BYE BYE BRASIL**

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado

Marcos de Oliveira, Diretor de Redação do Monitor Mercantil, escreveu em sua coluna Fatos e Comentários, no dia 16 de julho de 2019:

"Muitas vezes, os atos de desconstrução do Brasil que vêm sendo praticados nos últimos anos são criticados de forma isolada. Perde-se o "grande quadro", tão valorizado pelos norte-americanos. Estes atentados recentes ao país não vêm só do Governo Bolsonaro; eles marcaram o Governo Temer e começaram antes dele, no autogolpe de Dilma Rousseff, ao terceirizar a condução da política econômica. Vamos a alguns deles:

- Redução de verbas para universidades**
 - Cortes na pesquisa**
 - Mutilação do Mais Médicos**
- Fim da produção, por laboratórios nacionais, de medicamentos de uso contínuo**
 - Acordo com a União Europeia**
- Desmonte das empresas nacionais capazes de competir no exterior**
 - Redução da importância da Petrobras**
 - Entrega do pré-sal**
- Fim do Fundo Soberano (o da Noruega, grande produtor de petróleo, como o Brasil, tem mais de US\$ 1 trilhão)**
 - Ataques aos direitos trabalhistas**
 - Cortes nas verbas dos sindicatos (inclusive patronais, mantendo fortes apenas as federações que recebem recursos compulsórios via Sistema S)**
 - Independência do Banco Central**
 - Demolição do BNDES e demais bancos públicos**
- E os mais óbvios: reformas da Previdência e Tributária, ampliando a desigualdade social**

Vistos em conjunto, tem-se o quadro de um projeto destinado a tirar do Brasil qualquer capacidade de se desenvolver e exercer uma posição soberana no mundo".

Só faltou dizer que por trás de tudo isso estão também a banca, o capital financeiro internacional, em sua trajetória para a

dominação da aldeia global, e os agentes estrangeiros no judiciário e no legislativo que propõe a entrega das receitas tributárias, sob o manto do sistema de securitização da dívida pública, projeto de lei complementar 459/17, de autoria do senador José Serra, várias vezes denunciado e detalhadamente explicado pela Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã, auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli.

● **CONSELHO PRECIOSO**

Quando estava aberta a janela para repatriação de depósitos que estavam no exterior, um magano procurou um advogado para se aconselhar.

— Quanto o senhor tem no Brasil?

— R\$ 10 milhões, disse o magano.

— E na Suíça?

— US\$ 100 milhões.

— Então embarque para a Suíça e fique por lá.

Ele embarcou. Foi o conselho mais curto e valioso saído de uma banca de advocacia.

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada

●
Cesar Benjamin . FB 29 JUL – BASTA!

Nada tenho a dizer sobre a declaração de hoje do verme que ocupa a presidência do Brasil. Ela fala por si.

Quero registrar, porém, meu crescente desconforto com a posição das forças armadas. Nunca as ataquei nem pedi vingança. Ao contrário, fui bastante criticado por defendê-las desde a primeira hora, pensando sempre no futuro da Nação.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, por diversas vezes registrei o comportamento exemplar que elas passaram a ter no novo regime democrático. Em todas as oportunidades

estive aberto ao diálogo fraterno e sincero. Devo dizer que sempre encontrei reciprocidade.

Hoje, oito generais e quase duzentos oficiais integram um governo sujo, deprimente, antinacional, chefiado por um energúmeno que envergonha o Brasil. Portanto, são cúmplices disso, parece que com apoio dos colegas da caserna.

É um fato chocante. Ainda me recuso a acreditar que agora temos forças armadas sujas, deprimentes e antinacionais, dispostas a envergonhar o Brasil.

O tempo está contra elas. A permanência neste governo não pode ser tolerada.

- **Paulo Timm – 30 de julho**

Hora da reação popular: Todos às ruas contra os ataques à Constituição, ao M.Ambiente, aos Direitos Humanos, à Democracia e às servidões do cargo que ocupa, antes que se abra o fosso que nos remeterá, pela via da ditadura familiar e autoritária, ao HOTEL ABISMO.

PARTE I

1. A grande vaia

https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-e-xingado-e-vaiado-em-jogo-do-palmeiras-contravasco?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification

2. Agrava-se a insanidade global

Pepe Escobar - Transmitido TV 247 ao vivo em 23 de jul de 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=18-umx-TJaY>

3. A viragem da América rumo ao fascismo e suas contradições

<http://www.patrialatina.com.br/viragem-da-america-rumo-ao-fascismo-e-suas-contradicoes/>



Charlottesville, Virgínia, Agosto/2017

por Prabhat Patnaik [*]

O facto de elementos fascistas nos EUA terem começado a erguer suas cabeças sinistras e de Donald Trump ter começado a mostrar sua simpatia aberta por tais elementos é confirmado por vários incidentes recentes. No sábado 12 de Agosto, num comício de adeptos da supremacia branca e neo-nazis em Charlottesville, Virgínia, pacíficos manifestantes anti-fascistas foram atacados pelos fascistas; um homem conduziu um camião sobre eles matando o ativista de direitos civis Heather Heyer e ferindo pelo menos 19 outros; e um professor afro-americano, De Andre Harris, foi espancado desapiedadamente com uma barra de metal apenas a poucos metros da sede da polícia de Charlottesville. A resposta inicial de Trump foi condenar a violência “de ambos os lados” mas evitou criticar adeptos da supremacia branca. Dois dias depois, devido ao protesto público sobre a sua ambivalência, ele afrouxou um pouco e criticou especificamente os adeptos da supremacia branca, mas mais uma vez na terça-feira ele recuou e insistiu que “havia culpa de ambos os lados”. Estas últimas observações, não surpreendentemente, foram saudadas pelo antigo líder da Ku Klux Kan, David Duck, que agradeceu Trump pela sua “honestidade”. E agora os adeptos da supremacia branca estão a planear comícios em várias cidades dos EUA.

Menos de duas semanas depois, em 25 de Agosto, Trump concedeu um perdão presidencial ao antigo xerife do Arizona, Joseph Arpaio, o qual fora condenado por criminoso desacato ao tribunal pelo facto de persistir com o “perfilamento racial” (“racial profiling”) de imigrantes latinos apesar de uma ordem do tribunal contra isto. Trump considerou-o mesmo um “patriota americano”. Este “patriota” aparentemente dirigia sua “campo de concentração” pessoal, uma prisão ao ar livre em Phoenix, onde detinha latinos em condições desumanas, condições em que as temperaturas no complexo atingiam mesmo os 63º C. Um perdão presidencial a este racista notório é um sinal claro aos adeptos da supremacia branca e neo-nazis de que Trump está com eles.

UMA VIRAGEM NÃO SUPREENDENTE

A América está claramente a virar-se rumo ao fascismo, um facto que não é surpreendente em si mesmo. A globalização provocou grandes dificuldades à classe trabalhadora branca e isto tem sido agravado pela crise capitalista. Enquanto o economista Joseph Stiglitz tenha mostrado que a taxa de salário real de um trabalhador médio homem americano em 2011 foi ainda mais baixa do que em 1968, o economista Angus Deaton mostrou que a atual taxa de mortalidade entre trabalhadores homens brancos era comparável à da Rússia após o colapso da União Soviética, a qual ela própria fora um recorde moderno para tempos de paz. Apesar de políticos liberais burgueses como Hillary Clinton raramente reconhecerem tais factos, Trump, na ausência de qualquer oponente progressista (uma vez que Bernie Sanders se havia retirado da competição), obteve uma certa simpatia do povo trabalhador por pelo menos reconhecer os seus apuros – e o seu apoio ajudou a colocá-lo na Casa Branca. Mas o culpado que ele lhes apresentou como sendo responsável pelos seus apuros não foi o sistema do capitalismo neoliberal, mas sim o “outro”, nomeadamente os imigrantes, os muçulmanos, os negros e os “estrangeiros”.

Não surpreendentemente, ele foi logo “adoptado” pelo capital financeiro estado-unidense o qual encarou-o como um baluarte contra possíveis “desordens” e um aliado que, sendo aceitável para o povo, faria avançar a agenda do capital financeiro. Trump, por sua vez, retribuiu o apoio do big business ao recheiar seus postos económicos com um conjunto de executivos de topo dos negócios, prometendo uma redução substancial da taxa tributária das corporações, de 35 para 15 por cento, e escolhendo como presidente do seu Conselho Económico Consultivo não um economista académico, como geralmente acontecia antes, mas um executivo da Goldman Sachs chamado Gary Cohn.

Entretanto, o que é interessante é que vários destes executivos agora se demitiram do Conselho Económico Consultivo de Trump em protesto contra a sua não manifestação contra os adeptos da supremacia branca de uma maneira mais direta. Muitos observadores na Índia, impressionados por este dilúvio de demissões, contrastaram a oposição dos negócios à brandura de Trump em relação aos adeptos da supremacia branca com o silêncio dos negócios na Índia sobre a brandura de Modi em relação aos gau rakshaks e outros grupos de vigilantes.

A razão que tipicamente é avançada para estas resignações nos EUA é que a consciência dos executivos não lhes permitiria fazerem parte de uma administração que está a acarinhar aqueles que tendem a dividir o país. E isto, vamos conceder, poderia bem ser verdade para muitos dos executivos que se demitiram e mesmo todos eles em certa medida. Mas há um fator adicional de importância que se deve notar.

Os vários grupos da supremacia branca e neo-nazis ainda têm pouco poder legislativo nos EUA. Se legislação favorável às corporações tiver de ser aprovada, se uma proposta orçamental para baixar impostos das corporações tiver ser aprovada, então Trump tem de confiar no apoio de legisladores no Congresso e no Senado. E nem todos, mesmo no seu Partido Republicano, apesar da sua forte inclinação à direita em anos recentes, estão desejosos de apoiar os adeptos da supremacia branca e os neo-nazis. Assim, se medidas favoráveis às corporações tiverem de ser tomadas por eles, então Trump tem de cortejar os legisladores em ambas as casas [do parlamento], pelo que ele tem de manter uma certa distância dos seus apoiantes fascistas. O destino da sua recente tentativa de abolir o Obamacare (as medidas de cuidados de saúde postas em vigor por Barack Obama), que enfrentou a oposição inter alia do líder republicano John McCain, é um indicador neste contexto. McCain, juntamente com vários outros líderes republicanos, também tem sido crítico da brandura de Trump em relação aos fascistas e eles poderiam facilmente resistir às tentativas de Trump de cortejá-los. O mundo corporativo portanto gostaria que Trump se distanciasse um pouco dos grupos da direita mais extremista a fim de promover a sua agenda pró corporativa.

Por outras palavras, há uma contradição subjacente à posição de Trump. Embora ele tenha uma perspectiva fascista e uma afinidade com elementos fascistas, ele foi eleito como o candidato não de um partido fascista mas do Partido Republicano, o qual apesar de ser de direita e ter talvez vários fascistas nas suas fileiras, não é em si um partido fascista. A implementação da sua agenda pró corporativa exige portanto um grau de distanciamento da sua base fascista. A demissão de vários executivos do seu conselho consultivo é um meio através do qual é aplicada pressão sobre ele a fim de criar tal distanciamento.

ABORDAGEM DUAL PARA COM TRUMP

É interessante que seus apoiantes corporativos estão a adoptar uma abordagem dual para com Trump. Enquanto alguns deles demitiram-se das suas posições de conselheiros, outros permaneceram, mesmo com o apoio tácito daqueles que se demitiram. Assim, Gary Cohn, que declarou publicamente também estar a contemplar a demissão, não o fez, a fim de ser capaz de “servir o país”; e também declarou que sua decisão de não se demitir era apoiada por muitos que haviam optado por se distanciarem da administração Trump devido à sua brandura em relação a grupos fascistas. Por outras palavras, enquanto alguns executivos demitiram-se como meios de pressionar Trump a adoptar posições que tornariam possível a implementação de um agenda pró corporações, outros permaneceram na sua administração a fim em primeiro lugar de realizar uma tal agenda pró corporações.

Em suma, o que estamos a testemunhar é um complexo processo de negociações entre Trump e o big business. Segundo Michal Kalecki, o famoso economista marxista polaco, o fascismo era caracterizado pelo facto de que “a maquinaria do Estado está sob o controle directo de um partenariado do big business com fascistas recém chegados”. Entretanto, a observação de Kalecki refere-se a uma situação em que um Estado fascista passou a existir. Mas em países como os EU que estão a voltar-se em direção ao fascismo, para a criação de um Estado fascista, se chegar a ocorrer, ainda há um longo caminho pela frente. O partenariado entre fascistas recém chegados e o big business ainda está em processo de formação; a captura do poder exclusivo do Estado por este partenariado ainda não está à vista. Este partenariado, em suma, está a ser formado dentro da estrutura de um Estado burguês ainda não fascista, o qual faz as negociações sobre a formação deste “partenariado” muito mais complicadas e difíceis. A diversidade de respostas de executivos corporativos às posições da administração Trump é um reflexo na natureza complicada de tais negociações.

Se bem que a viragem dos EUA rumo ao fascismo seja inequívoca, as contradições associadas a esta viragem, e a complexidade do processo de formação do partenariado entre o big business e fascistas recém chegados dentro da estrutura de um Estado burguês não fascista, são claramente visíveis.

[*] Economista, indiano, ver Wikipedia

4. Golpe judaico anglo-americano no euro põe capitalismo global em instabilidade total

<https://www.patrialatina.com.br/golpe-judaico-anglo-americano-no-euro-poe-capitalismo-global-em-instabilidade-total/>

Cesar Fonseca e Ubiramar Lopes - Postado em 28/06/2016 4:00

BREXIT é produto do crash capitalista de 2008 que abalou o poder de Washington; é pressão sobre europeus para se renderem a Tio Sam; é tentativa de distanciá-los da Rússia e da China, do poder dos BRICs; é a nova guerra fria global entre potências.

A derrota do euro, no Brexit, é, praticamente, uma vitória parcial das forças econômicas, financeiras e especulativas judaico anglo-americana.

Trata-se de tentativa de promover desunião da União Europeia, de um lado, e, de outro, união dos Estados Unidos e Inglaterra, expressão da força anglo-

americana, reforçada pelo capital judeu, dominante nas praças financeiras de Londres-Nova York.

É briga de cachorro grande, para desestabilizar a plataforma financeira de Frankfurt, símbolo do poder financeiro alemão, abalado pelo euro em crise.

O poder judaico anglo-americano, diante de novas forças que avançam contra o dólar, afetado, a cada bancarrota capitalista especulativa, como aconteceu em 2008, busca, no século 21, dar continuidade a sua força imperial: no século 19, Inglaterra, com sua libra; no século 20, as verdinhas americanas.

Em dois séculos, mediante guerras econômicas, os ingleses e os americanos dominaram o mundo, como nos séculos anteriores, 16 e 17, dominaram os europeus, Holanda e França.

No século 21, quem predominará, em meio às incertezas gerais que se apresentam nos primeiros 16 anos desse terceiro milênio?

Os europeus tentaram, depois de duas guerras, que destruíram os impérios, no velho continente, montar uma unidade, compondo 28 países, incluindo Reino Unido.

Armaram, por meio do Tratado de Maasstrich, união monetária, com compromisso de que cada integrante se limitasse a déficit público não superior a 3% do PIB.

Era a busca do equilíbrio geral, sob o euro.

Seria repetição do equilibrismo orçamentário vigente na economia clássica dezenovecentista, debaixo do poder da libra inglesa.

Deu certo, aos trancos e barrancos, de 1808 a 1870.

Mesclaram-se, nesse período histórico, lucros e deflações, sobreacumulação de capital, até emergência das raízes políticas socialistas.

O socialismo emergiu na instabilidade neoliberal capitalista, que deu origem aos oligopólios, como arma contra queda da taxa de lucro.

Afinal, como a história demonstrou, na crise de 1929, o capitalismo concorrencial, sob *lassair faire*, destrói o sistema capitalista.

A revolução socialista soviética, favorecida pela fragilização europeia, na primeira guerra mundial, fruto do confronto dos oligopólios imperialistas alemão, francês e inglês, abriu nova era ao capitalismo europeu.

Para sobreviver, partiu, em meio às tensões de guerra, para a socialdemocracia.

Macroeconomia capitalista com melhor distribuição de renda, mediante maior oferta de serviços sociais – saúde, educação, segurança, previdência social, leis trabalhistas etc – representou saída estabilizadora contra perigo de socialização global sob soviets leninista-trotskista.

Os grandes banqueiros europeus, capital judeu, financiadores das guerras, tiveram que se render ao pensamento social democrata, na Europa, para não serem batidos pelo socialismo, no Leste Europeu.

Juntaram sua força econômica à força emergente americana, depois da primeira guerra mundial, diante da qual a força econômica europeia, antes predominante, rendeu-se ao poder dos Estados Unidos.

A geopolítica americana, fortalecida pela segunda guerra, disposta a avançar rumo ao Leste e ao Oriente, submeteu os europeus à humilhação de ter que serem salvos do comunismo soviético pelo dólar.

Tio Sam cobrou senhoriagem, ou seja, a abertura da Europa, em grande escala, ao capital norte-americano.

Esse avanço de Tio Sam representou, até a queda do Muro de Berlim, em 1989, obstáculo ao sonho europeu de unidade política.

O nascimento da nova Europa, a União Europeia, tendo como base monetária o euro, significou, sobretudo, grito de independência frente ao dólar.

A consolidação da independência dos europeus, porém, como se vê, agora, com a saída da Libra do terreno do euro, com o Brexit, não se efetivou, na prática.

Predominou instabilidade, especialmente, depois do crash capitalista americano de 2008, bolha especulativa imobiliária, implosão dos derivativos de dólar, que Tio Sam espalhou na Europa, por meio dos bancos dominados pelo capital anglo-americano judeu.

Pressão por novo referendo mostra receio dos ingleses em dar um salto no escuro, largando a Europa, que cairia nos braços da Rússia e da China, para não se danar no terreiro de Tio Sam e do dólar em crise

A Europa não conseguiu se safar da crise.

Os banqueiros judeus europeus-americanos, que haviam distribuídos os derivativos, por meio de empréstimos aos governos dos países emergentes, na Europa, a fim de tocarem o desenvolvimento econômico, mediante endividamento especulativo, resolveram cobrar a dívida e seus juros especulativos depois do crash.

Impuseram exigências absurdas de austeridade econômica e fiscal.

Por meio da troika imperialista – FMI, Banco Central Europeu (dominado pelos banqueiros judeus) e União Europeia -, apertaram o cerco dos governos endividados.

Impuseram-lhes exigências em forma de destruição dos direitos dos trabalhadores, expressos nas conquistas sociais democráticas, para reduzir custos de produção do capitalismo sucateado pela especulação financeira.

A instabilidade política, na Europa, cresceu, incontrolavelmente, enquanto era invadida pelos produtos baratos chineses.

A direita racista, nacionalista, homofóbica, de um lado, e a esquerda, com os novos partidos progressistas, de outro, avançando em relação à desmoralização e corrupção dos velhos partidos, entraram em choque.

O sistema capitalista social democrata europeu, em desvantagem em relação aos concorrentes americanos, chineses e asiáticos, estes aliados da Rússia, na conformação dos BRICs, ficou entre a cruz e a caldeirinha.

Pressionada pelos banqueiros, donos, de fato, dos bancos centrais, comandantes da financeirização econômica especulativa global, a União Europeia, para sobreviver em meio à bancarrota, dobrou apostas, não no desenvolvimento econômico, mas na austeridade fiscal.

As tensões políticas, claro, multiplicaram-se, debaixo do peso da crise financeira, de um lado, da emigração, de outro, engordada pelos estragos guerreiros provocados pela imperialista OTAN, na África e no Oriente Médio.

A velha Inglaterra, diante dessa velha Europa em frangalhos, tornou-se propensa, ainda mais ao que lhe caracteriza, historicamente, como ex-império global: o individualismo e o cinismo utilitaristas.

Por que manter-se aliada ao risco europeu?

A opção dos ingleses fragiliza a Europa e fortalece a geopolítica de Tio Sam que deseja uma Europa débil, dividida, para atraí-la contra os verdadeiros adversários de Washington, a Rússia e a China, os asiáticos, unidos em torno dos BRICs, nova força anti-dólar em ascensão.

Mas, a velha Europa, com as ainda potentes Alemanha e França, se voltará para Tio Sam ou chegará para mais perto de Putin, Rússia, da qual dependem em mercados e matéria prima?

Brexit, por tudo isso e muito mais, é um risco grande para o capitalismo global em instabilidade geral, que não assegura vitória da força imperialista judaico anglo-americana, também, abalada com tudo que está acontecendo,

especialmente, pela resistência dos integrantes do Reino Unido em sair da União Europeia.

Incerteza global total.

5. Conexão Curitiba: uma hipótese muito provável

Agora, todas as peças parecem se encaixar. Como a descoberta do pré-sal, em meio a uma guinada estratégica à direita, nos EUA, colocou o Brasil no centro da “guerra híbrida” e criou as condições para o atual cenário de horrores

por [José Luís Fiori e William Nozaki](#)

Publicado 25/07/2019 às 18:00 - Atualizado 25/07/2019 às 18:01

<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-conexao-curitiba-uma-hipotese-muito-provavel/>

É comum falar de “teoria da conspiração”, toda vez que alguém revela ou denuncia práticas ou articulações políticas “irregulares”, ocultas do grande público, e que só são conhecidas pelos *insiders*, ou pelas pessoas mais bem informadas. E quase sempre que se usa esta expressão, é com o objetivo de desqualificar a denúncia que foi feita, ou a própria pessoa que tornou público o que era para ficar escondido, na sombra ou no esquecimento da história. Mas de fato, em termos mais rigorosos, não existe nenhuma “teoria da conspiração”. O que existem são “teorias do poder”, e “conspiração” é apenas uma das práticas mais comuns e necessárias de quem participa da luta política diária pelo próprio poder. Esta distinção conceitual é muito importante para quem se proponha analisar a conjuntura política nacional ou internacional, sem receio de ser acusada de “conspiracionista”. E é um ponto de partida fundamental para a pesquisa que estamos nos propondo fazer sobre qual tenha sido o verdadeiro papel do governo norte-americano no golpe de Estado de 2015/2016, e na eleição do “capitão Bolsonaro”, em 2018. Neste caso, não há como não seguir a trilha da chamada “conspiração”, que culminou com a ruptura institucional e a mudança do governo brasileiro. E nossa hipótese preliminar é que a história desta conspiração começou na primeira década do século XXI, durante o “mandarinato” do vice-presidente americano, Dick Cheney, apesar de que ela tenha adquirido uma outra direção e velocidade a partir da posse de Donald Trump, e da formulação da sua nova “estratégia de segurança nacional”, em dezembro de 2017.

No início houve surpresa, mas hoje todos já entenderam que essa nova estratégia abandonou os antigos parâmetros ideológicos e morais da política externa dos Estados Unidos, de defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico, e assumiu de forma explícita o projeto de

construção de um império militar global, com a fragmentação e multiplicação dos conflitos, e a utilização de várias formas de intervenção externa, nos países que se transformam em alvos dos norte-americanos. Seja através da manipulação inconsciente dos eleitores e da vontade política dessas sociedades; seja através de novas formas “constitucionais” de golpes de Estado; seja através sanções econômicas cada vez mais extensas e letais, capazes de paralisar e destruir a economia nacional dos países atingidos; seja, finalmente, através das chamadas “guerras híbridas” que visam destruir a vontade política do adversário, utilizando-se da informação mais do que da força, das sanções mais do que dos bombardeios, e da desmoralização intelectual dos opositores mais do que da tortura.

Desse ponto de vista, é interessante acompanhar e evolução dessas propostas nos próprios documentos norte-americanos, nos quais são definidos os objetivos estratégicos do país e as suas principais formas de ação. Assim, por exemplo, no Manual de Treinamento das Forças Especiais Americanas Preparadas para Guerras Não-Convencionais, publicado pelo Pentágono em 2010, já está dito explicitamente que “o objetivo dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos”. Com o reconhecimento de que “em um futuro não muito distante, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerra irregulares”¹. Uma orientação que foi explicitada, de maneira ainda mais clara, no documento no qual se define, pela primeira vez, a nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA do governo de Donald Trump, em dezembro de 2017. Ali se pode ler, com todas as letras, que o “combate à corrupção” deve ter lugar central na desestabilização dos governos dos países que sejam “competidores” ou “inimigos” dos Estados Unidos². Uma proposta que foi detalhada no novo documento sobre a Estratégia de Defesa Nacional dos EUA, publicado em 2018, em que se pode ler que “uma nova modalidade de conflito não armado tem tido presença cada vez mais intensa no cenário internacional, com o uso de práticas econômicas predatórias, rebeliões sociais, cyber-ataques, fake news, métodos anticorrupção³”.

É importante destacar que nenhum desses documentos deixa a menor dúvida de que todas estas novas formas de “guerra não convencional” devem ser utilizadas – prioritariamente – contra os Estados e as empresas que desafiem ou ameacem os objetivos estratégicos dos EUA.

Agora bem, neste ponto da nossa pesquisa, cabe formular a pergunta fundamental: quando foi – na história recente – que o Brasil entrou no radar dessas novas normas de segurança e defesa dos EUA? E aqui não há dúvida de que cabem muitos fatos e decisões que foram tomadas pelo Brasil, sobretudo depois de 2003, como foi o caso da sua política externa soberana, da sua liderança autônoma do processo de integração sul-americano, ou mesmo, da participação no bloco econômico do BRICS, liderado pela China. Mas não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos. Basta ler o *Blueprint for a Secure*

Energy Future, publicado em 2011, pelo governo de Barack Obama, para ver que naquele momento o Brasil já ocupava posição de destaque em 3 das 7 prioridades estratégicas da política energética norte-americana: (i) como uma fonte de experiência para a produção de biocombustíveis; (ii) como um parceiro fundamental para a exploração e produção de petróleo em águas profundas; (iii) como um território estratégico para a prospecção do Atlântico Sul⁴.

A partir daí, não é difícil rastrear e conectar alguns acontecimentos, sobretudo a partir do momento em que o governo brasileiro promulgou – em 2003 – sua nova política de proteção dos produtores nacionais de equipamentos, com relação aos antigos fornecedores estrangeiros da Petrobras, como era o caso, por exemplo, da empresa norte-americana Halliburton, a maior empresa mundial em serviços em campos de petróleo, e uma das principais fornecedoras internacionais das sondas e plataformas marítimas, e que havia sido dirigida, até o anos 2000, pelo mesmo Dick Cheney que viria a ser o vice-presidente mais poderoso da história dos Estados Unidos, entre 2001 e 2009. A Odebrecht, a OAS e outras grandes empresas brasileiras entram nessa história, a partir de 2003, exatamente no lugar dessas grandes fornecedoras internacionais que perderam seu lugar no mercado brasileiro. Cabendo lembrar aqui que a complexa negociação entre a Halliburton e a Petrobrás⁵, em torno à compra e entrega das plataformas P43 e P48, envolvendo 2,5 bilhões de dólares⁶, começou na gestão de Dick Cheney e se estendeu até 2003/4, com a participação do Gerente de Serviços da Petrobrás na época, Pedro José Barusco, que se transformaria depois no primeiro delator conhecido da Operação Lava-Jato⁷.

Nesse ponto, aliás, seria sempre muito bom lembrar a famosa tese de Fernand Braudel, o maior historiador econômico do século XX, de que “o capitalismo é o antimercado”, ou seja, um sistema econômico que acumula riqueza através da conquista e preservação de monopólios, utilizando-se de todo e qualquer meio que esteja ao seu alcance. Ou ainda, traduzindo em miúdos o argumento de Braudel: o capitalismo não é uma organização ética nem religiosa, e não tem nenhum compromisso com qualquer tipo de moral privada ou pública que não seja a da multiplicação dos lucros e a da expansão contínua dos seus mercados. E isto é que se pode observar, mais do que em qualquer outro lugar, no mundo selvagem da indústria mundial do petróleo, desde o início de sua exploração comercial do petróleo, desde a descoberta do seu primeiro poço pelo “coronel” E. L. Drake, na Pensilvânia, em 1859.

Agora bem, voltando ao eixo central da nossa pesquisa e do nosso argumento, é bom lembrar que este mesmo Dick Cheney que vinha do mundo do petróleo, e teve papel decisivo como vice-presidente de George W. Bush, foi quem concebeu e iniciou a chamada “guerra ao terrorismo”, conseguindo o consentimento do Congresso norte-americano para iniciar novas guerras, mesmo sem aprovação prévia do parlamento; e o que é mais importante, para nossos efeitos, conseguiu aprovar o direito de acesso a todas as operações financeiras do sistema bancário mundial, praticamente sem restrições, incluindo o velho segredo bancário suíço, e o sistema e pagamento europeus, o SWIFT.

Por isso, aliás, não é absurdo pensar que tenha sido por esse caminho que o Departamento de Justiça norte-americano tenha tido acesso às informações financeiras que depois foram repassadas às autoridades locais dos países que os Estados Unidos se propuseram a desestabilizar com campanhas seletivas “contra a corrupção”. No caso brasileiro, pelo menos, foi depois desses acontecimentos que ocorreu o assalto e o furto de informações geológicas sigilosas e estratégicas da Petrobras, no ano de 2008, exatamente dois anos depois da descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal brasileiro, no mesmo ano em que os EUA reativaram sua IV Frota Naval de monitoramento do Atlântico Sul. E foi no ano seguinte, em 2009, que começou o intercâmbio entre o Departamento de Justiça dos EUA e integrantes do Judiciário, do MP e da PF brasileira para tratar de temas ligados à lavagem de dinheiro e “combate à corrupção”, num encontro que resultou na iniciativa de cooperação denominada *Bridge Project*, da qual participou o então juiz Sérgio Moro.

Mais à frente, em 2010, a Chevron negociou sigilosamente, com um dos candidatos à eleição presidencial brasileira, mudanças no marco regulatório do pré-sal, numa “conspiração” que veio à tona com os vazamentos da Wikileaks, e que acabou se transformando num projeto apresentado e aprovado pelo Senado brasileiro. E três anos depois, em 2013, soube-se que a presidência da República, ministros de Estado e dirigentes da Petrobras vinham sendo alvo, havia muito tempo, de grampo e espionagem, como revelaram as denúncias de Edward Snowden. No mesmo ano em que a embaixadora dos EUA que acompanhou o golpe de Estado do Paraguai contra o presidente Fernando Lugo foi deslocada para a embaixada do Brasil. E foi exatamente depois desta mudança diplomática, no ano de 2014, que começou a Operação Lava Jato, que tomou a instigante decisão de investigar as propinas pagas aos diretores da Petrobras, exatamente a partir de 2003, deixando fora portanto os antigos fornecedores internacionais, no momento exato em que concluíam as negociações da empresa com a Halliburton, em torno da entrega das plataformas P 43 e P48.

Se todos estes dados estiverem corretamente conectados, e nossa hipótese for verossímil, não é de estranhar que depois de cinco anos do início desta “Operação Lava-Jato”, os vazamentos divulgados pelo site *The Intercept Brasil*, dando notícias da parcialidade dos procuradores, e do principal juiz envolvido nessa operação, tenham provocado uma reação repentina e extemporânea dos principais acusados desta história que se homiziaram, praticamente, nos Estados Unidos. Provavelmente, em busca das instruções e informações que lhe permitissem sair das cordas, e voltar a fazer com seus novos acusadores o que sempre fizeram no passado, utilizando-se de informações repassadas para destruir seus adversários políticos. Entretanto, o pânico do ex-juiz e seu despreparo para enfrentar a nova situação fizeram-no comportar-se de forma atabalhoada, pedindo licença ministerial e viajando uma segunda vez para os Estados Unidos, e com isto tornou público o seu lugar na cadeia de comando de uma operação que tudo indica que possa ter sido a única operação de intervenção internacional bem-sucedida – até agora – da dupla John Bolton e Mike Pompeo, os dois “homens-bomba” que comandam a política externa do governo de Donald Trump. Uma operação tutelada pelos norte-americanos e avalizada pelos militares brasileiros.

Por isso, se nossa hipótese estiver correta, não há a menor possibilidade de que as pessoas envolvidas neste escândalo sejam denunciadas e julgadas com imparcialidade, porque todos os envolvidos sempre tiveram pleno conhecimento e sempre aprovaram as práticas ilegais do ex-juiz e de seu “procurador-assistente”, práticas que foram decisivas para a instalação do capitão Bolsonaro na Presidência da República. O único que lhes incomoda neste momento é o fato de que sua “conspiração” tenha se tornado pública, e que todos tenham entendido quem é o verdadeiro poder que está por trás dos chamados “Beatos de Curitiba”.

1 U.S. Department of the Army. U.S.Army Special Forces Unconventional Warfare Training Manual. Headquarters, Washington D.C., 2010. Disponível em: <https://publicintelligence.net/u-s-army-special-forces-unconventional-warfare-training-manual-november-2010>. Acessado em 22/07/2019.

2 U.S. Department of Defense. National Security Strategy, Washington D.C., 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acessado em 22/07/2019.

3 U.S. Department of Defense. National Defense Strategy, Washington D.C., 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf> Acessado em 22/07/2019.

4 U.S. Department of Energy. Blueprint for a Secure Energy Future, Washington D.C., 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/blueprint-secure-energy-future>. Acessado em 22/07/019.

5 “Petrobrás fecha negócio bilionário com Halliburton, www.dci.com.br, 20/04/04.

6 “Os laços Petrobrás Halliburton”, 25/02/2004, www.istoedinheiro.com.br.

7 “Veja na íntegra a delação premiada de Pedro Barusco”, <https://poliitca.estadao.com.br>, 05/02/2015

6. “Um Estado que não é regido pela justiça e a ética se reduz a um bando de ladrões”

<http://saudepublicada.sul21.com.br/2019/07/24/um-estado-que-nao-e-regido-pela-justica-e-a-etica-se-reduz-a-um-bando-de-ladros/>

1

Um Estado sem justiça, sem ética em suas autoridades não tem mais uma forma de governo do que a lei do mais forte, a lei da selva.

Las matemáticas, la ética y los valores

Le preguntaron al gran matemático árabe Al-Khawarizmi, uno de los padres del álgebra, que vivió entre el año 780 y el 850, sobre el valor del ser humano, y este respondió con la siguiente fórmula:

“Si tiene ética, entonces su valor es = 1. Si además es inteligente, agréguele un cero y su valor será = 10. Si también es rico, súmele otro 0 y será = 100. Si por sobre todo eso es, además, una bella persona, agréguele otro 0 y su valor será = 1000. Pero, si pierde el 1, que corresponde a la ética, perderá todo su valor pues, solamente le quedarán los ceros”.

Gran verdad esta simple y sencilla fórmula del matemático Al-Khawarizmi. Todo el edificio, tanto el social como el individual, se sustenta en la ética. Si la ética falla, todo se viene abajo, y más pronto que tarde: la política, la economía, el arte, la cultura, el estado de derecho, la vida en sociedad. Ya lo dijo el gran Agustín de Hipona: **“Un Estado que no se rigiera según la justicia se reduciría a una gran banda de ladrones”.** Y aquí podemos usar como sinónimos **“ética”** y **“justicia”**. **Un estado sin justicia, sin ética en sus autoridades no tiene más forma de gobierno que la ley del más fuerte, la ley de la selva, en definitiva.**

Estas definiciones del matemático árabe Al-Khawarizmi y de San Agustín, por lejanas que nos parezcan, nos ayudan a comprender mejor la afirmación del empresario chino Jack Ma sobre la necesidad de un cambio radical en la forma de educar. Una educación no basada en conocimientos, que se pueden repetir mediante inteligencia artificial que un algoritmo o un robot pueda suplantar trabajo humano. **Lo que según Ma no se podrá suplantar nunca por una máquina, es una educación que se dirija a inculcar las habilidades necesarias que incluyen edificar valores, fomentar el pensamiento independiente, cuidado de los otros, trabajo en equipo.**

Y la ética es una parte de esos valores que no pueden reproducir las máquinas por más avanzadas que sean. Dentro de estos valores se encuentra también la ética de la responsabilidad frente a las decisiones que uno toma, la ética de la cultura del trabajo que se viene resquebrajando a pasos agigantados en muchas partes del mundo, la ética de la ayuda a los demás colegas cuando están sobrepasados o cuando no ven la solución o cuando el peso de trabajo los agobia o cuando el trabajo en equipo potencia capacidades.

De hablar y de enseñar valores se debería tratar, por encima de todo, la reforma educativa que debemos emprender sin más demora. Una reforma que no rebaje los estándares de exigencia curricular para que todos pasen de grado y se reduzca la tasa de repetición o de reprobación, algo

que se propone desde muchas autoridades de la enseñanza uruguaya que no quieren ser mal evaluadas internacionalmente o por la comparación con sus propios resultados en años anteriores.

No se trata solamente de mejorar el nivel de conocimientos para que los jóvenes puedan aprobar Primaria o Secundaria. Ello es obviamente necesario, pero si no educamos en valores, (y hay que reconocer que las autoridades educativas de los últimos lustros se han esforzado en eyectar los valores de las aulas so pretexto de una mal entendida laicidad y so pretexto de no exigir esfuerzo en momentos de la vida donde se forma el carácter) todo lo que pueda enseñarse tendrá un valor relativo y además efímero a medida que la automatización avance.

Pero esto no es solo un problema uruguayo sino mundial. Por ejemplo, las grandes escuelas de negocios, donde se forman muchos de los principales dirigentes empresariales, se han visto obligadas a repensar sus currículos y sus métodos de enseñanza al darse cuenta de que la ética quedaba por fuera de ellos. Y como consecuencia, esa ausencia se manifestaba luego en comportamientos empresariales tendientes a su maximización del beneficio a toda costa pasando por encima de personas, de reglas y de normas: volvíamos a la ley de la selva, a la ley del más fuerte, a la ley de que los fines justifican los medios.

Es importante, por tanto, que ante la contienda electoral que se avecina, los candidatos no se concentren únicamente en propuestas y programas de mejora material de la sociedad. Esas propuestas son necesarias, pero si no van acompañadas de propuestas en valores, del fomento del pensamiento independiente y del respeto a quien piensa distinto, de poco o nada servirán. Quizá se arregle el déficit fiscal o la tasa de inflación o se mejore el desempeño económico. Pero no habrá una base sólida para que la democracia y la libertad prosperen y estaremos a los vientos de los populistas y embaucadores de todos los pelos. Si ello ocurre, las personas perderán todo el valor y estaremos gobernados sin justicia. Será el sálvese quien pueda. Podremos tener prosperidad por un rato, pero las bases de la misma serán frágiles como la arcilla.

Fonte: [El Observador](#)

Por: Ricardo Peirano

7. Os verdadeiros psicopatas, por Sérgio Troncoso

Geralmente acompanha o "pacote", um indivíduo analfabeto funcional, incapaz de conviver com quem discorda dele...

<https://jornalggn.com.br/opiniao/mimimi-dos-psicopatas/>

Os psicopatas de verdade sempre são os primeiros a revelar sua condição, ao acusar os outros de serem exatamente o que eles são. Um exemplo é misturar preferência política ou ideológica com psicopatia, ou seja, quem te chama de “esquerdopata” sem te conhecer, sem saber sobre tuas leituras, teu trabalho e tuas viagens, estudos e experiências de vida, não passa de uma pessoa que demonstra uma patologia psicopata tendendo à violência social. Geralmente acompanha o “pacote”, um indivíduo analfabeto funcional, incapaz de conviver com quem discorda dele...

Outra turma irritante é a que abusa da expressão “mimimi” ou “vitimismo”. Se vc luta contra o racismo, é “mimimi vitimismo”, por melhores condições de trabalho, é “mimimi vitimismo”, homofobia “mimimi vitimismo”, misoginia “mimimi vitimismo”, etc. No fim das contas vc o conhece (ou vai no perfil {"n" vezes falso}, como está na moda), não dá outra, ou é um daqueles pobres que inesperadamente melhorou de vida (muitas vezes só na cabeça dele), ou é classe média/rica que teve condições materialmente boas dadas pela família.

PUBLICIDADE

Em ambos os casos são pessoas sem empatia com seus semelhantes, “esquecem” que todos de ambos os lados normalmente trabalham muito, vivem sob um ponto de vista socialmente covarde, são egoístas, preferem manter as coisas como estão, no máximo fazem aquela “caridade” conservadora, que nunca muda o sistema. Ou seja, no fundo são os verdadeiros invejosos fazedores de MIMIMI VITIMISTA tentando culpar os outros pela sua opção socialmente covarde. É a única forma psicologicamente aceitável que encontram, para justificar o incômodo que lhes causam as pessoas que lutam

por se sentirem injustiçadas, esperneiam diante da sua inanição na luta por uma sociedade mais justa... O que os torna um pouco psicóticos também...

8. PSICANÁLISE EM TEMPOS DE CÓLERA OU A IGUALDADE É BRANCA

Ney Marinho (JUN/2019 – SBPRJ)

A Osvaldo Costa Rego Filho, in memoriam

“... Não tenho dúvidas de que a humanidade sobreviverá até mesmo a esta guerra (I Guerra Mundial), mas tenho certeza de que para mim e meus contemporâneos o mundo jamais será novamente um lugar feliz. Ele é demasiado horrendo. E o mais triste de tudo é que se trata exatamente do modo pelo qual deveríamos ter esperado que as pessoas se comportassem, a partir do nosso conhecimento da psicanálise ... Minha conclusão secreta sempre foi: desde que só podemos considerar a mais elevada civilização atual como carregada de uma enorme hipocrisia, conclui-se que somos organicamente inadequados a ela. Somos forçados a abdicar e o Grande Desconhecido, Ele ou Alguma Coisa, emboscado atrás do Destino, algum dia repetirá esta experiência com uma outra raça.”
(Carta de Freud, in Freud/Lou Andreas Salomé – Correspondência Completa, 1975 [1914])

“ ... Raramente deixei de experimentar ódio à psicanálise e, sua recíproca, a sexualização da psicanálise. São partes de uma “conjunção constante”. Em termos categoria C: o animal humano não cessou de ser perseguido pela sua mente e pelos pensamentos usualmente associados a ela – quaisquer que sejam suas origens. Portanto, não espero qualquer psicanálise adequadamente feita que escape do ódio inseparável da mente. Busca-se, de certo, refúgio em estados de ausência de mente, sexualização, acting-out e estupor em vários graus.” (Bion, in Atenção e Interpretação, 2006:132 [1970])

Evidentemente, esta mesa foi convocada em virtude da delicada ou alarmante conjuntura que vivemos, o mundo – o ocidental, pelo menos - e o Brasil, em particular. Tal conjuntura se caracteriza pela volta de questões e movimentos que pareciam estar superados pelo processo civilizatório alcançado. Quer sejam as paixões nacionalistas com seu cortejo de belicismo, xenofobia, racismo, intolerância religiosa, quer o recrudescimento dos fundamentalismos, o ataque às minorias (religiosas, étnicas, etc.), quer a cruel e gratuita brutalidade contra as mulheres, ou, o questionamento do valor do trabalho em favor do capital e de uma leviana tecnologia, ao lado de uma violenta ofensiva à cultura e à educação. A sociedade deveria submeter-se às leis do mercado ou da economia, ditadas e sancionadas por supostos êxitos econômicos aparentemente incompatíveis com uma democracia liberal. Em suma, como uma colega com felicidade vaticinou: a ditadura da eficiência (Marinho, F. 2005). Surge então, metaforicamente, o termo ditadura. Na atual conjuntura, não se trata de mera metáfora, mas de um real questionamento quanto às vantagens da democracia e suas decorrências, como o estado de bem estar social. Ocorrem propostas de retorno a sociedades estratificadas em classes, agora intelectuais ou profissionais, como é o caso da exaltação da meritocracia, conceito não muito claro mas muitas vezes substituto de aristocracia, uma vez que só membros de uma determinada classe social teriam a oportunidade de alcançar a eficácia técnica exigida! Há ainda o discurso do ódio ou do rancor que pede uma reflexão psicanalítica. Admitida esta hipótese para a convocação desta mesa, surgiria a questão:

qual a contribuição da Psicanálise a este debate?

Procuraremos nos minutos que nos cabem expor duas ou três questões que julgamos ajudar o desenvolvimento do tema. A primeira: se tal estado de cólera não teria sempre existido no correr de todos os processos civilizatórios, mesmo em seus períodos mais pacíficos ou exitosos? A segunda: não guardaria a tríade – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – uma correlação interna inescapável? E, finalmente, qual a contribuição efetiva que a Psicanálise?

AS PLÁCIDAS ÁGUAS DO MEDITERÂNEO – Bion utiliza várias vezes o episódio, descrito na Eneida, da morte de Palinuro. O experiente timoneiro ao singrar mares calmos em direção ao Lácio é violentamente atacado pelo deus Somnus após resistir às suas tentativas de sedução de entregar o leme a Phorbas (um disfarce do deus) ante um mar tão calmo, com ventos do mar para a terra, e descansar (Virgílio, Eneida livro V). Este episódio permite a Bion várias reflexões. No contexto estudado – Psicanálise em tempos de cólera – gostaríamos de realçar o aspecto ilusório das plácidas águas. Ainda com Bion (1976): “ Todos nós conhecemos o termo latência. Quero esquecer temporariamente os usos correntes, pois é fácil focalizar a latência, ao invés do que é latente. Constato que é útil considerar que aquilo que é latente na latência é a turbulência emocional.” Nossa conjectura é que a cólera sempre está presente na civilização, em geral, em estado latente. Tal afirmação não é original e vai ao encontro de repetidas especulações de Freud desde A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno (Freud, 1908) até o clássico: Mal Estar na Civilização (Freud, 1930). Sugerimos a pesquisa sobre o que estava latente em nossa cultura e se fez

manifesto, e agora tanto nos assusta, e o que ainda se mantém latente. Falaremos mais na cultura brasileira para reduzir o âmbito do argumento, embora reconheçamos não ser possível separar nosso contexto do mundial ao qual dedicaremos sucintamente a próxima seção. Vários são os fatores latentes a serem investigados, com diferentes pesos, por exemplo: nosso passado escravocrata; a longa influência do autoritarismo, impunidade e violência do latifúndio na história de nossa organização política, econômica e social –ver de Coronelismo, Enxada e Voto (Leal, V. N. [1948]) até o recente Sobre o autoritarismo brasileiro (Schwarcz, L. M. 2019), passando pela já vasta obra de Jessé Souza (2015, 2016, 2017, 2018a, 2018b); a relativamente curta experiência republicana e a mais breve ainda democrática e muito outros fatores a serem descobertos e propostos. Contudo, não basta a sua enumeração – um tanto óbvia - importante é examiná-los mais detidamente. Principalmente para nós psicanalistas. Mal iniciamos uma pesquisa sobre a razão escravagista e impressionou-nos a amplitude do tema e sua atualidade, isto é, como está entranhada em nossa cultura de hoje em dia. Um banal exemplo: a prática da tortura, na atualidade restrita aos pobres, negros ou brancos, faz parte de nosso medieval sistema policial e somente existe porque se admitiu por mais de três séculos que boa parte da população fosse assim tratada, em suma: uma forma de banalidade do mal. Por outro lado, a literatura sobre o tema da razão em psicanálise é praticamente nula, em que pese a enfática sugestão de Bion de investigarmos a sigla R (razão) (Bion 1963). Temos tentado seguir esta proposta mas reconhecemos ser um empreendimento a longo prazo (Marinho, N. 2006) e que pede um amplo diálogo multidisciplinar. Falar em razão numa dada cultura é falar no que faz sentido, ou melhor, o que é consentido e o que não é.

O RANCOR – “... Falar de ‘rancor’ é talvez mais justo do que falar de ‘ódio’ ... O rancor designa, em francês, o sentimento mais amargo e mais enraivecido de ter sido vítima de uma injustiça ou de uma falsa promessa, de ter sido enganado ou rejeitado. Talvez todo o Ocidente se tenha de origem infectado de rancor contra ele mesmo na exata medida em que se prometeu, e em que até nós não cessou de se prometer uma realização – da natureza, do homem, da cidade, da justiça, do saber.” (Nancy, J-L 2017) Assim descreve Jean-Luc Nancy, a visão de muitos filósofos (refere-se especificamente a Heidegger) sobre a decadência do Ocidente. Filósofo francês contemporâneo, Nancy faz uma ponderada, mas consistente crítica às relações filosoficamente íntimas, a seu ver, entre o pensamento de Heidegger e o nazismo. Escolhemos esta citação de Nancy que, embora expressa em outro contexto (a discussão Heidegger e o nazismo), revela grande atualidade uma vez que constatamos um clima de rancor que impede qualquer discussão racional quer, por exemplo, sobre o futuro da Comunidade Europeia –formidável iniciativa que tem contribuído para a paz a um continente tradicionalmente fratricida – quer sobre nossa incipiente democracia subitamente comprometida por manobras parlamentares, midiáticas e jurídicas ante um povo dividido e manipulado pelo rancor. Em suma, nossa conjectura é que há uma grave crise civilizacional, contra a proposta iluminista que, em suas inúmeras variantes, dominou dois séculos o pensamento político ocidental. Não se trata de uma crítica dos fracassos ou insucessos seja das propostas socialistas, seja da democracia liberal, com sugestões de correção de rumos e novas perspectivas. Questiona-se a validade do lema: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Questiona-se o estado laico. Uma exposição ampla sobre o tema encontramos em O Ódio à Democracia (Rancièrre, J. 2014). Quase uma proposta de restauração do ancien régime! Não esqueçamos que, no Brasil, muitos dos que eram os poucos que

apoiaram a volta da monarquia em nosso país estão agora no poder, pelo livre voto republicano!

A IGUALDADE É BRANCA – Julgo que todos conheçam a magnífica Trilogia das Cores, do diretor polonês K. Kielóvsky, realizado como uma saudação à nascente Comunidade Europeia. A Liberdade é Azul, a Igualdade é Branca, a Fraternidade é Vermelha. São as cores da bandeira francesa e do Iluminismo, lembremos que para alguns a Psicanálise é seu último rebento. O artista tem a capacidade de transformar poeticamente conceitos em narrativas, cores, formas ou música de modo a permitir não somente uma comunicação direta mas possibilidades de desenvolvimentos que o discurso argumentativo não oferece. O cinema como a ópera utiliza vários vértices ao mesmo tempo. No caso, o que desejamos chamar a atenção é que liberdade, igualdade e fraternidade fazem parte de uma configuração (conjunção constante ou uma tríade conjugada?). Uma configuração que tem significância mas não significado. Poderíamos

tomá-la como uma hipótese definidora de algo que ainda não conhecemos, mas sabemos ser cada elemento uma função tendo os outros dois como seus fatores. Ou seja: não há liberdade sem igualdade e fraternidade, ou, não há fraternidade sem igualdade e liberdade e ainda não há igualdade sem liberdade e fraternidade. Portanto, a proposta iluminista, assim lida, é de grande audácia e exigência para uma jovem espécie recém- saída da vida bruta da pura animalidade (ver segunda epígrafe). Podemos colocar de outro modo, talvez mais próximo da experiência de todos nós no dia a dia de nossos consultórios: a dificuldade de passar à maturidade emocional e ao pleno exercício da liberdade e conseqüentemente da responsabilidade pessoal. Pensamos que o insucesso de projetos socialistas e liberais (nas diversas formas de capitalismo) esteja nesta dificuldade de realização da proposta iluminista ampla. Fica sempre um resto que alimenta o rancor.

LOUCOS E HERÉTICOS – “Quando se encontram dois princípios que não podem conciliar-se um com o outro, os que defendem um declaram os outros loucos e heréticos.” (Wittgenstein, OC 611) Esta afirmação de Wittgenstein vem ao encontro de muitas outras, como as de Max Planck, na física, ou, de filósofos da ciência relativistas como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, assim como de pensadores de outros campos do conhecimento descrentes quanto à possibilidade de um diálogo significativo e conseqüente. Há ainda, para alguns epistemólogos, a impossibilidade da escolha racional entre teorias, o que poderia ser mais motivo de humildade do que dogmatismo e fúria. Contudo, há também aqueles que sugerem uma melhor investigação do tema do debate racional. Renford Bambrough (1991), criterioso comentador de Wittgenstein, num perspicaz texto aponta para o fato que a divergência externa corresponde uma divergência interna, em cada um dos oponentes. Isto a seu ver abre caminho para um possível entendimento – mesmo nas diferenças – uma vez ser necessária uma harmonia interna, fruto de um diálogo. Ora, se lembrarmos que a regra fundamental da Psicanálise – a associação livre e sua contrapartida, a atenção flutuante – aponta para o acolhimento de qualquer ideia, pensamento ou sentimento, estamos justificados em considerar a reflexão psicanalítica como um instrumento privilegiado para o debate, confronto ou superação de ideias, pensamentos e sentimentos. Isto mereceria um maior desenvolvimento, mas lanço apenas a questão, dadas nossas limitações de tempo.

UM LEGADO SEM TESTAMENTO – “Hannah Arendt inicia um conjunto de ensaios que denominou Entre o Passado e o Futuro, citando o poeta francês René Char, que disse, após os quatro anos de luta na resistência: ‘Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento’ ... pouco antes, enquanto a luta ainda se desenvolvia e seu desfecho era imprevisível, o próprio Char escrevera: ‘Se sobreviver, sei que terei de romper com o aroma desses anos essenciais, de rejeitar silenciosamente (não reprimir) meu tesouro” (Marinho, N. 2006a). Pensamos que Freud nos deixou numa situação análoga: temos um tesouro sem testamento! Certamente, muitos dos presentes são leitores apaixonados de Freud, Klein, Winnicott, Bion, Lacan, Green, Kohut ... mas nos defrontamos, nos dias atuais, com o desafio de pensar com nossas próprias cabeças. A Psicanálise é um formidável instrumento de crítica da cultura ... mas um instrumento, não um canon, não um compêndio. Nesses dias sombrios teremos que descobrir novas formas de dialogar, portanto, de pensar visando o entendimento para superar a barbárie.

A AMIZADE – Recordo-me que recentemente um amigo bem mais jovem, na saída de um comício contra o golpe que se avizinhava, perguntou-me como eu teria sobrevivido aos 21 anos de ditadura. Não me recordo da resposta, mas a pergunta ficou ressoando dentro de mim. Nunca havia pensado mais profundamente nisto. Certamente, foram muitos os fatores. No momento, desejaria apenas ressaltar um, que justifica a dedicatória, a amizade. Somente profundas amizades podem permitir o exercício da fraternidade que nos permite continuar acreditando ser possível um mundo diferente. Osvaldo foi um amigo desde o primeiro ano de faculdade – 1962 – e representa muitos outros que mutuamente se mantiveram, como pede nosso poeta maior, de “mãos dadas” na longa noite do arbítrio. Infelizmente, vejo um longo caminho para um novo amanhecer. Vamos de “mãos dadas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bambrough, R. (1991) Fools and heretics. In, Griffiths, A. P. (Ed.). Wittgenstein centenary essays. New York: Cambridge University Press,

1991.

- Bion, W.R. (1963) Os Elementos da Psicanálise. O Aprender com a Experiência. Rio:

Zahar, 1966 (Trad. Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa).

(1970) Atenção e Interpretação. Rio: Imago, 2006 (Trad. Paulo Sandler)

- Freud, S. (1908) A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In, 100 anos de novidade. Org. Braunstein, N.A. e Fuks, B.B. Rio: Contra Capa, 2011.

(1914) Carta de Freud. In, Freud/Lou Andreas Salomé Correspondência Completa. Rio: Imago, 1975.

(1930) O Mal Estar na Civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (Trad. Paulo César de Souza).

- Leal, V.N. (1948) Coronelismo, enxada e voto. Rio: Cia. das Letras

- Marinho, F. (2005) Eficiência e/ou desenvolvimento: uma questão de vértice. In, A Ditadura da Eficiência. Rev. Bras. Psicanal. Vol. 39, no. 2, 2005.

- Marinho, N. (2006) Razão e Psicanálise, “O Caso Schreber (Freud, 1911)” revisitado a partir das contribuições de Marcia Cavell e Ludwig Wittgenstein

- Tese de Doutorado – Dep. de Filosofia PUC-Rio, 2006.

(2006a) O Legado Freudiano: Uma Herança sem Testamento. ABL, em

8

11/05/06. Mimeo na Biblioteca da SBPRJ.

- Nancy, J-L (2017) Banalidade de Heidegger. Rio: Via Verita,.

- Rancière, J. (2005) O Ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

- Schwarcz, L. M. (2019) Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Cia. das Letras.

- Souza, J. (2015) A Tolice da Inteligência Brasileira. São Paulo: Leya.

(2016) A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado.

Rio: Leya.

(2017) A Elite do Atraso. Rio: Leya.

(2018) Subcidadania Brasileira. Rio: Leya.

(2018a) A Classe Média no Espelho. Rio: Estação Brasil.

- Virgílio Eneida. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005 (Trad. e Notas de Odorico Mendes)

- Wittgenstein, L. Da Certeza. Lisboa: Edições 70, 1990 (Trad. Maria Elisa

Costa e Revisão de Antonio Fidalgo).



SÁBADO, 29 JUNHO 2019 / PUBLICADO EM ,

9. **Alberto Aggio: O espectro do iliberalismo**

http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/06/29/alberto-aggio-o-espectro-do-iliberalismo/?fbclid=IwAR046rOKf1o86NucYT4GAKsYxhaG4eliNYJRJ5iw07wPAnA_nfxjLYYheGA

_ O Estado de S.Paulo

<https://opinio.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,o-espectro-do-iliberalismo,70002894650>

Eleitores não buscam a derruição da democracia liberal-representativa, mas alternativas a ela

Há uma dificuldade notável em caracterizar a chamada “onda conservadora” ou de “extrema-direita” que varre o mundo. Em alguns países ela se instalou como novo regime político, em muitos como governo e ainda em outros como movimento político de proeminente expressão. Viktor Orbán, um dos seus principais representantes, chamou seu regime de “democracia iliberal”, ao estabelecer controle quase absoluto sobre as instituições do Estado húngaro. Conceito polêmico, muitos dizem que o adjetivo “iliberal” não combina com democracia. Mas não seria despropositado assumi-lo para pensar esse tipo de política.

A agenda iliberal é basicamente reacionária ante as instituições da democracia representativa, com questionamentos aos institutos de controle do Estado Democrático, desqualificação dos partidos políticos e deslegitimação dos atores políticos, sociais e culturais, em confrontação com o pluralismo político. Na disputa política, busca se sustentar a partir da construção mítica de um líder, carismático ou não, como o “verdadeiro” representante da Nação, enquanto os outros atores políticos são tratados como “inimigos do povo”. Essa

visão se expande para o plano internacional, no qual grupos e organizações autônomas em diversos setores, mesmo instituições tradicionais como a ONU ou a Unesco, são tratados como representantes de interesses supostamente escusos e seus parceiros internos qualificados como “traidores”.

Trata-se de uma política deliberada, mas não se deve supor que seja um modelo que vai sendo aplicado país a país. O iliberalismo não nasceu de um movimento arquitetado intelectual ou politicamente, como fora no passado o que, em geral, se denomina de neoliberalismo. Reconhece-se quase consensualmente que se trata de uma ampla contestação à democracia e a todos os atores que dão e deram sustentação à sua consolidação e expansão no século 20, especialmente depois da Segunda Grande Guerra.

Conforme amplamente reconhecido, a perspectiva iliberal carrega alguns horizontes utópicos, mas não expressa um programa econômico claro e inovador em nível mundial. Nem afirma a proposição de uma “nova sociedade”, mesmo que faça retórica sobre isso, ilustrando seu discurso com algumas características do próprio liberalismo ou mesmo do neoliberalismo, como a preponderância integral do indivíduo como “pagador de impostos” e a ideia de uma “sociedade de mercado”.

Talvez o problema analítico mais visível a respeito da política iliberal esteja no fato de alguns dos seus intérpretes a considerarem populista, mobilizando um conceito com acentuada carga histórica, em especial na América Latina, que tem muito pouco que ver com o que se propõe realizar a perspectiva iliberal, notadamente em termos econômicos e sociais. Como no passado a polissemia do conceito de populismo acabou por dificultar uma equilibrada compreensão dos processos que se caracterizavam como populistas, bem como do próprio conceito, hoje, quase do mesmo modo, uma polissemia muito mais alargada vem afetando a visão dos analistas diante de fenômenos tão disparees como Viktor Orbán, na Hungria, Donald Trump, nos EUA, Tayyip Erdogan, na Turquia, Matteo Salvini, na Itália, ou Jair Bolsonaro, no Brasil. Mais do que isso, a admissão de que diante do sucesso do chamado “populismo de direita” a resposta mais efetiva seria apoiar um “populismo de esquerda” (Chantal Mouffe), o que acabaria jogando o tema democrático para fora de qualquer articulação política, subtraindo perspectivas para o futuro. Por esse caminho, ao contrário do que se deseja, o resultado seria embarcar na previsão de Steve Bannon, segundo a qual o “populismo é o futuro da política”.

O caso mais emblemático é certamente o da Hungria, onde o iliberalismo avançou celeremente e não é mais possível deixar de reconhecer que se instalou um regime antidemocrático e antiliberal. O mesmo parece acontecer na Polônia, na Rússia e na Turquia. Na Itália de Matteo Salvini, o iliberalismo se fixa na sua liderança, mas não se constituiu ainda num novo regime. O mesmo pode-se dizer do Brasil no governo de Jair Bolsonaro.

Contudo, pode-se afirmar que, ao contrário dos exemplos acima sumariados, o iliberalismo não tem como prosperar nos EUA, e sabemos qual a razão: a força e a solidez das instituições democráticas do Estado liberal-representativo, bem como a cultura política aberta que marca a sociedade norte-americana. E isso a despeito de os iliberais considerarem Trump a maior liderança mundial dessa corrente política.

Apesar das ameaças da extrema-direita iliberal na Europa, as forças políticas da democracia, nas quais se incluem a direita democrática, a esquerda social-democrática e o centro liberal-democrático, além dos Verdes, se batem contra ela política e eleitoralmente. Estão aí a resiliência da autoproclamada “geringonça”, em Portugal; o fenômeno Macron, na França, mesmo que tenha sido derrotado na recente eleição para o Parlamento europeu; o crescimento dos Verdes, na Alemanha; e as vitórias do PSOE na Espanha e da social-democracia na Finlândia e na Dinamarca, todos resistindo ao avanço da extrema-direita. A recente eleição ao Parlamento europeu mostrou a resistência do projeto democrático da União Europeia contra o iliberalismo da extrema-direita. Assim como a vitória do PD italiano no norte da Itália, retomando cidades históricas da famosa zona rossa.

Não se pode negar a crise da democracia liberal-representativa, mas os eleitores buscam alternativas, e não a sua derruição. Tampouco há espaço para a convocação de “rebeldes” para confrontar o iliberalismo. A alternativa passa por um “compromisso histórico” com a democracia dos contemporâneos, para usar uma expressão cara aos atores políticos que entenderam, em seu tempo e no seu país, que essa alternativa poderia, entre outras coisas, barrar a volta do fascismo.

*Historiador, é professor titular da Unesp

10. Pochmann: acordo com europeus esvazia ainda mais a soberania

"O Brasil adere ao neocolonialismo e transfere suas possibilidades de vitalidade econômica e mobilidade social ao aparecimento de algum 'milagre' proveniente do exterior", diz o economista Marcio Pochmann

2 de julho de 2019, 05:25 h

[Por Márcio Pochmann, na Rede Brasil Atual](#) – O golpe de 2016 colocou fim à perspectiva de projeto da nação, aprofundando a polarização no interior da sociedade a tal ponto de inviabilizar possível convergência de interesses internos em torno de rumo alvissareiro ao país. Nesse cenário, o horizonte da decadência nacional reascendeu, impondo a dependência externa de “milagres”.

De acordo com seu livro “Visão do Paraíso”, Sérgio Buarque de Holanda ensina como a história do Brasil se constitui enquanto procissão de milagres frente à ausência de projeto da nação. Ou seja, a dependência de oportunidades que, forjadas a partir do exterior, mobilizassem a economia de tempos em tempos, conforme o legado dos ciclos de exportação extrativa durante as condições de Colônia (1500-1822), Império (1822-1889) e República Velha (1889-1930).

Com isso, percebe-se como a declaração da independência nacional em relação à metrópole portuguesa, há quase 200 anos, não se mostrou suficiente para que o Brasil construísse, de fato, um projeto de nação. Tampouco a ascensão da República, que rompeu com o regime monárquico e consolidou o capitalismo enquanto modo de produção dominante no país, permitiu abandonar a “era dos milagres”.

Foi somente com a Revolução de 1930, capaz de colocar em marcha a industrialização nacional, que emergiu a força do protagonismo interno para construir um projeto de nação moderna e civilizada. Aos “trancos e barrancos”, o projeto nacional se viabilizou e demonstrou ser verdadeiro êxito internacional, permitindo que o país transitasse – em pouco menos de cinquenta anos – da

situação herdada de “grande fazenda”, até a década de 1930, para o privilegiado posto de economia industrial e com elevado desempenho econômico.

O desenvolvimento nacional foi obra de sábia construção interna da convergência política em meio a constrangimentos de toda ordem, impostos por posições opostas e, por isso, geradores de contradições inegáveis. A desigualdade nacional não seria a única, porém a mais importante a expressar o quanto o reformismo – sempre adiado – conviveu com a meta de modernização, ainda que de traço conservador.

A soberania estabelecida em relação ao distanciamento da dependência estrangeira evidenciou o quanto a experiência brasileira da industrialização não foi obra de “milagre”, mas de um grande projeto de nação. Todavia, diante da rapidez com que os governos Temer e Bolsonaro, em meio à entrega da Operação Lava Jato, cortam os laços de convergência com os interesses nacionais, alcança prioridade novamente a dependência do exterior e, por assim dizer, a possível volta da “era dos milagres”.

Nesse sentido, o governo Temer aprovou, em tempo recorde de apenas cinco meses após a sua ascensão, o projeto de Lei 4567/16, do senador José Serra (PSDB_SP) que desobrigou a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal, conforme estabelecido pelo governo Lula.

Com a mudança no regime de partilha da produção, defendida com ênfase pelas grandes empresas multinacionais, a privatização avançou através das sucessivas rodadas de licitações dos blocos de exploração de petróleo e gás natural.

Agora é o governo Bolsonaro que comemora [o acordo de livre comércio](#) entre o Mercosul e a União Europeia que esvazia ainda mais a soberania sobre a

política econômica e social, subordinando legislações e jurisdições internas e atacando o que resta do sistema produtivo manufatureiro nacional. Nesta perspectiva, o Brasil adere ao neocolonialismo e transfere suas possibilidades de vitalidade econômica e mobilidade social ao aparecimento de algum “milagre” proveniente do exterior

PARTE II

1. Vladimir Safatle: As esquerdas

<https://www.youtube.com/watch?v=WP4DoD7xHkM&feature=share>

2. Lógica de Condomínio: Circuito de afetos

https://www.youtube.com/watch?v=zWnD_FYo1sQ

3. 51% dos entrevistados não confiam em Bolsonaro e não aprovam sua maneira de governar

<https://www.cartacapital.com.br/politica/maioria-da-populacao-nao-confia-em-bolsonaro-aponta-ibope/?fbclid=IwAR1fkefG96zw0glrjtt8Y1Z7kDKSu7qus7YwmG1jQ-Y8wQoCHCbKfqgzDxM>

Mais da metade da população brasileira (51%) não confia no presidente Jair Bolsonaro. O dado é um dos revelados pela Pesquisa Ibope divulgada nesta quinta-feira (27). Encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios no período de 20 a 23 de junho.

► *Leia também:*

- **Maioria da população não confia em Bolsonaro, aponta Ibope**

- **Presidente francês enquadra Bolsonaro e ameaça não assinar acordo**
- **Bolsonaro critica Merkel e diz que Alemanha tem muito o que aprender com o Brasil**

A pesquisa foi feita entre os dias 20 e 23 de junho e ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios. O nível de confiança da pesquisa é de 95%, considerando a margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

- **Confia: 46%**
- **Não confia: 51%**
- **Não sabe/não respondeu: 3%**

Rejeição ao governo Bolsonaro cresce 5 pontos

outro ponto levantado pela pesquisa é que a rejeição ao governo Bolsonaro cresceu 5 pontos em apenas dois meses. O levantamento mostra que para 32% da população a atuação do presidente é ruim/péssima, ante a 27% divulgada na pesquisa de abril.

Já o percentual de pessoas que avaliam o governo ótimo/bom caiu de 35% em abril para 32%. E quem considera o governo regular subiu de 31% para 32%.

- **Ótimo/bom: 32%;**
- **Regular: 32%;**
- **Ruim/péssimo: 32%;**
- **Não sabe/não respondeu: 3%.**

Maioria desaprova maneira de governar

Outro ponto revelado pela pesquisa é que a maioria da população brasileira desaprova a maneira que Bolsonaro vem governando o País. 48% dos brasileiros desaprovam contra 46 que estão de acordo com as atitudes do presidente.

4. A LAVA JATO E BOLSONARO

Celso Rocha de Barros

Deltan Dallagnol tentou convencer os procuradores da Lava Jato a fazer busca e apreensão na casa de Jaques Wagner, coordenador da campanha de Fernando Haddad, às vésperas da eleição de 2018, nem que fosse por uma “questão simbólica”. A conversa foi revelada pela parceria Folha/Intercept Brasil no último sábado.

Se a questão fosse apenas agir contra Wagner antes que ele adquirisse foro especial (havia sido eleito senador), o que uma busca e apreensão sem utilidade processual simbolizaria? Mas se o objetivo era favorecer a eleição de Jair Bolsonaro, o simbolismo era evidente.

E nesses, como em outros pontos, é difícil dar o benefício da dúvida a Moro e a Deltan porque Moro tornou-se ministro da Justiça de Bolsonaro.

De todos os vazamentos até agora, o que mais me doeu a alma, pela sensação de oportunidade perdida, foi a postagem da procuradora da Lava Jato Jerusa Viecili sugerindo aos colegas um posicionamento público que distanciasse a Lava Jato das posições autoritárias de Jair Bolsonaro, bem como de candidaturas que haviam anunciado os nomes de futuros ministros que eram acusados de corrupção.

Nada do que Moro venha a fazer como ministro será melhor para o Brasil do que teria sido uma declaração distanciando o lavajatismo do bolsonarismo.

Disse a procuradora: “Pessoal, desculpem voltar ao assunto (sou voto vencido), mas, somente esta semana, várias pessoas, inclusive alguns colegas e servidores, me questionaram a ausência de manifestação da FT diante de alguns posicionamentos dos candidatos à presidência. [...] Em outros tempos, por motivos outros, mas igualmente relevantes e perigosos, divulgamos nota, convocamos coletiva e ameaçamos renunciar (!) [...] Acho muito grave ficarmos em silêncio quando um dos candidatos manifesta-se contra a nomeação do PGR da lista triplíce, diante de questões ideológicas. Mais grave ainda, assistirmos passivamente, ameaças à liberdade de imprensa quando nós somos os primeiros a afirmar a importância da imprensa para o sucesso da Lava Jato [...]”.

Mesmo se você não gostar do PT, lembre-se de que um pronunciamento como o sugerido por Viecili poderia ter sido feito no primeiro turno.

Algumas semanas depois, com Moro já cotado para o Ministério da Justiça, todos os procuradores da força-tarefa, à exceção de Deltan, estavam horrorizados com a perspectiva de associação da Lava Jato com o novo governo.

A procuradora Monique Cheker resumiu bem a impressão que a nomeação causaria: “E a ‘escadinha’ disso tudo foi terrível: Moro ajudou a derrubar a esquerda, sua esposa fez propaganda para Bolsonaro e ele agora assume um cargo político. Não podemos olhar isso e achar natural”.

Ainda vai haver muito debate sobre o viés político da Lava Jato, e imagino que os vazamentos do Intercept nos ajudarão a esclarecer essa questão.

Mas é difícil não ter, desde já, uma impressão muito clara: Moro e Deltan foram nadar em águas políticas muito mais profundas e agitadas do que lhes seria seguro.

Nenhum dos dois seria nada sem a democracia, sem a liberdade de imprensa, sem a alternância partidária que quebrou a dependência do Judiciário e da polícia diante dos mesmos chefes de sempre.

Gente assim não deveria brincar de bolsonarismo.

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra).

5. O governo vai mal e a oposição não vai bem

<https://www.brasil247.com/blog/o-governo-vai-mal-e-a-oposicao-nao-vai-bem>

Aldo Fornazieri

Cientista político e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

O PT e a oposição em geral se alimentam de expectativas geradas por acontecimentos que lhes são externos, por fatos que não produzem e nem controlam. Alimentam a ilusão de que um fato fortuito qualquer colocará Lula em liberdade ou derrubará Bolsonaro. As ilusões produzem a sensação de que é possível vencer sem lutar, diz o professor Aldo Fornazieri

1 de julho de 2019, 07:57 h Atualizado em 1 de julho de 2019, 07:58

O governo vai mal e a oposição não vai bem: esta é a síntese persistente da atual conjuntura. Que o governo vai mal não é novidade para ninguém. Basta olhar para algumas coisas: ele produz um vendaval de atitudes agressivas e destutivas; não tem uma agenda para a retomada da economia; ataca políticas públicas consolidadas nas áreas sociais e ambientais; defende pautas que se chocam com a maioria da opinião pública, a exemplo dos decretos do desarmamento; investe contra a educação e a pesquisa; adota medidas que ferem a soberania nacional; se recusa a construir uma base congressional permanente e hostiliza os congressistas etc.. A contra face de tudo isso é uma queda acentuada na aprovação de Bolsonaro e do governo e o crescimento da reprovação.

Alguns analistas dizem que Bolsonaro adotou o caos como método de governo. Outros analistas e setores de esquerda chegaram a prognosticar uma queda iminente do presidente há algumas semanas. Mas tudo indica que estamos longe disso. Muitas pessoas de esquerda se alimentam de ilusões, pois elas fornecem atalhos e soluções fáceis, mas que nunca se concretizam. Então, como entender os movimentos de Bolsonaro? Para quem atua no front político sempre é mais prudente avaliar que o inimigo tem uma estratégia mesmo quanto ele parece mover-se de forma caótica.

Se bem sopesados todos os atos e movimentos de Bolsonaro pode-se dizer que eles guardam uma coerência. A coerência consiste em alimentar e manter o núcleo duro de sua base eleitoral satisfeito pelo cumprimento de promessas de campanha e mobilizado, principalmente nas redes sociais, para defender o governo. Aqui cabe uma pergunta: qual é o tamanho desse núcleo duro ideológico, de extrema-direita? Talvez 20 ou 25% do eleitoral? Então, hipoteticamente, este seria o piso que o governo se põs para cair em termos de popularidade.

Mas qual é o cálculo? O cálculo é que com a aprovação da Reforma da Previdência (aqui não importa muito que seja a proposta original de Paulo Guedes), estariam lançadas as condições para uma retomada da economia. Na sequência o governo investiria na aprovação da reforma tributária. Há que se notar que a agenda do governo não destoa significativamente da agenda da maioria congressual que hoje orbita em torno de Rodrigo Maia. Os atritos entre essa maioria e o governo Bolsonaro são atritos por espaços de poder.

Se, por hipótese, a Reforma da Previdência pode suscitar um crescimento em torno de 2 a 2,5% em 2020, então o governo teria condições de sobreviver, conseguindo arrastar apoio paulatino, mas crescente no Congresso Nacional e recuperando apoio na opinião pública. O desemprego poderia começar a

ceder. Esta parece ser a estratégia do governo e a oposição deveria considerá-la. Bolsonaro ganharia o bônus de colocar a economia na retomada sem fazer as concessões fisiológicas a congressistas. Seria um ativo político considerável.

A estratégia de Bolsonaro então se articula em dois pontos: 1) manter sua base ideológica arregimentada e mobilizada para a travessia de um momento difícil; 2) apostar na retomada da economia. Se não houver uma retomada minimamente satisfatória da economia, a estratégia do governo fracassará. Neste caso, a crise política se alastrará, as tensões sociais aumentarão, o conflito entre o governo e o Congresso se tornará mais agudo e um desfecho possível seria o impeachment de Bolsonaro.

A oposição, por outro lado, não tem uma estratégia. Na questão da Reforma da Previdência, caminha à margem do processo. Os governadores da oposição parecem precisar da reforma, modificada, claro, mas os partidos são contra tudo. A greve geral foi uma greve parcial. Foi mal preparada e foi a frio. Isto é: uma greve geral só terá sucesso se for precedida por uma intensa preparação em mobilizações e greves generalizadas de categorias.

O PT, maior partido da oposição, se alimenta de uma coisa principal: o Lula preso. A manutenção da prisão de Lula é conveniente para o PT, pois assim tem a bandeira do “Lula Livre”. O partido mantém a retórica da vitimização, mas não consegue apontar para a construção de uma saída política. Não consegue propor uma estratégia para galvanizar os diversos setores sociais. Não consegue se reconectar com as imensas camadas que vivem nas periferias urbanas. O “Lula Livre” não se traduziu numa campanha de massa e nem em mobilizações populares. Se a campanha é importante em termos de proselitismo político, ela é inefetiva em termos de capacidade de pressionar o STF e outros poderes a ponto de proporcionar a liberdade de Lula. Nem a

maioria do STF, nem os generais que pressionam o Supremo para manter Lula preso temem o PT.

No jogo político, um ator ganha efetividade em suas proposições se for capaz de se fazer temido pela sua força, pela sua astúcia e pela sua competência. Sem essa capacidade nos partidos de oposição, a militância do PT e da esquerda em geral é alimentada pela ilusão de que Lula será libertado pelo Supremo através de um habeas corpus ou que as revelações do The Intercept terão a força de anular o processo e de colocar Moro na cadeia. Se não houver foco, se não houver uma mudança de rumos em torno da questão Lula, corre-se o risco de que haja uma segunda condenação em segunda instância antes que ele conquiste a liberdade em função da primeira condenação.

O PT e a oposição em geral se alimentam de expectativas geradas por acontecimentos que lhes são externos, por fatos que não produzem e nem controlam. Alimentam a ilusão de que um fato fortuito qualquer colocará Lula em liberdade ou derrubará Bolsonaro. As ilusões produzem a sensação de que é possível vencer sem lutar.

Há algo incompreensível na atitude das esquerdas quando se trata de pressionar instituições como o STF e o Congresso a partir de mobilizações de rua. As esquerdas mostram-se totalmente apáticas nessa prática. A extrema-direita bolsonariasta, com seu conteúdo fascistóide, não teme em pressionar as duas instituições, tanto nas redes sociais, quanto nas ruas. Várias análises de esquerda derrapam para um mi mi mi lamuriento que termina por condenar não só o conteúdo, mas também a forma da pressão em si sobre o STF e o Congresso como se isso ferisse a democracia de morte. É legítimo e necessário pressionar, a partir das ruas, com conteúdo e formas democráticos, qualquer instituição do Estado, ainda mais se for considerado que a democracia está capturada por elites políticas, econômicas e funcionais. Os

bolsonaristas fizeram duas manifestações políticas neste ano e as oposições nenhuma. Não se pode considerar os protestos das universidades e os do dia 14 de junho como feitos dos partidos de oposição.

Excetuando o Nordeste, a centro-esquerda e a esquerda estão bastante fragilizadas em termos de presença institucional. As eleições municipais são um momento importante para tentar ganhar espaços institucionais. Como os partidos caminharão para este objetivo? Fragmentados ou mais unidos? Com que programas? Não há uma discussão pública acerca dessa temática. Os partidos funcionam, ainda e desgraçadamente, na era da comunicação instantânea e planetária, como sociedades secretas.

Por outro lado, existe a política no plano nacional que tem elevado grau de autonomia em relação às eleições municipais. Três atores se movimentam mirando 2022: Bolsonaro, Moro e Dória. O governador de São Paulo é o mais desenvolvido e o mais explícito nessas movimentações. Quais as linhas de força das oposições? Não se vencem eleições presidenciais com estratégias de última hora.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

6. DEMOCRACIA EM VERTIGEM

Fernando Haddad

“Democracia em Vertigem”, filme de Petra Costa, utiliza uma inovadora técnica de condensação. O que bem poderia ser assunto de uma série é tema de um único longa-metragem.

Com flashbacks de momentos da nossa história mais remota, o filme encadeia, sem grandes pretensões analíticas, cada um dos inúmeros episódios que marcaram a vida nacional no período 2013-2018. A profundidade vem da sequência. Um episódio se explica pelo seguinte e assim por diante. O efeito é asfixiante.

A narrativa é sóbria, mas sem concessões. A arriscada estratégia de entrelaçar eventos históricos com vida pessoal soa natural. Algumas tomadas até parecem retiradas de filmes caseiros.

Filha de militantes de esquerda e neta de empreiteiro, a diretora dialoga com um sentimento que perpassou a vida de famílias da sua provável audiência. Ao final, a dúvida sobre as reais possibilidades de superação diante do descalabro.

Bolsonaro continua emitindo sinais de que desconhece a democracia; ou de que a despreza.

Numa briga de gente grande, Trump informou o norte-coreano Kim Jong-un que tinha um botão nuclear maior do que o dele. Bolsonaro, sempre atento ao macho alpha, imitou-o em escala própria: disse que tinha uma caneta mais poderosa do que a de Rodrigo Maia.

Na ocasião, afirmou que governaria por decreto, como tem feito. Sobre armas, o governo já editou sete decretos. Alguns ilegais. Conselhos de participação social, criados por lei, também foram extintos por decreto. O ímpeto autoritário foi parcialmente contido nos dois casos, pelo Senado e pelo STF, respectivamente

Em outro caso, inconformado com decisão do STF que criminaliza a homofobia, Bolsonaro afirmou que indicaria à corte suprema um evangélico. Em 2017, já demonstrava nenhuma familiaridade com princípios republicanos, ao afirmar que, com ele, não tinha “essa historinha de Estado laico” (sic) e que as minorias teriam que se curvar para as majorias.

Outras esferas sociais vão sendo afetadas. Lideranças sociais, desde sempre perseguidas por jagunços e milicianos, agora são alvo de prisões arbitrárias sem fundamento legal.

A extrema direita não tem poupado sequer jornalistas conservadores, intimidados ou demitidos não por sua atuação profissional, mas pela demora em ajustarem-se aos novos tempos.

Não é da natureza da extrema direita mover-se nos marcos da institucionalidade.

“Democracia em Vertigem” revela um processo de debacle resultante não de um “coup d’État” clássico, mas de uma sucessão de casuísmos e arbitrariedades que corroem as instituições por dentro e nossa capacidade subjetiva de reação.

Fernando

Haddad

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo.

7. Reinaldo Azevedo e os diálogos que mostram que Lula foi condenado sem provas

Publicado em 30 junho, 2019 1:07 pm

Acabou a conversa mole, e está revelada a patranha, diz o jornalista [Reinaldo Azevedo em sua coluna do Uol](#) deste domingo.

Se você ler a sentença de Moro que condenou Lula, não vai encontrar os fatos — NESSE CASO, TAMBÉM CHAMADOS DE PROVAS — que justificam a denúncia apresentada pelo MPF. E a culpa não será sua, leitor. Não se trata de um déficit de entendimento. É que as tais provas não foram apresentadas pelo MPF porque os procuradores não as tinham.

Se você pertencer à seita morista, a exemplo dos que vão "protestar a favor" (!?) do ex-juiz neste domingo, faça como o seu herói: dê de ombros, não ligue, olhe para o outro lado. Afinal, o doutor eternizou nos autos esta maravilha:

"Este juízo jamais afirmou, na sentença ou em lugar algum, que os valores obtidos pela Construtora OAS nos contratos com a Petrobras foram usados para pagamento da vantagem indevida para o ex-Presidente".

Entenderam? O glorioso Sérgio Moro transformou a condenação sem provas, alicerçada em suposições que nada têm a ver com os autos, numa nova categoria da Justiça brasileira.

Ora, se o próprio juiz diz que o apartamento não tem origem nos contratos da OAS com a Petrobras, cabem duas perguntas:

1: por que ele chamou para si um caso que nada tinha a ver com a Petrobras se ele era o juiz designado para cuidar apenas dos casos que tinham vínculos com a... Petrobras?

2: o doutor, então, condenou Lula com base em quê?

AS RESPOSTAS

A pergunta número um não tem resposta. Moro, então, não era o juiz do caso. Ademais, a primeira leva de diálogos revelada pelo site "The Intercept Brasil" deixa clara a manobra para levar para Curitiba a investigação do tal tríplex do Guarujá, que se dava em São Paulo e estava relacionada ao caso Bancoop. Não sei se lembram: ao tratar do assunto, Dallagnol usou até a palavra "tesão".

Esse mundo é vasto e variado, e as pessoas têm o direito de sentir tesão por porco-espinho, cabo de guarda-chuva e suco de jiló. O tesão é livre em relações consensuais, desde que não incluam crianças. Recomendo também que se excluam os bichos, coitadinhos! O que não pode é uma inclinação erótica contribuir para prender pessoas sem provas.

A pergunta número dois tem resposta, e ela nos conduz, então, à reportagem deste domingo publicada na Folha. Moro explicou por que condenou Lula:

"A corrupção perfectibilizou-se com o abatimento do preço do apartamento e do custo da reforma da conta geral de propinas, não sendo necessário para tanto a transferência da titularidade formal do imóvel"

DE VOLTA À REPORTAGEM

"Conta geral de propinas?" Mas qual "conta geral de propinas"?

Isso simplesmente não estava nos autos e era um assunto ignorado pelos senhores procuradores que cuidavam do caso. E agora isso fica ainda mais claro nas conversas dos valentes, publicada pela Folha:

26.ago.2016

Anna Carolina 19:52:11 Tinha isso de conta clandestina de Lula?

19:52:19 Esses Advs não valem nada

Jerusa 19:53:02 Nao que eu lembre

Ronaldo 20:45:40 Também não lembro. Creio que não há.

Sérgio Bruno 21:01:10 Sobre o Lula eles não queriam trazer nem o apt. Guaruja. Diziam q não tinha crime. Nunca falaram de conta.

A reportagem evidencia que os procuradores desconfiavam das versões apresentadas por Léo Pinheiro. Os elementos que levaram o juiz Sérgio Moro a condenar Lula, pois — QUE NADA TINHAM A VER COM OS CONTRATOS COM A PETROBRAS (logo, ele nem era juiz da causa) — foram a tal conta geral de propina, de que os procuradores nunca tinha ouvido falar ao longo da investigação, e uma suposta orientação de Lula para o empresário destruir provas. E isso? Já havia aparecido nos autos? Deixemos a resposta com a procuradora Jerusa Viaceli:

Jerusa 13:32:25 Houve ordem para destruição das provas.

Nisso a empresa foi desleal, pois nunca houve afirmação sobre

isso. Salvo quando Leo falou no interrogatório sobre destruição de provas, não houve menção a este assunto.

14:09:21 Leo parece que está escondendo fatos também

UM INTERROGATÓRIO, UMA CONDENAÇÃO, UM PRÊMIO

Como se nota, na fala acima, há uma menção ao interrogatório. Informa a Folha:

Em seu depoimento, em 24 de abril, o empreiteiro [Léo Pinheiro] afirmou que tinha uma conta informal para administrar acordos com o PT, introduzindo pela primeira vez o tema em sua versão. Além disso, acusou Lula de orientá-lo a destruir provas de sua relação com o partido após o início da Lava Jato.

O depoimento foi decisivo para o desfecho do caso do triplex, porque permitiu a Moro conectar o apartamento à corrupção na Petrobras, justificando assim a condenação do ex-presidente Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Mensagens trocadas por Deltan com seus colegas e Moro nessa época, publicadas pelo Intercept no início do mês, revelam que a força-tarefa se preocupava com a fragilidade dos elementos que tinha para estabelecer essa conexão, essencial para que o caso ficasse em Curitiba e fosse julgado por Moro.

Entenderam?

CONCLUINDO

Como fica evidente, a pantomima do PowerPoint buscava apenas disfarçar a falta de provas, que já era apontada por este "jurista". O espetáculo foi só um jeitinho de tentar

transformar o apartamento em prova de propina, O QUE SERGIO MORO IGNOROU EM SUA DENÚNCIA.

Para acusar Lula, ele recorreu ao depoimento de Léo Pinheiro, com afirmações que não tinham como ser comprovadas.

Os diálogos dos procuradores evidenciam de forma cabal que, ao longo das investigações, nunca se havia falado em conta geral de propinas e em orientação para destruir provas.

E assim se mandou um ex-presidente para a cadeia e se elegeu um presidente da República.

E assim se fez um ministro da Justiça.

Este mesmo que está sendo incensado nas ruas neste domingo.

Em nome do combate à corrupção.

Não é uma bela história?

8. Por que deu chabu na aposta para derrubar

Moro e barrar a Lava Jato

Caciques políticos, Gilmar Mendes, turma de Lula e parte da imprensa compraram pelo valor de face a promessa do The Intercept de revelar mensagens escandalosas entre Moro e a Lava Jato

A história da Lava em seus cinco anos pode ser contada por seus impressionantes êxitos e/ou pela superação de obstáculos ao longo de todo esse tempo. Em mais uma prova, depois de três semanas sob intenso bombardeio, Sérgio Moro e os procuradores da força-tarefa enfrentam nesse domingo mais um teste sobre a sua capacidade de exibir nas ruas o apoio que mantêm nas pesquisas de opinião pública.

Essas manifestações foram convocadas quando o cerco a Moro e a Lava Jato por caciques políticos, com o aval de ministros do STF, parecia que finalmente alcançaria seu objetivo. O que Gilmar Mendes previa nos bastidores — e às vezes até em público — de que surgiriam provas de conluio entre Moro e a força-tarefa da Lava Jato seria amplamente comprovado no vasto material — troca de mensagens, documentos, áudios e vídeos — a que o site The Intercept Brasil disse ter tido acesso. Poria a nu uma ampla conspiração. Forçaria a revisão de sentenças judiciais, inclusive a condenação de Lula por corrupção e lavagem de dinheiro, e a demissão de Moro e de procuradores da Lava Jato, que no mínimo teriam de responder na Justiça pelos crimes que cometeram.



Gilmar

Mendes. Foto Joel Rodrigues

Ligeiro, Gilmar Mendes fez sua parte. Detonou Moro e os procuradores com base em supostas mensagens sem autenticidade comprovada e requereu a inclusão na pauta da Segunda Turma do STF do pedido de habeas-corpus para carimbar Moro de parcialidade em seus julgamentos e tirar Lula da cadeia. Os caciques políticos apostaram suas fichas em um tropeço de Moro no Senado. Todos estavam convencidos de que o anúncio do Intercept de que dispunha de munição matadora era um fato inquestionável. Boa parte da imprensa embarcou nessa mesma canoa. Engoliram uma espécie de denúncia pré-datada.

Desde o primeiro lote divulgado, o embrulho sempre foi mais vistoso que o conteúdo. O texto do site de apresentação das primeiras mensagens — e a sugestão de Glenn Greenwald de que seria um tira-gosto de uma refeição mais nutrida —, além da absurda justificativa por não ter ouvido antes o outro lado, deveriam ter sido um alerta, pelo menos para os jornalistas.

Escrevi aqui na noite em que as primeiras mensagens foram divulgadas que seu conteúdo era mais relevante do que qualquer discussão sobre a legalidade de como foi obtido. Não daria para Sérgio Moro e os procuradores, se tivessem cometido crime, esconderem-se atrás de uma ilicitude da prova. Argumento que pode valer em tribunal. Mas não na opinião pública. Naquela noite reli várias vezes as mensagens antes de afirmar que eram trocas de figurinhas, rotineiras no mundo jurídico em todas as instâncias judiciais. Todas as que vieram depois — neste sábado o site publicou “as mensagens secretas da Lava Jato Parte 8” — são igualmente banais entre polícia, advogados, procuradores e juízes. Os jornalistas que conhecem esse universo sabem disso.



Glenn

Greenwald com parlamentares do PT – Foto Gustavo Bezerra/âmara

Alguns veículos de comunicação que pisaram fundo no “escândalo”, quando o prometido prato mais suculento não foi servido, deram uma travada nessa empolgação. Quem acompanha os editoriais da Folha de S Paulo, por exemplo, notou a mudança. Mas esse pé no freio foi muito além da imprensa. No STF, Gilmar tentou mas não conseguiu um salvo conduto para Lula. No Congresso, depois de muito barulho, sobrou a turma que todo dia entoava o coro “Lula, Livre”, e promete manter o tom no depoimento de Moro marcado para a terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O que deu errado? Quem acompanha de perto as articulações entre políticos e ministros do STF para baixar a bola de Moro e da Lava Jato avalia que eles esperavam muito mais das revelações do The Intercept: “O Glenn Greenwald cometeu um erro crasso. Anunciou o Armagedon e soltou uma marola. Corrói, mas não derruba nem mata”.



Dória

condecora Moro

Sinais aqui e acolá mostram que o estrago pode ter sido ainda menor. Na sexta-feira, o governador João Dória fez uma grande festa em São Paulo para condecorar Moro como grão-mestre da Ordem do Ipiranga. No evento, Dória, que sabe para aonde o vento sopra, cravou uma frase de efeito: “O Brasil precisa de mais Moros e menos Lulas”. Como sempre, o termômetro hoje é na Avenida Paulista. Nem importa o tamanho das manifestações nesse domingo. A turma que quer demitir Moro e barrar a Lava Jato não vai desistir de seus propósitos. Outros capítulos virão.



Andrei Meireles - https://osdivergentes.com.br/andrei-meireles/porque-deu-chabu-na-aposta-para-derrubar-moro-e-barrar-a-lava-jato/?fbclid=IwAR05QO_3yGwM5uVdBhNSTxQpO1BBxpm6MNa_0KHHukRoZPhreUo34He2zn
[M](#)

9. O perigo dos homens medíocres como Jair Bolsonaro

https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-perigo-dos-homens-mediocres-como-bolsonaro?p=82631&sfns=mo&fbclid=IwAR3m3hHuY5DD7h10QZKHCHVvvs1DTpM6PF_8mTAohbvFFxNPXJPci0d2UAo

ESTHER SOLANO - 30 DE JUNHO DE 2019

São sujeitos feridos, mas na alma, que é muito pior do que estar ferido no corpo. São uma fraquejada

Nada mais perigoso do que um homem medíocre e triste que odeia a inteligência e a felicidade alheias. Esta é a cara do governo Bolsonaro. Personagens de uma mediocridade tão ostensiva que disfarçá-la é tarefa impossível. Como me disse um dia um aluno, é a burrice ostentação. Juntam-se a essa mediocridade as paixões tristes que o movem.

Há dois tipos de medíocre: o que é consciente de sua limitação e fica recolhido nela humildemente ou se esforça para crescer e o que, incapaz dessa humildade ou desse crescimento, tenta destruir, exterminar tudo aquilo ou todos aqueles que brilham mais que ele. Não é preciso dizer a qual dos dois tipos pertencem os patéticos personagens bolsonaristas.

Também há dois tipos de infelizes: os que lutam em construir a própria felicidade e os que detestam a felicidade alheia e se empenham em arruiná-la. Os que lutam por viver seus desejos livremente e os que odeiam quem os vive. Os que amam em toda a plenitude do amor e os que odeiam quem ama. Tampouco desta vez é preciso dizer a qual dos dois tipos pertencem os patéticos personagens bolsonaristas.

► *Leia também:*

- **50 anos de Stonewall: minha terra tem palmeiras onde dubla a drag queen**
 - **Como as democracias se suicidam**
 - **Mino Carta: Jair Bolsonaro quer o povo armado. Contra quem?**

Acrescente-se uma masculinidade complexada, frágil, mas tão autocentrada que não consegue enxergar para além dela mesma. **Homens que odeiam outros homens, que odeiam mulheres, talvez porque, no fundo, esses homens odeiem a si mesmos.** Durante minhas entrevistas com eleitores de Bolsonaro, várias mulheres me confessaram que tinham medo de seus maridos, porque a agressividade deles tinha aumentado muito depois de começarem a seguir o “mito”. São os cidadãos de bem. Eu, quando vejo um cidadão de bem na rua, mudo de lado ou saio correndo. São aqueles que não enxergam contradição em ir à igreja aos domingos e apedrejar um homossexual ou agredir a própria companheira em casa. Não veem incoerência em citar a Bíblia e aplaudir Bolsonaro, quando ele faz o gesto de arma na **Marcha para Jesus**. Suspeito que os homens que sentem tanto tesão por armas não são capazes de sentir tesão por mais nada. De qualquer forma, Jesus não estava nessa marcha, estava na Parada LGBT+.

O curioso nesses cidadãos de bem é que eles pensam ter um canal direto com Deus, como num grupo de WhatsApp ou Telegram, que agora está na moda. Queridos, se Deus existe, deve estar desesperado, se perguntando onde errou para que de um barro supostamente inócuo surgissem seres como vocês. “Deu merda”, Ele deve pensar. São sujeitos feridos, mas na alma, que é muito pior do que estar ferido no corpo. São uma fraquejada.

Não por acaso, querem acabar com as universidades públicas. Para quem é tão medíocre, a inteligência alheia deve ser estarrecedora. Não por acaso, quiseram acabar com Lula em um processo arbitrário. Não por acaso, Bolsonaro recusou-se a ir aos debates eleitorais e a enfrentar um professor. Não por acaso, queiram dominar os corpos das mulheres, pois mulheres livres e fortes devem ser assustadoras para eles. Não por acaso, querem proibir as diversas formas de amor e de família. A vida que eles representam é tão cinza que as **cores da bandeira LGBTQ+ devem ser insuportáveis.**

► *Leia também:*

- **Maioria da população não confia em Bolsonaro, aponta Ibope**
 - **Conheça 10 pastoras, teólogas e ativistas que discutem o machismo**
 - **Os espíritas vão continuar afirmando que Moro é Emmanuel reencarnado?**
-

PESQUISA DO CNI-IBOPE

10. Mulheres e mais pobres impulsionam desaprovação do Governo Bolsonaro

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561647052_013704.html

Metade da população não confia no presidente, afirma pesquisa CNI-Ibope divulgada nesta quinta. Parcela dos que avaliam gestão como ruim ou péssima cresce cinco pontos

BEATRIZ JUCÁ São Paulo 27 JUN 2019 - 15:57 BRT

Atos de domingo consolidam ‘bolsonarismo’ como um fenômeno, assim como lulismo e chavismo

Imerso em uma enxurrada de crises nos seus primeiros seis meses de Governo, o presidente **Jair Bolsonaro** viu crescer, mais uma vez, a insatisfação popular com a sua gestão —mais da metade da população (51%) diz não confiar no presidente e 32% avaliam o Governo dele como ruim ou

péssimo, [segundo a pesquisa CNI-Ibope](#) divulgada nesta quinta-feira. A má avaliação do presidente cresceu cinco pontos percentuais nos últimos três meses, quando 27% consideravam sua gestão ruim ou péssima de acordo com a mesma pesquisa, feita em abril.

Considerando a margem de erro de dois pontos percentuais, o percentual de pessoas que desaprova o Governo está próximo do dos que o aprovam, com uma leve vantagem para a desaprovação: 48% e 46%, respectivamente. Ainda de acordo com o levantamento, a queda na popularidade de Bolsonaro é maior entre as mulheres, pessoas com até o quarto ano, com menor renda e residentes nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. O Sul é a região onde o presidente do PSL mantém maior popularidade: 52%.

Há seis meses no Planalto, Bolsonaro viu seus problemas de governabilidade ficarem mais evidentes com os [embates travados com o Congresso Nacional](#), onde precisa aprovar a Reforma da Previdência, sua principal aposta para equilibrar as contas do país. No mês passado, o presidente também viu emergir das ruas as primeiras grandes manifestações nacionais contra seu Governo, movidas pela crítica aos [cortes na Educação](#). Essa é uma das áreas mais criticadas pela população, segundo a pesquisa da CNI, com 54% de desaprovação. As demais são: taxa de juros (59%), impostos (61%), saúde (56%) e combate ao desemprego (54%).

Os protestos contra os [cortes na Educação](#) provocaram uma reação dos apoiadores do presidente com atos que, embora tenham tido mobilização em menos cidades que a dos opositores, mostraram que há força do bolsonarismo nas ruas. Dentro do Governo, porém, o ambiente não tem sido menos turbulento. Bolsonaro já demitiu três ministros após a disputa interna de grupos ideológicos e agora vê se elevar a [pressão contra os ministros Sergio Moro](#) (Justiça) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo). Eleito sob uma forte bandeira anticorrupção, Bolsonaro assistiu Moro ser acusado de interferir nas investigações da Lava Jato após o vazamento de mensagens supostamente trocadas por ele com procuradores do Ministério Público Federal no período em que atuava como juiz na operação. Bolsonaro não se manifestou

imediatamente sobre a questão, mas nas últimas semanas afirmou que não iria demiti-lo.

O presidente também havia dado um voto de confiança ao ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, investigado por conta de [candidaturas laranjas no PSL](#). A crise que estava adormecida voltou a pressionar o presidente nesta quinta-feira, quando a Polícia Federal prendeu três assessores do ministro por um esquema no qual Marcelo Álvaro Antônio patrocinaria candidaturas fantasmas de mulheres no PSL. Até então, Bolsonaro vinha dizendo que esperaria as investigações da Polícia Federal para decidir o destino do ministro do seu partido. No Japão para a cúpula do G20, ainda não se manifestou sobre as prisões.

Outros três ministros não tiveram o mesmo tratamento. Até agora, Bolsonaro demitiu três deles. Há duas semanas, o general [Carlos Alberto dos Santos Cruz](#) deixou a Secretaria de Governo, depois de uma crise desgastante envolvendo o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, e o escritor [Olavo de Carvalho](#), de quem foi alvo diversas vezes. Ricardo Vélez e Gustavo Bebianno também foram demitidos do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral, respectivamente.

A pesquisa CNI-Ibope divulgada nesta quinta-feira também analisa a percepção da população sobre a cobertura da imprensa sobre a gestão Bolsonaro. O percentual dos entrevistados que consideram as notícias recentes mais desfavoráveis ao governo cresce de 39% para 45% em três meses. O levantamento também revela que 20% da população considera as notícias veiculadas mais favoráveis ao presidente enquanto outros 25% não as consideram favoráveis nem desfavoráveis. Os temas mais lembrados pelos entrevistados são a reforma da previdência, o [decreto sobre a posse de armas](#) e as manifestações populares. Os recentes vazamentos de mensagens trocadas por Moro e procuradores da Lava Jato também estão entre os assuntos noticiosos mais lembrados pela população. A pesquisa foi realizada entre 20 e 26 de junho, com 2.000 pessoas, em 126 municípios brasileiros.

11. Atos de domingo consolidam 'bolsonarismo' como um fenômeno, assim como lulismo e chavismo

Manifestações demonstram que Bolsonaro conseguiu se apropriar de um movimento anterior a ele e aglutinar sob seu nome uma base com uma identidade política consolidada e alinhada à direita

Otros

Enviar por correo

Imprimir



Ato em apoio ao governo de Jair Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. FABIO RODRIGUES POZZEBOM AGÊNCIA BRASIL

BEATRIZ JUCÁ - São Paulo 28 MAI 2019 -

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/politica/1558984346_871600.html

MAIS INFORMAÇÕES



- ['Bolsonarismo puro' se impõe nas ruas, mas não supera atos contra cortes na Educação](#)



- [O vocabulário da crise está de volta](#)
-

Um mar de bandeiras e camisas verde-amarelas tomou conta das principais avenidas do Brasil. De trilha sonora, o hino nacional. Em carros de som, gritos contra o PT e os comunistas e o esclarecimento de que "nossa bandeira jamais será vermelha". As cenas poderiam ter sido em qualquer momento de 2015, quando atos pediam a [saída de Dilma Rousseff do poder](#), mas aconteceu no último domingo. Ao contrário de quatro anos atrás, quando não tinham um líder definido, as de agora, entretanto, tinham nome e sobrenome: [Jair Bolsonaro](#). Mais do que lotar as ruas do país —os atos de domingo foram menores que os pela educação na semana passada—, o grande trunfo do presidente brasileiro no domingo foi conseguir com sucesso se converter em um fenômeno sociopolítico, ao se apropriar de um movimento anterior a ele, e aglutinar sob seu nome uma base com uma identidade política consolidada e alinhada à direita, observam especialistas.

"É o fortalecimento de um [projeto populista](#)", define o cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Paulo Baía. Segundo ele, o sucesso das manifestações em apoio ao presidente mostram que ele tem uma forte base de apoio ligada diretamente à sua personalidade. Baía analisa que o núcleo bolsonarista duro foi às ruas para mostrar, em primeiro lugar, um "apoio integral" ao presidente e abraçou de forma mais secundária pautas como a defesa à reforma da Previdência, o apoio ao [pacote anticrime do ministro Sérgio Moro](#) e mesmo as críticas ao Congresso Nacional e ao Judiciário.

O cientista político diz que o bolsonarismo tem semelhanças ao lulismo, mas é mais similar a fenômenos como o chavismo na Venezuela e o [peronismo](#) na Argentina. "São movimentos que dispensam organizações clássicas da sociedade, falam diretamente com a população e utilizam de maneira genérica a ideia de um nacionalismo", explica. Baía salienta que esse nacionalismo não é reproduzido de forma conceitual, mas se configura sob uma perspectiva mais ufanista, com o uso de símbolos como a bandeira nacional e o hino, além do slogan *Brasil acima de tudo*. "É uma ideia de nação que eles têm, centrada no combate à corrupção, que é o principal eixo deles, mas também na ideia antissistema, que coloca o PT, o lulismo e o centrão como componentes do sistema e corruptos. E eles se colocam como a antítese disso", afirma.

O movimento que ganha contornos mais definidos politicamente em torno da figura de Jair Bolsonaro é anterior a ele. Nasce de simbologias e temáticas levadas às ruas desde que pequenos movimentos como o *Nas Ruas* começaram as campanhas contra o Partido dos Trabalhadores (PT), em 2011. O antipetismo cresceu desde então, um tanto durante as manifestações de 2013 e muito mais em 2015, quando foram realizados os atos pelo impeachment da ex-presidente [Dilma Rousseff](#). Os manifestantes intensificaram, nas ruas, o uso de símbolos como a bandeira verde-amarela e o canto do hino nacional, além de defenderem mais veementemente pautas anticorrupção e antissistema.

"Agora [o movimento] se dividiu em três alas: liberal, conservadora e autoritária. A liberal apoia o Governo, mas não foi à rua neste domingo. Isso mostra que o apoio a Bolsonaro é mais amplo do que o que ali estava. De outro lado, os subcampos autoritário e conservador mostraram que têm força própria", analisa a socióloga e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Angela Alonso, [que estudou as manifestações brasileiras ocorridas a partir de 2013](#). Segundo ela, esses grupos têm em comum a adesão sólida a um conjunto de valores nacionalista e autoritário. "Isto não é um produto do Bolsonaro, mas veio à tona com ele", pondera.

A base social bolsonarista evoluiu juntamente com a comunicação interna desse mesmo grupo, em meio a uma crise de mediação que vem crescendo nos últimos anos, aponta o jornalista Bruno Torturra. "Há uma destruição de instituições e atores [tradicionalmente] responsáveis pela construção do discurso político. As pessoas que foram para as ruas derrubar a Dilma agora estão indo para cima dos mesmos poderes que afastaram a presidenta. Junto há um desprezo crescente pela imprensa, que é outra instituição responsável por mediar o discurso político", afirma. Os atos pró-Governo do último domingo, diz Torturra, revelam a consolidação de Bolsonaro como um fenômeno político relevante, que emergiu distante da estética política observada no Brasil nos últimos 30 anos. Para o jornalista, o bolsonarismo não está ainda na versão final, mas evoluiu a olhos nus. "Esse movimento começou sem o Bolsonaro. O presidente não o provocou, mas o representou. Foi a pessoa certa pra que esse movimento achasse um eixo", afirma.

As manifestações do último domingo demonstraram que se antes os grupos que passaram a se aglutinar em torno de Bolsonaro não tinham identidade política clara, agora passam a apresentar um viés ideológico mais consolidado. Uma [pesquisa realizada pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital](#), do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, identificou forte identificação política no perfil dos manifestantes. Das 436 pessoas entrevistadas no ato da Avenida Paulista para o estudo, 76% se disseram de direita, 72% muito conservadores, 68% nada feministas e 88% muito antipetistas. Uma posição diferente daquela observada pelo mesmo grupo de pesquisa durante as eleições do ano passado.

"O fenômeno bolsonarista não é mais só antipetista nem eleitoral, mas de um campo com uma identidade política muito forte. Antes [nos atos pró-Bolsonaro durante as eleições], as pessoas não se definiam como de direita nem conservadoras, mas agora sim", diz Pablo Ortellado, que coordenou o estudo juntamente com os pesquisadores Ana Luiza Aguiar e Marcio Moretto. Ortellado ainda acrescenta que o bolsonarismo está conseguindo se consolidar para além dos movimentos tradicionais, como por exemplo o [Movimento Brasil](#)

[Livre](#) (MBL) e o Vem Pra Rua, que chegaram a apoiar o presidente, mas não [aderiram aos protestos](#). O estudo mostra ainda a baixa confiança dos manifestantes em relação ao MBL (66%) e à grande imprensa (mais de 90% disseram não confiar em veículos como a *Folha de São Paulo* e *Rede Globo*).

Adere a  The Trust Project

12. Sem base parlamentar, Bolsonaro aposta nas ruas para emparedar Congresso

Presidente morde e assopra ao falar do Parlamento num único dia, mas segue incentivando manifestação de apoiadores no próximo domingo. Movimentos do impeachment se descolam do "bolsonarismo puro"

AFONSO BENITES - Brasília 21 MAI 2019 -

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/21/politica/1558399452_106186.html

De manhã, o presidente [Jair Bolsonaro](#) mordeu. Em discurso, desqualificou o establishment político do qual ele faz parte há três décadas. “O Brasil é um país maravilhoso, que tem tudo para dar certo. Mas o grande problema é a nossa classe política”. Na sequência, provocou os deputados. “Se a Câmara e Senado têm propostas melhores que a nossa, que ponham em votação”. À tarde, em outro evento nesta segunda-feira, ele assoprou. “Nós valorizamos, sim, o Parlamento brasileiro, que vai ser quem vai dar palavra final nesta questão da Previdência, tão rejeitada nos últimos anos”.

O vai-e-vem de discurso não altera, por ora, o plano A do bolsonarismo nesta semana: a tentativa do presidente de emparedar os parlamentares transformando a mobilização de seus seguidores nas redes sociais em um movimento de rua, no próximo domingo, dia [26 de maio](#). O discurso que fala do presidente como refém do Parlamento e da “velha política” —e que por vezes menciona até o fechamento do Congresso como medida— está espalhado pelos grupos de WhatsApp bolsonaristas que foram centrais na campanha eleitoral. Tem sido estimulados, mais ou menos explicitamente, por parte

do *bolsonarismo puro*, do clã familiar a nomes ligados ao escritor Olavo de Carvalho, como o assessor da presidência, Filipe Martins. A movimentação no mundo virtual inspira a desconfiança em Brasília, pois trata-se de um terreno onde os “radicalismos se sobrepõem ao diálogo”, conforme definiu nesta segunda o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

MAIS INFORMAÇÕES



- Desaprovação do Governo Bolsonaro supera aprovação pela primeira vez, mostra pesquisa Atlas Político



- A prova para saber se [a estratégia](#) dará certo ou não dependerá do impacto das manifestações que os bolsonaristas planejam em apoio ao Governo em ao menos 50 cidades brasileiras. Será uma espécie de desagravo ao presidente, já que no último dia 15 de maio, [milhares de pessoas estiveram nas ruas protestando](#) contra o contingenciamento de 30% dos recursos da educação. Outro ato com a mesma temática está programado para o dia 30.
-

No caso dos protestos a favor de um presidente que governa há menos de cinco meses e tem a mais baixa popularidade para um mandatário em primeiro mandato desde 1992 (cerca de 35% de aprovação), não está claro totalmente quem são, de fato, seus organizadores. Se são partidos políticos (ou ao menos o seu, o PSL), sociedade civil, ou grupos organizados, como o dos caminhoneiros. “Não se trata de um terceiro turno eleitoral. São atos convocados por militantes. Eu mesma decidi aderir depois que vi nas redes sociais”, afirmou a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), uma das mais ferrenhas defensoras de Bolsonaro no Congresso.

Dentro do próprio PSL e entre os ativistas da direita, como o Movimento Brasil Livre ou o Vem Pra Rua a adesão não é automática, pelo contrário. Tido como um dos principais ativistas que atuaram pelo impeachment de Dilma Rousseff

(PT) e consequente eleição de Bolsonaro, o MBL anunciou no fim de semana que não apoia o protesto. Em seu Twitter, Renan Santos, um dos líderes do grupo, disse que a manifestação força a barra contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal e também assusta os militares. “Tudo o que pretendem é criar o caos. Apenas na bagunça sobrevivem. Pediram intervenção em 2014, invasão do congresso em 2015, revolução caminhoneira em 2018 e agora acham que a chance real pintou”, afirmou Santos.

Nas hostes do partido presidencial, a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), que chegou a ser cotada para ser vice de Bolsonaro, afirmou que não apoia as manifestações porque elas não têm racionalidade. “O presidente foi eleito para governar nas regras democráticas, nos termos da Constituição Federal. Propositivamente, ele está confundindo discussões democráticas com toma-lá-dá-cá”, afirmou a parlamentar também pelo Twitter.

“O PSL está unido. Só a Janaína que é contra”, minimizou a deputada Kicis. Segundo ela, o MBL foi um importante movimento conservador a atuar contra a gestão petista, mas não são fundamentais para dar sustentação ao Governo. “Eles não são os donos das ruas nem das manifestações da direita”, ponderou. De acordo com essa parlamentar, o protesto servirá para pressionar os parlamentares a aprovarem três projetos governistas: a reforma da Previdência, o pacote anticrime de Sergio Moro e a medida provisória 870 – a reforma administrativa responsável por reduzir de 29 para 22 o número de ministérios.

Enquanto isso no Congresso, o Governo se depara com onze medidas provisórias em vias de perderem seu prazo de validade. Bolsonaro não tem base de apoio: 305 deputados de 21 partidos se declaram independentes e outros 134 parlamentares de seis legendas se dizem opositores. Restam os 54 governistas do PSL e outros 20 que a reportagem não localizou suas lideranças para que elas se manifestassem sobre seus posicionamentos políticos.

Sem esse apoio, Bolsonaro coloca em risco também sua [reforma da Previdência](#). No fim da semana passada, circulou-se entre a classe política a informação de que um novo projeto estaria sendo elaborado pelo parlamento a fim de alterar a proposta do Governo. Rapidamente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, reuniram-se com Maia e com o relator da reforma, Samuel Moreira (PSDB-SP), para tentar aparar quaisquer arestas. “O que houve foi um ruído de comunicação. As alterações poderão ocorrer em cima do projeto apresentado pelo Governo, como sempre foi no parlamento”, minimizou Marinho.

13. A marcha da loucura, por Juan Arias

A manifestação prevista para domingo não será mais uma. Deixará marcas profundas, triunfando ou fracassando. O Brasil ficará perigosamente dividido

Jornal GGN - 21/05/2019

A marcha da loucura

por Juan Arias do El Pais

<https://jornalggn.com.br/opiniao/a-marcha-da-loucura-por-juan-arias/>

A anunciada manifestação para o domingo 26 dos seguidores do presidente **Jair Bolsonaro** contra os que teriam transformado esse país em “ingovernável” poderá ter consequências difíceis de se calcular.

Cresce o medo sobre os resultados dessa [marcha sobre Brasília para defender o “mito”](#) que se sente encurralado pelos que pretendem impedi-lo de realizar a missão que Deus lhe encomendou de devolver ao país corrompido sua pureza

perdida. Medo que começou a preocupar até políticos de seu partido e muitos que votaram nele e hoje se sentem assustados e tentam dissuadi-lo dessa manifestação chamada de “marcha da loucura”.

E eu acredito que não existem precedentes na história das democracias mundiais de um Governo que cinco meses após sua eleição e que deveria viver sua lua de mel decide mobilizar o país em sua defesa ao se sentir sitiado pelos que, segundo ele, tentam impedi-lo de governar.

As manifestações, normalmente, são organizadas pelas oposições para exigir que as promessas de suas campanhas eleitorais sejam cumpridas. Curiosamente, no Brasil, até agora, a oposição parece na verdade muda e desunida contra um Governo que se apresenta incapaz de entender o que a sociedade pede dele.

Não é de se estranhar que a manifestação que está sendo organizada nas redes sociais pelas hostes mais aguerridas e violentas de Bolsonaro seja batizada também como “a marcha do medo”. Parece que de repente os demônios foram liberados e se fala sem pudor de “incendiar Brasília”, de “fechar o Congresso e o Supremo Tribunal Federal”, que seriam a grande meretriz da política. Há até um general da reserva, Luiz Eduardo Rocha Paiva, que acha natural que se não deixarem Bolsonaro governar “estaríamos dispostos a pegar em armas para defender a liberdade e a justiça”, incitando a uma guerra civil. Curiosamente o general destoa da atitude de moderação que até agora demonstrou o restante de seus colegas militares.

Essa ideia de incendiar os outros poderes que dividem com o presidente a liderança e governabilidade do país nos faz lembrar como, já entre os romanos, imperadores como Nero usaram da artimanha de provocar incêndios de verdade, como o que destruiu meia Roma, para jogar sua responsabilidade sobre seus supostos inimigos.

No caso de Nero, o imperador aproveitou o incêndio de Roma para acusar os cristãos de sua autoria, considerados como inimigos do Império. Conhecemos os resultados: aqueles cristãos, dentre os quais estavam os apóstolos, Pedro e

Paulo, foram martirizados, queimados na fogueira, crucificados e jogados aos cachorros para que fossem devorados vivos.

É difícil encontrar no Brasil precedentes de uma alucinação semelhante à que esse Governo vive, que vê por todos os lados inimigos e intrigas para derrubá-lo antes ainda de ter iniciado seu caminho. É difícil encontrar no passado um clima de política baseado na negatividade, na raiva e no ódio, como se de repente o Brasil e os brasileiros tivessem se transformado em monstros irreconhecíveis e inimigos de seu próprio país.

É difícil encontrar um grupo político tão apaixonado pela força das armas em guerra contra inimigos imaginários. Sua bandeira é a da desconfiança e da caça aos que não se ajoelham diante de seus novos preceitos mortificadores de liberdades, que pretendem calar os que tentam ver o mundo e a vida com olhos que não sejam os seus.

A manifestação prevista para domingo não será mais uma. Deixará marcas profundas, triunfando ou fracassando. O Brasil ficará perigosamente dividido. No caso de o Governo conseguir encher as ruas do país gritando contra os pilares que hoje sustentam a democracia, não é difícil prever que os conflitos se agravarão. Seria um passaporte para que um Governo autoritário imponha suas leis com mão de ferro.

E se fracassar? Se não forem capazes de mobilizar mais gente do que o [fizeram os jovens estudantes](#), e se não conseguir ser pacífica? Nesse caso, o mito Bolsonaro deveria ter a grandeza de admitir seu fracasso, de renunciar e passar o comando a alguém que seja capaz de reunificar um país cada dia mais perigosamente cético da política e da democracia.

Existe o perigo real de que essa guerra ideológica e essa desconfiança nas regras democráticas também acabem arrastando o país a uma crise econômica que quebraria a já martirizada caravana de milhões de pobres e desempregados que acabam sendo sempre o alvo das loucuras dos que deveriam protegê-los.

14. “Bolsonaro não tem inteligência política, ou a estratégia é confrontar as instituições?”

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/16/politica/1557961056_660775.html

Em seminário do CEBRAP, cientistas políticos Fernando Limongi, Argelina Figueiredo e Maria Hermínia Tavares de Almeida debatem crise institucional brasileira e falta de articulação do atual governo

Jair Bolsonaro discursa ao lado do ideólogo de extrema direita Olavo de Carvalho e do chanceler Ernesto Araújo. ALAN SANTOS AFP

FELIPE BETIM . São Paulo 18 MAI 2019 -

[Jair Bolsonaro](#) assumiu a Presidência da República há apenas cinco meses e meio, mas já se encontra em apuros no Congresso Nacional e nas ruas. Enquanto milhares de pessoas [ocupavam na quarta-feira as ruas de capitais e cidades médias](#), em 26 estados e no DF, o ministro da Educação era obrigado pelos deputados a comparecer à Câmara e enfrentar duros questionamentos, inclusive de parlamentares do Centrão, sobre o bloqueio de verbas em universidades e escolas. Mesmo precisando aprovar uma complicada reforma da Previdência e um pacote anticrime, o ultraconservador vem se apoiando na ala mais radical e ideológica de seu Governo ao mesmo tempo em que confronta o Legislativo, o Judiciário e até os militares que formam parte da gestão federal. "O Brasil pediu uma nova forma de se relacionar com os poderes da República, e assim seguirei, em respeito máximo à população", tuitou nesta quinta-feira o presidente sobre possíveis acordos e alianças com os partidos no Congresso, ecoando a ala anti-establishment do bolsonarismo.

MAIS INFORMAÇÕES



- [‘Governo da confusão nacional’ de Bolsonaro inflama as ruas e amplia desgaste no Congresso](#)



- Cortes da Educação despertam as ruas contra Bolsonaro



- Marcos Nobre: “Bolsonaro foi o candidato do colapso e precisa dele para se manter no poder”

No dia em que as ruas e o Congresso mandavam um recado para Bolsonaro, uma questão rondava o seminário dos 50 anos do [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento \(CEBRAP\)](#), em São Paulo. "O Governo [não tem inteligência política](#), ou vê alguma lógica no confronto com as instituições?". A pergunta foi feita pela cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida diante da constatação de seu colega, Fernando Limongi, de que os obstáculos não são colocados pelos parlamentares ou pela oposição, mas sim pelo próprio presidente. "O Centrão está louco para dar maioria ao Governo, mas o Governo não quer, porque não sabe como lidar como a maioria. Não sabe dividir qualquer benefício que as políticas aprovadas pelo Congresso pode trazer. E tudo o que o Governo faz é atacar os parlamentares, que continuam mandando sinais de que querem participar", afirmou ele durante um debate, que também reunia a cientista política Argelina Figueiredo, sobre o atual quadro de desgaste institucional vivido no país nos últimos anos e suas origens.

A questão chega num momento em que o Executivo, na visão de seus críticos, dá guinadas institucionais que equivalem a [verdadeiros desmontes de ministérios](#)—sobretudo os de Educação e Meio Ambiente— e de políticas públicas. Tampouco [há canais entre Governo e sociedade civil](#). A restrição orçamentária do Estado é uma realidade, mas Bolsonaro e seus filhos vêm mantendo acesa uma cruzada moral contra a esquerda para justificar cortes e mobilizar seguidores. Uma estratégia que parece ecoar um dos discursos feito pelo presidente neste ano, ao lado do autoproclamado filósofo de extrema

direita Olavo de Carvalho, nos Estados Unidos: é preciso "desconstruir muita coisa no Brasil" antes de construir. Na vida real, porém, a insegurança se espalha a partir de Brasília. Nesta sexta, o presidente compartilhou em grupos de WhatsApp um texto que cita um Brasil "ingovernável" sem os conchavos supostamente esperados pelas instituições e corporações que o rodeiam. O texto, escrito por Paulo Portinho, um economista filiado ao partido Novo, gerou especulações sobre as reais intenções do mandatário, que passariam por pressionar o Congresso, instigar a militância ou até mesmo sinalizar que poderia renunciar.

Bolsonaro se elegeu prometendo acabar com o "toma lá, dá cá", isto é, os sempre necessários acordos de governabilidade com partidos no Legislativo para viabilizar o chamado presidencialismo de coalizão. Isso envolve troca de cargos para fins de representatividade e influência na política pública, mas não só: diversos casos revelados mostram como o acesso aos cargos na máquina pública era, na verdade, um atalho para fontes de financiamento por meios lícitos (garantir emendas) ou ilícitos (cobrar por contratos). "A opinião predominante é a de que a crise é institucional, com foco no presidencialismo de coalizão, que seria fonte da corrupção no Brasil revelada pela Lava Jato", contextualizava nessa quarta Figueiredo. Porém, ela rejeita essa relação automática que se estabeleceu entre o sistema político brasileiro e a corrupção descoberta: "Não existe relação lógica entre corrupção e o presidencialismo de coalizão. A corrupção varia entre países tanto no interior do parlamentarismo como no interior do presidencialismo".

Foi precisamente esse entendimento de que o presidencialismo de coalizão é necessariamente corrupto que abriu caminho para o populismo de ultradireitista de Bolsonaro, que surfou no discurso da antipolítica ao qual, agora, se vê atado. Aqui e ali não param de surgir comparações entre o ultradireitista e Dilma Rousseff (PT), Fernando Collor e até Jânio Quadros, três presidentes que governaram de costas para o Congresso e acabaram caindo por não dominarem a articulação política. Os mais pessimistas preveem uma escalada autoritária, a partir da utilização de meios legais e institucionais, com o objetivo

de minar a própria democracia e as instituições por dentro. Um processo visto em países como Turquia, Venezuela, Polônia e Hungria —este último país é tido como modelo para os bolsonaristas radicais. Nesta avaliação, o decreto de posse de armas que ampliou drasticamente o número de pessoas autorizadas não é apenas uma tentativa de cumprir uma bandeira de campanha: é em si mesmo um teste para as instituições.

A Câmara e o próprio STF questionaram a medida e a queda de braço está instalada: o que vai prevalecer? O mesmo raciocínio vale para os [cortes em Educação](#) e a perseguição a disciplinas como Sociologia e Filosofia que representariam, principalmente, uma caçada ao pensamento crítico em escolas e universidades assim como a tentativa de enfraquecer a União Nacional dos Estudantes (UNE). Outra faceta na mesma linha seria o constante flerte dos bolsonaristas e do próprio clã Bolsonaro com o questionamento dos outros Poderes, como o Congresso e o próprio Supremo Tribunal Federal. Faria parte também desta investida o apoio tácito ou explícito a campanhas pelo impeachment de ministros do STF —aliados do bolsonarismo convocaram para o dia 26 de maio outra manifestação para pressionar a Corte. A questão persiste: falta inteligência política ou o confronto é projeto?

Origens da crise institucional

Os três pesquisadores do CEBRAP destacaram alguns dados e fatos que alimentaram o que consideram ser uma crise institucional no Brasil. Figueiredo enxerga algumas ações políticas que, desde 2014, estão minando as instituições políticas por dentro. "A contestação do resultado eleitoral pela oposição foi um fato inédito que demonstrou desconfiança no processo eleitoral", apontou a cientista política. Ela também recordou a atuação do então presidente da Câmara Eduardo Cunha, que utilizou "suas prerrogativas institucionais para comandar a resistência a qualquer tentativa de mudanças e medidas que pudessem melhorar a situação econômica no segundo mandato de Dilma Rousseff". Por fim, ela acredita que "o presidente da República renunciou a seu papel institucional e passou a criar pontes para o futuro dele".

As decisões do [Supremo Tribunal Federal](#), por outro lado, "desestabilizaram o sistema político" ao longo do tempo, avalia Limongi. Uma espécie de ativismo judicial cuja origem está na desconfiança com o legislador que, segundo diz, a própria Constituição de 1988 inspira. O pesquisador cita três decisões do STF que fazem parte de sua pesquisa, ainda não concluída. A primeira, de 2005, ordenou a abertura da CPI dos Bingos e confrontou a decisão da maioria dos parlamentares em não abri-la. A segunda, de 2006, foi a que derrubou a cláusula de barreira que havia sido implementada pelo Congresso, interrompendo a evolução do sistema político da Nova República, gerando fragmentação no Legislativo e garantindo recursos e sobrevivência de partidos sem representação. A terceira, de 2007, determinou a fidelidade partidária no momento em que um político decide trocar de legenda. Para o pesquisador, essas mudanças significaram uma quebra na jurisprudência adotada pela própria Corte, que até então se negava a interferir no andamento do jogo político. E, longe de representarem a defesa de minorias, atenderam o desejo de grupos políticos minoritários. "O Supremo passa a achar que pode reformar o sistema político brasileiro e age de maneira desordenada. Deixou de ser um árbitro para se inserir no jogo", argumentou. De acordo com essa leitura, a Corte teria pavimentado o caminho para futuras interferências de juízes e procuradores na arena política.

Dados do Latinobarómetro indicam uma baixa confiança da sociedade brasileira na democracia, colocando-a ao lado de países como El Salvador e Nicarágua. "Estamos diante de democratas insatisfeitos ou cidadãos insatisfeitos?", questiona cientista política Tavares Almeida, para quem cidadãos desconfiados podem ser "mobilizados positivamente para manter os controles sobre seus representantes, ou negativamente para minar as instituições democráticas", que por sua vez devem assegurar a competição política e o acesso de forças que expressem descontentamento. "Onde nós estamos, não tenho certeza. Temos claramente um governante que pertence a um grupo que não tem compromisso com o sistema democrático e que pode fazer muita coisa para destruí-lo", argumenta. "Por outro lado, o Brasil tem instituições mais fortes e testadas que em lugares como El Salvador. Temos

uma tradição de resolução de problemas pela via eleitoral desde o Império e que só foi completamente interrompido no Estado Novo", acrescenta.

Democracia em risco? Uma outra visão

O EL PAÍS também conversou por telefone com Carlos Pereira, cientista político da Fundação Getúlio Vargas que possui uma outra leitura do atual cenário. Para ele, as instituições brasileiras seguem sólidas e funcionando perfeitamente, com Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e meios de comunicação atuando de forma independente. A [Operação Lava Jato](#), o impeachment de Dilma Rousseff, os processos judiciais enfrentados pelo ex-presidente Michel Temer e as manifestações de quarta-feira são provas desse funcionamento pleno da democracia.

Dessa forma, ele não acredita que Bolsonaro represente uma ameaça às instituições, que devem levantar barreiras de contenção para seus projetos mais autoritários. Em última instância, podem inclusive expulsá-lo, como fizeram com [Dilma Rousseff](#) e Fernando Collor, incapazes de governar com o Congresso. Assim, ele acredita que o Governo Bolsonaro "tem um dilema que não é de fácil resolução", já que ele "se caracteriza por ser um populista que busca manter relações diretas com a sociedade". Ao mesmo tempo, começa a perceber que "sem os líderes partidários, o governo não governa". "A articulação fere de morte a própria essência do governo. Ao deixar de articular, ele fica paralisado e cada vez mais refém dos atores políticos", avalia.

Pereira também acredita que, até o momento, a agenda ultraconservadora de Bolsonaro vem sendo tocada dentro do jogo político tradicional. Elas, por si só, não podem acabar minando a democracia por dentro? "Democracia não tem a ver com o governo ser mais ou menos inclusivo, mas sim com alocação de poder. Democracia é a escolha de governantes de forma livre, competitiva e incerta (...). E nós temos isso. Não podemos colocar penduricalhos em seu conceito, sob o risco de esvaziá-lo".

15. Brasil de Bolsonaro retoma vocabulário da crise: manifestação, depressão econômica, impeachment

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589371-brasil-de-bolsonaro-retoma-vocabulario-da-crise-manifestacao-depressao-economica-impeachment>

22 Maio 2019 - Reportagem de **Beatriz Jucá**, publicada **El País**, 21-05-2019

Baixa capacidade de diálogo do Governo é apontada como estopim da crise que trouxe de volta os temas da instabilidade política crônica desde o Governo **Dilma Rousseff**.

Com quase cinco meses de Governo, o presidente **Jair Bolsonaro** (PSL) mergulhou em uma crise política que tem provocado a retomada do mesmo vocabulário popular de três anos atrás, quando a ex-presidente **Dilma Rousseff** (PT) foi destituída do cargo, e que se arrastou como instabilidade até o fim do mandato de **Michel Temer**. Resguardadas as particularidades da conjuntura de cada presidente, todos viram **emergir nas ruas** — e nas redes sociais — expressões que vão do repúdio à "crise" e à "estagnação econômica" ao temor de uma "recessão da economia" ou à defesa de um novo "impeachment". É um retrato sintomático de uma crise que parece ser crônica na sociedade brasileira e tem se instalado independentemente do tempo de gestão. Se **Dilma** enfrentou a crise nos dois primeiros anos do segundo Governo, **Bolsonaro** se depara com ela em **poucos meses de mandato**, período em que as novas gestões costumam ver seu capital político desfrutar de seu ápice.

Bolsonaro assumiu a presidência com um discurso antissistema e o desafio de retomar o crescimento econômico do país. Em uma campanha polarizada, ele se apresentou como saída para os problemas do Brasil, mas, no poder, segue aplicando o discurso de candidato. Optou por declarações radicalizadas e uma guerra ideológica que têm inflamado o caos instalado no próprio Governo. O presidente desponta enfraquecido pelo embate travado com o Congresso — ele diz que não vai sucumbir ao que chama de política do "toma lá, dá cá" para aprovar matérias—, não tem conseguido avançar com a sua **reforma da Previdência** e assistiu na semana passada ao **primeiro grande levante contra ele emergir das ruas**, quando milhares de estudantes se manifestaram em todo o país contra o contingenciamento de verbas que anunciou para a Educação.

Segundo cientistas políticos, **Bolsonaro** reproduz o mesmo erro dos ex-presidentes **Dilma Rousseff** e **Fernando Collor**: a tentativa de governar o país sem o **Congresso** e a baixa capacidade de diálogo com as instituições democráticas. Diferente dos dois ex-mandatários —ambos foram destituídos—, especialistas afastam, por ora, a existência de uma conjuntura que pressione **Bolsonaro a renunciar ou sofrer impeachment**. Mas destacam a

gravidade de mais uma grande crise rondar o Governo e defendem a necessidade de o presidente começar a dialogar com as demais instituições democráticas, especialmente o Congresso Nacional, para conseguir avançar em uma agenda efetiva para o Brasil.

"A novidade do **Bolsonaro** em relação à **Dilma** e ao **Collor** é que ele usa as redes sociais e tem contato direto com o eleitorado dele. Isso deixa a situação mais complicada porque o próprio presidente coloca mais lenha na fogueira", afirma o doutor em sociologia política pela **Universidade de Brasília (UnB)**, **Rodolfo Teixeira**. Ele cita como exemplo o texto distribuído pelo próprio **Bolsonaro** nos últimos dias, por meio do *WhatsApp*, que [fala em um Brasil "ingovernável" sem a existência de conchavos políticos](#). O texto também diz que "o presidente não serve para nada, exceto para organizar o Governo no interesse das corporações", representadas por políticos, empresários e "servidores sindicalistas e sindicalistas de toga".

Para **Teixeira**, o presidente tem tentado colocar a população contra as demais instituições democráticas (como o Congresso e o Judiciário) e provoca uma reação delas que agravam ainda mais a crise. É o caso, por exemplo, de uma reforma da Previdência. "**Bolsonaro** tem uma plataforma que gera muito questionamento. A reforma da Previdência gera muita resistência porque desagrada a população, e a classe política teme perder votos. A melhor forma para lidar com esse tipo de problema é sentar e dialogar. Você pode dizer que não vai mais ter o "toma lá, dá cá", tentar trazer novos hábitos e até impor limites. Mas não dá pra ignorar o outro lado", defende.

Teixeira explica que, no sistema político brasileiro, o presidente tem o poder da caneta, mas precisa ter uma base de apoio forte no Congresso (também protagonista na execução das políticas públicas e fundamental para as reformas da gestão) para conseguir governar. O cientista político analisa que essas crises —e o vocabulário popular que ecoa nelas— têm retornado quando o presidente não demonstra a habilidade política de dialogar e negociar com os mais diferentes setores da sociedade. "O Brasil tem o péssimo hábito de eleger pessoas que não são animais políticos. A política é a arte do diálogo, é aprender a conversar com adversários para chegar a um mínimo denominador comum", declara.

Teixeira pondera que o brasileiro não tem levado em conta essa capacidade de articulação ao escolher seus candidatos. "**Collor** teve mesmos problemas que **Dilma** e **Bolsonaro**. O que os três têm em comum? Não são animais políticos. São autocráticos e têm dificuldade de sentar para dialogar. Ficam frustrados quando o sistema não se curva à proposta que eles têm. Mas o sistema é conservador e busca manter as coisas como são", explica.

Teixeira acrescenta que é legítimo que o presidente **Bolsonaro** faça críticas ao sistema político, mas defende que é preciso fazê-las levando em conta certo cuidado para manter uma relação republicana com as demais instituições. Há também que ponderar o momento certo para isso, destaca. Em um cenário de [ameaça de recessão econômica](#) e [necessidade de aprovar reformas importantes no Congresso](#), o Governo tende a sair ele mesmo fragilizado ao não dialogar com as demais forças políticas. "É de fato difícil lidar com o corporativismo nas instituições. Mas quando você utiliza dessa crítica para dizer ao seu eleitorado que você não consegue desenvolver mudanças porque as instituições travam seu caminho e tenta fazer com que as pessoas saiam às

ruas para pressioná-la, a gente entra em uma situação caótica. Por isso que essas palavras da crise voltam ao vocabulário", afirma.

No centro dessa crise, a palavra impeachment chegou a ficar entre os assuntos mais comentados do *Twitter* nos últimos dias, mesmo que não haja um movimento político forte para destituir **Bolsonaro**. Isso aconteceu depois de o próprio presidente usar a palavra ao justificar os cortes na Educação quando esteve no Texas, na semana passada: "Quem decide não sou eu. Ou querem que eu sofra impeachment?", numa referência aparente às pedaladas fiscais, o crime atribuído a **Dilma** no impeachment. O filho do presidente, **Carlos Bolsonaro**, também havia usado o *Twitter* para dizer que há setores que visam a destituição do pai dele. O tema, porém, não é pauta no Congresso, e deputados afirmam que é prematuro falar na **possibilidade de afastamento do presidente**.

"Não existe nenhum motivo pra gente estar falando de impeachment de **Bolsonaro**. Há uma discordância política com a forma que ele vem conduzindo o país, criando essa crise de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo", diz o pesquisador **Alvaro Martim Guedes**, professor de Administração Pública da **Unesp**. Segundo ele, a atual crise é gerada pelas ações do próprio presidente, que tem usado constantemente as redes sociais para fazer declarações polêmicas, às vezes "beirando a grosseria", em vez de enfrentar os reais problemas do país e apresentar soluções para recuperar a Economia. "Estamos vivendo novamente a falta de uma liderança política forte o suficiente pra fazer o país ter uma agenda de reformas em andamento", afirma.

Alvaro Martim Guedes diz que, embora retome as mesmas palavras, a crise sobre o Governo **Bolsonaro** é "substancialmente diferente" daquela enfrentada pela ex-presidente **Dilma**. "Ali havia toda uma indignação popular com a questão da corrupção e neste momento o que está havendo é uma forte preocupação com os rumos do país daqui pra gente. Há um impasse e uma incerteza profunda quanto ao futuro", argumenta. Mesmo as grandes manifestações contra o Governo **Bolsonaro** que ocorreram na semana passada, diz o especialista, são de forte caráter popular e não pedem a saída do presidente do cargo nem têm **organização político-partidária**, como eram as manifestações pelo impeachment de **Rousseff**. "É mais pelo desgaste político de um Governo que não se apresenta a que vem", finaliza.

Leia mais

- [Sem base parlamentar, Bolsonaro aposta nas ruas para emparedar Congresso](#)
- ['Governo da confusão nacional' de Bolsonaro inflama as ruas e amplia desgaste no Congresso](#)
- [#15M: A insurreição estudantil e o país sem respostas às questões contemporâneas. Algumas análises](#)
 - [#15M e o retorno da política às ruas. Algumas análises](#)
 - [A maior mobilização da história do Brasil: desafios](#)
- [Bolsonaro abraça a 'velha política' em aceno a partidos por reforma da Previdência](#)
 - [Quem são os bolsonaristas convictos, segundo o Ibope](#)
- [Quem são os discípulos de Olavo de Carvalho que chegaram ao governo e Congresso](#)
- [Olavo de Carvalho é um efeito da nova direita e não sua causa. Entrevista especial com Alvaro Bianchi](#)
 - [Bolsonaro X Maia, a trama se adensa enquanto o dólar tem forte alta](#)
 - [Governo em pedaços – vitória ou ameaça?](#)
- [Câmara envia recado indigesto a Bolsonaro antes de analisar Previdência](#)
 - [A guerra de todos contra todos no Governo Bolsonaro](#)
 - ['Presidente não demonstra capacidade de articulação'](#)

- [Laranja! do PSL gera nova crise no governo Bolsonaro](#)
 - [Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso](#)
 - [Pacote anticrime de Moro reedita soluções inconstitucionais e ineficazes. Nota Pública da Conectas Direitos Humanos](#)
 - [Paulo Guedes na corda bamba?](#)
-

16. Mulheres e mais pobres impulsionam desaprovação do Governo Bolsonaro

Metade da população não confia no presidente, afirma pesquisa CNI-Ibope divulgada nesta quinta. Parcela dos que avaliam ge16. stão como ruim ou péssima cresce cinco pontos

BEATRIZ JUCÁ - São Paulo 27 JUN 2019 -

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561647052_013704.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&hootPostID=e7e55f651e3e654cc9d87498251742b3&fbclid=IwAR1D_Q4NFNetYZXowpWJSksIRGsO1FrF-bbmWZ_VFLTff-EARdDgY7y_nSM

Imerso em uma enxurrada de crises nos seus primeiros seis meses de Governo, o presidente [Jair Bolsonaro](#) viu crescer, mais uma vez, a insatisfação popular com a sua gestão —mais da metade da população (51%) diz não confiar no presidente e 32% avaliam o Governo dele como ruim ou péssimo, [segundo a pesquisa CNI-Ibope](#) divulgada nesta quinta-feira. A má avaliação do presidente cresceu cinco pontos percentuais nos últimos três meses, quando 27% consideravam sua gestão ruim ou péssima de acordo com a mesma pesquisa, feita em abril.

Considerando a margem de erro de dois pontos percentuais, o percentual de pessoas que desaprova o Governo está próximo do dos que o aprovam, com uma leve vantagem para a desaprovação: 48% e 46%, respectivamente. Ainda de acordo com o levantamento, a queda na popularidade de Bolsonaro é maior entre as mulheres, pessoas com até o quarto ano, com menor renda e residentes nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. O Sul é a região onde o presidente do PSL mantém maior popularidade: 52%.

Há seis meses no Planalto, Bolsonaro viu seus problemas de governabilidade ficarem mais evidentes com os [embates travados com o Congresso Nacional](#), onde precisa aprovar a Reforma da Previdência, sua principal aposta para equilibrar as contas do país. No mês passado, o presidente também viu emergir das ruas as primeiras grandes manifestações nacionais contra seu Governo, movidas pela crítica aos [cortes na Educação](#). Essa é uma das áreas mais criticadas pela população, segundo a pesquisa da CNI, com 54% de desaprovação. As demais são: taxa de juros (59%), impostos (61%), saúde (56%) e combate ao desemprego (54%).

Os protestos contra os [cortes na Educação](#) provocaram uma reação dos apoiadores do presidente com atos que, embora tenham tido mobilização em menos cidades que a dos opositores, mostraram que há força do bolsonarismo nas ruas. Dentro do Governo, porém, o ambiente não tem sido menos turbulento. Bolsonaro já demitiu três ministros após a disputa interna de grupos ideológicos e agora vê se elevar a [pressão contra os ministros Sergio Moro](#) (Justiça) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo). Eleito sob uma forte bandeira anticorrupção, Bolsonaro assistiu Moro ser acusado de interferir nas investigações da Lava Jato após o vazamento de mensagens supostamente trocadas por ele com procuradores do Ministério Público Federal no período em que atuava como juiz na operação. Bolsonaro não se manifestou imediatamente sobre a questão, mas nas últimas semanas afirmou que não iria demiti-lo.

O presidente também havia dado um voto de confiança ao ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, investigado por conta de [candidaturas laranjas no PSL](#). A crise que estava adormecida voltou a pressionar o presidente nesta quinta-feira, quando a Polícia Federal prendeu três assessores do ministro por um esquema no qual Marcelo Álvaro Antônio patrocinaria candidaturas fantasmas de mulheres no PSL. Até então, Bolsonaro vinha dizendo que esperaria as investigações da Polícia Federal para decidir o destino do ministro do seu partido. No Japão para a cúpula do G20, ainda não se manifestou sobre as prisões.

Outros três ministros não tiveram o mesmo tratamento. Até agora, Bolsonaro demitiu três deles. Há duas semanas, o general [Carlos Alberto dos Santos Cruz](#) deixou a Secretaria de Governo, depois de uma crise desgastante envolvendo o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, e o escritor [Olavo de Carvalho](#), de quem foi alvo diversas vezes. Ricardo Vélez e Gustavo Bebianno também foram demitidos do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral, respectivamente.

A pesquisa CNI-Ibope divulgada nesta quinta-feira também analisa a percepção da população sobre a cobertura da imprensa sobre a gestão Bolsonaro. O percentual dos entrevistados que consideram as notícias recentes mais desfavoráveis ao governo cresce de 39% para 45% em três meses. O levantamento também revela que 20% da população considera as notícias veiculadas mais favoráveis ao presidente enquanto outros 25% não as consideram favoráveis nem desfavoráveis. Os temas mais lembrados pelos entrevistados são a reforma da previdência, o [decreto sobre a posse de armas](#) e as manifestações populares. Os recentes vazamentos de mensagens trocadas por Moro e procuradores da Lava Jato também estão entre os assuntos noticiosos mais lembrados pela população. A pesquisa foi realizada entre 20 e 26 de junho, com 2.000 pessoas, em 126 municípios brasileiros.

17. “Vaza Jato” e os projetos autoritários

1 de julho de 2019 - https://revistacult.uol.com.br/home/vaza-jato-e-os-projetos-autoritarios/?fbclid=IwAR0clwT4eYOG0AB-VPP5dd_eAfjDkX-OsEywaaYE0YiHOrtkhBkWsPg5pE#.XRpqhyKsK 8.facebook

1.1K

O escritor inglês George Orwell, autor de '1984', na BBC em, 1940 (Foto: Reprodução)

Em recente livro (Théorie de la dictature), Michel Onfray resgata a importância teórica de [George Orwell](#) na identificação do processo de constituição de uma ditadura. Pode parecer simples perceber um projeto autoritário, mas não o é. Todo projeto autoritário se apresenta como algo “bom” e adequado ao desejo da população. Muitos aplausos são ouvidos antes de ser possível constatar a existência de campos de concentração, de Gulags e do extermínio gerenciado pelo Estado. Assim, por exemplo, tanto o regime nazista alemão se apresentava como um projeto voltado à luta contra a corrupção quanto o

regime fascista italiano gostava de ser visto como um verdadeiro Estado de Direito. Aliás, o tema “luta contra corrupção” está presente no discurso de vários [líderes autoritários do passado e do presente](#) (Duterte, Erdogan, Salvini e Orban).

Poucos já perceberam que “corrupção” tornou-se uma “palavra mágica” que não só é utilizada contra os inimigos políticos (no Brasil, sempre que o poder político se distanciou dos desejos dos detentores do poder econômico, ocorreu a criminalização da política através de acusações – por vezes, críveis; por vezes, não – de corrupção atribuídas a lideranças como Vargas e João Goulart, apenas para citar dois exemplos), como também serve para justificar ilegalidades e abusos. Se um crime é praticado para “combater a corrupção”, deve ser perdoado. Se a indústria brasileira é destruída “para combater a corrupção”, está justificado. Tudo é possível em nome do “combate à corrupção”, até a corrupção da democracia e a instalação de uma ditadura.

Com Michel Onfray, e recorrendo à análise da obra [1984](#), é possível identificar os elementos constitutivos das “ditaduras de novo tipo” (sobre esse “novo tipo”, recomendo os textos e entrevistas de [Marcio Sotelo Felipe](#)). Em apertada síntese, para construir essa nova ditadura é necessário:

- **Destruir ou relativizar a liberdade**

Nas ditaduras de novo tipo, a liberdade (salvo, a “liberdade” de consumir e de circular o capital) é apresentada como uma negatividade que gera riscos à segurança. Cria-se o medo da liberdade, para depois explorá-lo politicamente.

A liberdade torna-se negociável, como já acontece, por exemplo, nos acordos de “delação premiada”: em troca da promessa de liberdade o imputado/acusado apresenta a versão útil ao desejo dos inquisidores/negociadores (útil, por evidente, é apenas aquela versão que confirma a hipótese e as certezas, ainda que delirantes, dos inquisidores).

Onfray recorda que na obra de Orwell, helicópteros circulavam nos céus das cidades, para ver o que as pessoas estavam fazendo em suas casas. Impossível, hoje, não pensar nos helicópteros que controlam (e, por vezes, atiram) as favelas cariocas.

- **Empobrecer a linguagem**

A dessimbolização (perda do sentido de valores como “liberdade”, “igualdade”, “fraternidade”, “verdade”, “ética” etc.) e o anti-intelectualismo (o ódio ao conhecimento e aos pensadores) está presente em todo movimento autoritário. Some-se a isso a criação de uma “novolíngua”, que se desenvolve pela condensação e remoção de palavras ou de alguns de seus sentidos, sempre com o objetivo de manipular a população e restringir o pensamento.

Assim, aquilo que é “absurdo” e “flagrantemente ilegal” pode ser apresentado como “normal” ou “aceitável”. A verdade pode ser apresentada como mentira e a mentira como verdade, em especial se a mentira confirma preconceitos e certezas midiaticamente construídas nos receptores da informação falsa.

De igual sorte, começam a aparecer formulações paradoxais apresentadas como adequadas à lógica do duplipensar, que consiste em aceitar duas convicções contraditórias ao mesmo tempo. Pode-se citar, como exemplo, o que Gregório Duvivier chamou de “o Pato de Schrödinger” (em feliz paródia à experiência do Gato de Schrödinger): “as mensagens dentro dessa caixa são ao mesmo tempo falsas e perfeitamente normais”.

Também contribuem ao empobrecimento da linguagem: a supressão dos livros clássicos, o desestímulo à leitura, a substituição dos livros por telas de televisão e smartphones etc.

- **Abolir a verdade**

A verdade é um valor sempre complexo, formado de positivities e negatividades. Nas ditaduras de novo tipo, ela é substituída pela “pós-verdade”, uma informação que mesmo sem ser a verdade, produz efeitos de verdade a serviço do novo regime autoritário. Para abolir a verdade a ideologia é ensinada como se fosse uma informação sem ideologia. Também é necessária uma imprensa (pode ser um jornal ou mesmo um grupo de jornalistas) disposta a apresentar as versões dos detentores do poder político (que, muitas vezes, são também os detentores do poder econômico) como se fossem verdades inquestionáveis. Cria-se uma espécie de “novo regime de verdade”, sem a necessidade da verdade estar presente.

O processo de abolição da verdade à serviço de um projeto autoritário gera situações que um observador atento poderia chamar de constrangedoras. Isso porque, se for do interesse das elites dirigentes, um vazamento de comunicação entre políticos pode ser apresentado pelo mesmo “jornalista” como um “furo a ser divulgado” ou como um “crime que não merece atenção”.

Também a divulgação de falsas informações (fake news) é indispensável ao sucesso do projeto autoritário de abolir a verdade. O preto pode ser apresentado como branco, o ético como desonesto, a terra como plana, o corrupto como caçador de corruptos, sempre que o falso for necessário ao projeto político autoritário.

Mesmo no campo das religiões, é possível perceber distorção que mudam o sentido de doutrinas e crenças: Jesus ou Alá, por exemplo, podem ser apresentados como defensores da pena de morte, do armamento da população e da tortura.

A história também precisa ser suprimida ou reescrita. E isso se faz com oportunistas e cínicos, de um lado, e ignorantes, do outro. A necessidade de uma população de explorados ignorante (incapazes, até, de perceberem que são explorados) é um dos fatores que explica o ataque à educação pública em regimes autoritários em todo mundo.

- **Propagar o ódio**

Nenhum projeto autoritário sobrevive sem a criação de inimigos, o fomento de batalhas (ainda que imaginárias, como a “guerra contra o comunismo” em

2019) e a demonização do pensamento crítico. É preciso uniformizar o pensamento e criminalizar ou destruir quem não se submete a isso. O ódio é um afeto construído e, como tal, pode ser pensado como um instrumento político direcionado a um determinado fim. É o ódio que ajuda à aceitação daquilo que racionalmente não seria aceito.

Se o ódio for construído contra uma etnia ou mesmo contra uma única pessoa, a violação de direitos fundamentais dessas pessoas passa a ser ignorada ou mesmo aplaudida.

- **Destruir a natureza**

As ditaduras de novo tipo não guardam qualquer preocupação com a defesa da natureza e da diversidade que a constitui. Ao contrário, como percebeu Onfray, todo projeto autoritário tem componentes voltados à destruição da pulsão de vida, à repressão da sexualidade, à organização das frustrações sexuais, ao controle do corpo da mulher e à higienização social. A natureza acaba transformada em mercadoria.

- **Manter o poder**

Para se manter no poder, as ditaduras de novo tipo se preocupam com a formatação das crianças a partir da ode à ignorância e à naturalização do uso da força (violência) como solução preferencial para todos os problemas.

Também é necessário administrar a oposição, o que pode variar desde medidas que envolvam a cooptação de lideranças de oposição à destruição dos adversários que não se deixam comprar, desde o “investimento” (através da negociação de dívidas ou do pagamento de propagandas estatais) nos meios de comunicação até a demissão e destruição simbólica de jornalistas que não se deixaram comprar.

As ditaduras também buscam dissimular o poder. Não raro, líderes carismáticos de regimes autoritários procuram se apresentar como pessoas comuns e simples, e isso se dá através de um conjunto cênico que envolve desde gestos às vestimentas que eles usam (ou até mesmo a demonstração “espontânea” de preconceitos ou da própria ignorância), o que tem por objetivo esconder a posição de opressor diante dos oprimidos. Não por acaso, líderes autoritários como Hitler e Mussolini buscavam parecer, a depender da situação, com bravos guerreiros ou com o padeiro da esquina.

A contribuição da Teoria da Ditadura desenvolvida por George Orwell e identificada por Michel Onfray pode ser percebida na medida em que nos provoca a abrir os olhos e entender o que estamos vivendo, ao mesmo tempo em que nos convoca a mudar esse estado de coisas.

RUBENS R.R. CASARA é juiz de Direito do TJRJ e escritor. Doutor em Direito e mestre em Ciências Penais. É professor convidado do Programa de Pós-graduação da ENSP-Fiocruz. Membro da Associação Juízes para a Democracia e do Corpo Freudiano

18. O ESSENCIAL

De Duvivier para Moro: “as mensagens dentro dessa caixa são ao mesmo tempo falsas e perfeitamente normais”

Publicado em 29 junho, 2019 11:24 pm - Do Twitter de Gregório Duvivier, zoando Sérgio Moro:

o pato de shroedinger: "as mensagens dentro dessa caixa são ao mesmo tempo falsas e perfeitamente normais"

o pato de shroedinger: ao mesmo tempo juiz e ministro, isento e justiceiro, vítima do PT e dos EUA, da Venezuela e da CIA.

Gato de Schrödinger: entenda o que é o experimento

Explicamos a experiência de Erwin Schrödinger

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/09/gato-de-schrodinger-entenda-o-que-e-o-experimento.html>

Amecânica quântica é clara: se você não conhece o estado de um elétron, deve assumir que ele está em todos os estados possíveis ao mesmo tempo. Para digerir esse conceito, o físico Erwin Schrödinger bolou um famoso experimento mental batizado de “gato de Schrödinger”.

+ Leia também: Só 2% das pessoas consegue resolver este enigma.

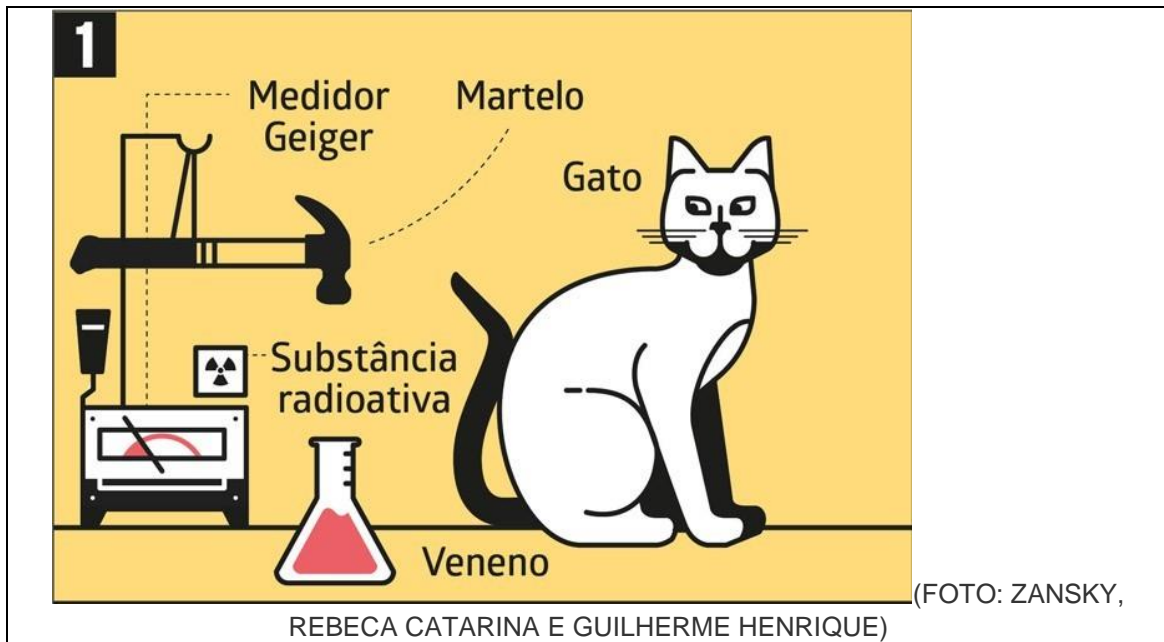
Você é uma delas?

Funciona assim: um gatinho está dentro de uma caixa com partículas radioativas que podem circular ou não — só que quem está de fora da

caixa não sabe o que aconteceu. Ou seja, se o gato fosse uma partícula, estaria vivo e morto ao mesmo tempo.

+ De quarks o mundo é feito: entenda a estrutura da matéria

Se a substância radioativa não decair, o medidor não aciona o martelo e não quebra o frasco. O gato vive.



Caso a substância radioativa decaia, o medidor aciona o martelo, que quebra o frasco e mata o gato.



Para quem está fora, o gato pode estar vivo ou morto. Fosse uma partícula, estaria vivo e morto ao mesmo tempo.



19. QUAL O BALANÇO DOS SEIS MESES DE SÉRGIO MORO COMO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA?

Márcio Soares Berclaz 01/07/2019 . <https://emporiiodireito.com.br/leitura/gual-o-balanco-dos-seis-meses-de-sergio-moro-como-ministro-da-justica-e-seguranca-publica?fbclid=IwAR3wlbK9hJxYnrg3lXoNPYf7G3gvHQE2sZvPA1OLXfDR5X7NNAKkiUlwH6s#.XRTDH8qjE8o.facebook>

Coluna Empório Descolonial / Coordenador Marcio Berclaz

Os primeiros seis meses do Governo Bolsonaro mostram um governo que não apenas não tem uma agenda social (o que não é nenhuma novidade), mas que aparentemente também não possui uma agenda adequada para o aprimoramento da justiça e da segurança pública como temas relevantes dentro de um caminho e projeto de país.

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, até aqui, ao invés de impulsionar a discussão sobre a reforma dos códigos Penal e de Processo Penal no Congresso, preferiu a aposta egoísta e simplista em um projeto “colonial” pretensiosamente denominado “Pacote Anticrime”, pleno de inconsistências, imperfeições, “amadorismo” e problemas.

Para completar, tramita no Congresso Nacional um novo projeto de lei de abuso de autoridade que, no contexto de discussão pouco qualificado e aprofundado da Operação Lava Jato (e das mensagens divulgadas recentemente pelo “The Intercept” em consórcio com outros meios de comunicação), pode resultar numa lei carente de generalidade, casuística e com graves defeitos de origem (não que a atual normativa do abuso de autoridade não mereça aprimoramentos e ajustes, especialmente para as situações que a justificam, com especial ênfase para a “Polícia” brasileira e para uma militarização da segurança geradora de vítimas cotidianas).

Deixando de lado as muitas polêmicas de Sérgio Moro enquanto juiz protagonista da “Lava Jato”, qual é o balanço que pode ser feito em relação a Sérgio Moro, agora sob o holofote não mais como “magistrado da República de Curitiba”, mas como agente político como Ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo de Jair Bolsonaro?

Qual é a proposta efetiva de Sérgio Moro, ex-juiz, para o sistema de justiça como um todo, incluindo-se Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, esta última sem efetivo suficiente para funcionar de modo mínimo na maioria dos Estados brasileiros, inclusive para potencializar o funcionamento do Tribunal do Júri (que o próprio Ministro disse na sua posse que precisa ser fortalecido)? Se “processo sem fim é justiça nenhuma”, como disse o Ministro na posse, o que já foi feito por seu Ministério para fazer frente ao tema?

E para a segurança pública, o que foi efetivamente feito? Certamente não é suficiente defender aumento de efetivo da Polícia Federal ou suposta maior integração. Quais são os resultados até aqui do tal setor de “operações integradas”?

No período em que esteve sob sua responsabilidade, qual o legado para o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, um mero aumento de estrutura de pessoal? E em relação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE?

Para um país de endividados e desempregados, o que pode ser agregado como novidade e bom resultado pela Secretaria Nacional do Consumidor?

E a respeito do superencarceramento e do Departamento Penitenciário Nacional, inclusive diante do cenário de crises nos presídios, o que foi feito de novo e diferente até agora? Os recursos disponibilizados pelo fundo seguem “imobilizados” por falta de projetos?

O que dizer a respeito do Fundo Nacional de Segurança Pública?

Se todo o discurso contra a corrupção apenas conseguiu parir o “Pacote Anticrime”, a escolha e o conteúdo da pauta do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública é preocupante.

Qual a medida concreta adotada em relação a elevada taxa de criminalidade dos delitos com violência, acertadamente lembrada no discurso da posse do Ministro, o mesmo que pregou a necessidade de “estratégia, inteligência e políticas públicas eficazes”?

O que se pretende fazer para “enfrentar s pontos de estrangulamento da legislação penal e processual penal que impactam a eficácia do Sistema de Justiça Criminal”, aspecto anunciado no já mencionado discurso de posse do Ministro?

Há um diagnóstico, um plano de ação e um plano de aplicação de parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública para as suas “políticas gerais”? Infelizmente parece que não (nem mesmo para o tripé que amparou o seu discurso de posse – corrupção, crime organizado e crimes violentos que, segundo o próprio Ministro, foi a “missão prioritária dada pelo Sr. Presidente Jair Bolsonaro), ainda que isso não tenha sido motivo para a população ir às ruas.

Quais são os genericamente anunciados (no seu discurso de posse) “sonhos e desafios” da pasta de Justiça e Segurança Pública na gestão de Sérgio Moro?

Ao contrário do processo judicial que, apesar de ser presidido pelo juiz, precisa ter as partes como principais protagonistas numa estrutura acusatória (ausente em nosso sistema por conta da ausência de um novo e atualizado Código Processual Penal e também em muito por conta da postura dos próprios Tribunais Superiores), espera-se que Sérgio Moro, não mais como juiz, mas como agente político e gestor de uma Ministério, agora sim encontre espaço para demonstrar toda a sua proatividade e boas intenções, o que, ao que parece, até o momento, não ocorreu, pelo menos na medida que a aposta no seu nome poderia esperar.

Punitivismo, militarização e a insistência na “guerra às drogas” parecem ser três assuntos bastante recorrentes na pauta do Ministério da Justiça, o que está longe de ser o prenúncio de um “ciclo virtuoso”.

Será que, tomando de empréstimo palavras de sua posse, o Ministro pode mesmo “avançar muito mais”, cumprindo o que prometeu, até mesmo para “construir e manter a confiança entre governantes e governados”?

Será que passados seis meses os “planos ainda estão em elaboração”, como dito no seu discurso de posse? Ou a situação é outra mas está faltando uma adequada política de comunicação com a sociedade?

Nas palavras do Ministro, a “esperança pode ser infinita”, mas seis meses já não seriam tempo suficiente para algum resultado factível no Ministério que é “vedete” do novo Governo?

Se não for isso, se muita coisa foi feita nesse período, nada que um relatório ou uma prestação de contas parcial não possa contrariar.

Um escrutínio crítico desses seis meses da gestão de Moro a frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no alto de suas “enormes responsabilidades” (como definido pelo próprio atual Ministro por ocasião da sua posse), mais do que pertinente, é absolutamente necessário.

Sobre isso também deveriam pensar as brasileiras e brasileiros que foram “às ruas” na data de ontem, ou não?

Imagem Ilustrativa do Post: 063 Biosphere Montreal Canada 3101 // Foto de: [bobistraveling](#) // Sem alterações

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/bobistraveling/12012257764>

Licença de uso: <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/2.0/>

•

20. Ex-ministros da Cultura divulgam texto conjunto contra Bolsonaro

https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ex-ministros-da-cultura-divulgam-texto-conjunto-contrabolsonaro,70002901171?fbclid=IwAR2JuY-ZKJ_Z5nHDesQooJJVkp5q1F5rDMFRs2a0_dYcJc6iP2MdOrQJhRU

Ministros de Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma e Temer condenaram a 'demonização' da classe artística, de projetos culturais e, sobretudo, o fim do MinC, que passou a ser uma secretaria subordinada ao Ministério da Cidadania

Julio Maria, O Estado de S. Paulo

02 de julho de 2019 | 17h25

Em encontro inédito, cinco [ex-ministros da Cultura](#) divulgaram um manifesto contra as políticas culturais do governo Bolsonaro na manhã desta terça (2), na USP (Universidade de São Paulo). Sem propostas mais detalhadas, suas falas condenaram a “demonização” da classe artística, de projetos culturais e, sobretudo, do fim do MinC, que passou a ser uma secretaria subordinada ao Ministério da Cidadania desde a posse de [Bolsonaro](#).

LEIA TAMBÉM [>Secretário da Cultura apresenta recursos para preservação patrimonial](#)

Estavam na mesa **Luiz Roberto Nascimento Silva** (ministro na gestão de Itamar Franco, entre 1993 e 1994); **Francisco Weffort** (ministro de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002); **Juca Ferreira** (ministro duas vezes, de Lula, entre 2008 e 2010, e de Dilma, em 2015 e 2016); **Marta Suplicy** (ministra de Dilma, entre 2012 e 2014); e **Marcelo Calero** (ministro por sete meses de Temer, em 2016). Eles primeiro se reuniram em sala fechada para redigirem o manifesto, que logo depois foi entregue em uma folha de papel sulfite aos jornalistas. Assim começa o documento: “Nós, ex-ministros da cultura que servimos ao Brasil em diferentes governos, externamos nossa preocupação com a desvalorização e hostilização à cultura brasileira. Reafirmamos a importância da cultura em três dimensões básicas como expressão da nossa identidade e diversidade, como direito fundamental e como vetor de desenvolvimento econômico, contribuindo decisivamente para a geração de emprego e renda.”



Marcelo Calero, Juca Ferreira, Francisco Weffort, Marta Suplicy e Luiz Roberto Nascimento Silva, assinam manifesto em prol da cultura no Instituto de Assuntos Avançados da USP Foto: Tiago Queiroz/Estadão

A parte que condena mais claramente o fim do MinC diz: “A extinção do MinC é um erro. A existência do Ministério tem garantido um olhar à altura da relevância da cultura e da arte na vida brasileira. Mesmo com recursos limitados, a pasta foi capaz de defender, formular, fomentar, criar e inovar a relação do Estado com a sociedade no plano da cultura, em respeito às tradições brasileiras desde o Império. A arte e a cultura brasileira, além de sua relevância interna, têm contribuído para uma imagem positiva no exterior. O interesse efetivo por diversas manifestações e criações culturais brasileiras é razão de orgulho e ativo importante da afirmação do país no conjunto das nações.”

Calero disse da importância de se reafirmar a cultura como política de Estado. “E reafirmá-la como vetor de desenvolvimento econômico e social.” As falas nem sempre foram em uníssono. Marta falou da importância de se ter o Estado como sustentação. “Fizemos com esse documento um afinamento de

percepções desse retrocesso civilizatório que estamos vivendo.” Ela chamou o fim do MinC de erro crasso: “Estamos sendo asfixiados”. Luiz Roberto Nascimento Silva disse que gostaria que o governo atual interpretasse as colocações não apenas como manifesto, mas como ato colaborativo não partidário. Juca Ferreira discordou: “Da minha parte, é crítica sim e defesa da Cultura. Colaboração seria demais.” Luiz Roberto respondeu. “Colaboração não na dimensão política.”

A reportagem questionou o grupo dos cinco sobre a necessidade do diálogo em um País já polarizado o bastante. Um “armistício cultural”, chamando integrantes do próprio governo para estarem naquela sala de forma que a reunião de cinco experientes nomes da gestão cultural, com o que fizeram de certo e de errado, fosse aproveitada para além de um manifesto. Juca foi incisivo: “A sua pergunta tem um erro de origem. Parece que há um belicismo das duas partes, mas não é assim.” Ele falou das perdas que o setor sofre por parte do governo e de posturas que impediriam o diálogo. Marta voltou ao assunto: “Me sinto falando com uma parede (*o governo*). Eles não entendem nem qual é o conceito de Cultura.”

O secretário de Cultura de Bolsonaro, **Henrique Pires**, estava coincidentemente participando de um seminário na Biblioteca Brasileira da mesma USP ([leia mais aqui](#)), no mesmo horário. Questionado sobre o encontro a alguns metros dali, ele respondeu: “Se eles produzirem algum documento e nos entregarem, vamos receber e ler com atenção.” O que há é um manifesto.

Leia o manifesto dos ex-ministros da Cultura na íntegra:

"Manifesto de ex-ministros da Cultura

Nós, ex-ministros da cultura que servimos ao Brasil em diferentes governos, externamos nossa preocupação com a desvalorização e hostilização à cultura

brasileira. Reafirmamos a importância da cultura em três dimensões básicas como expressão da nossa identidade e diversidade, como direito fundamental e como vetor de desenvolvimento econômico, contribuindo decisivamente para a geração de emprego e renda. Criar e usufruir cultura altera a qualidade de vida das pessoas e permite o pleno desenvolvimento humano de todos os brasileiros e brasileiras.

Assim, carece de sentido a redução de recursos de forma contínua para o setor cultural. Isso tem se dado pelo contingenciamento do Fundo Nacional de Cultura e pela demonização das redes de incentivo, notadamente a Lei Rouanet.

O Estado tem responsabilidades intransferíveis para a garantia do desenvolvimento social e cultural do país e para a realização dos direitos culturais do povo brasileiro. Ele proporciona espaços, oportunidades e autonomia para que a cultura se produza. O Estado democrático possibilita as condições necessárias para o acesso de todos às criações culturais. Assistimos, com preocupação, o crescente ambiente antagônico às artes e à cultura, que pretende enfraquecer as conquistas que o Brasil alcançou nestes anos de democracia. A primeira e mais primordial das responsabilidades do Estado é garantir a plena liberdade de expressão.

O passado alimenta o futuro. Por isso, a preservação das conquistas institucionais e leis aprovadas pelo Congresso não podem ser ignoradas por quaisquer governos. A extinção do Ministério da Cultura é um erro. A existência do Ministério tem garantido um olhar à altura da relevância da cultura e da arte na vida brasileira. Mesmo com recursos limitados, a pasta foi capaz de defender, formular, fomentar, criar e inovar a relação do Estado com a sociedade no plano da cultura, em respeito às tradições brasileiras desde o império.

A arte e a cultura brasileira, além de sua relevância interna, têm contribuído para uma imagem positiva do país no exterior. O interesse efetivo por diversas manifestações e criações culturais brasileiras é razão de orgulho e ativo importante da afirmação do país no conjunto das nações.

São Paulo, 02 de julho de 2019.

Assinam este documento os ex-ministros da Cultura: Francisco Weffort, Juca Ferreira, Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo Calero e Marta Suplicy."

21. Globo cobra de Moro solução dos casos Queiroz e do laranjal do PSL

<https://www.brasil247.com/brasil/globo-cobra-de-moro-solucao-dos-casos-queiroz-e-do-laranjal-do-psl>

"O governo Bolsonaro tem méritos ao criar a pasta da Justiça e da Segurança Pública, entregue a Moro, para enfrentar a corrupção e a criminalidade organizada de forma geral, num trabalho coordenado com toda a Federação. Mas não pode fingir que nada acontece ao seu redor", aponta editorial do Globo, que coloca o ministro Sergio Moro em rota de colisão com o chefe Bolsonaro

4 de julho de 2019, 05:28 h

Queiroz meteu o Einstein numa encrenca

247 – Responsável pela blindagem do ministro Sergio Moro, a Globo decidiu colocá-lo em rota de colisão com seu chefe Jair Bolsonaro. Em editorial publicado nesta quinta-feira, a Globo exige uma solução para os casos Queiroz, apontado como laranja do clã Bolsonaro, e também do laranjal do PSL, partido do presidente. "Assim que denúncias e evidências de corrupção chegaram a seu território, o governo Bolsonaro, apesar de ter assumido com

a acertada bandeira do combate ao roubo do dinheiro público, tem se comportado como vários outros: protela punições, não afasta suspeitos cercados de evidências, e usa o surrado argumento de que nada está provado", diz o texto.

"Na proximidade de Bolsonaro, ainda se desenrola o caso ocorrido no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho do presidente, em que parte dos salários de assessores do deputado era devolvida para fins obscuros. E no centro dessa história, encontra-se o ex-PM Fabrício Queiroz, provável operador deste esquema da 'rachadinha no gabinete do deputado, mas que está desaparecido", aponta o texto. "O governo Bolsonaro tem méritos ao criar a pasta da Justiça e da Segurança Pública, entregue a Moro, para enfrentar a corrupção e a criminalidade organizada de forma geral, num trabalho coordenado com toda a Federação. Mas não pode fingir que nada acontece ao seu redor.

22. Falar de fascismo no Brasil

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410_719446.html?fbclid=IwAR2jF7qzWR0RaX13Ud4504-8g27vQu5jgGQcl-TR_WVn_mn7I5NqoinLYcU

Há uma fenda global que parece crescer, por onde passaria a emergência de novas formas de governo com traços claramente fascistas

Um cartaz antifascista exposto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). MARCELO SAYAO EFE

VLADIMIR SAFATLE

4 JUL 2019 - 22:04 CEST



- 'Chegou o fim do liberalismo?', por José María Lassall

Há o medo de certas palavras. Esse medo vem na maneira com que tentamos, até o limite, não utilizá-las. Porque seu uso acende alertas vermelhos, nos quebra a letargia de sentir que, por mais que nossa situação atual seja complicada, a vida corre. E corre com um correr de quem acaba por acertar seu passo, abaixar os gritos. Bem, não há palavra que nos leve mais a temer seu uso do que [“fascismo”](#). No entanto, é ela que se ouve de forma cada vez mais insistente quando se é questão da situação brasileira atual. Coloquemos então, de maneira direita e simples, uma questão que vários de nós já colocou a si mesmo: Estaria o Brasil caminhando para o fascismo?

Esta questão não se ouve apenas no Brasil. Ela se ouve na Itália, [na Hungria](#), na Polônia, nas Filipinas. Esta confluência de semblantes perplexos a fazer o tour do mundo não é mero acaso. Ela indica uma fenda global que parece paulatinamente crescer, fenda por onde passaria a emergência de novas formas de governo com traços claramente fascistas.

Mas não seriam tais governos simplesmente “populistas”? Não é assim que se diz hoje, “governos populistas de direita”? Sim, é assim que se diz. Mas e se este uso extensivo do termo “populismo” fosse, na verdade, uma forma de não chamar de gato um gato? Pois talvez os chamamos de “populistas” para não dizer o que eles realmente são: governos nos quais uma certa concepção de ‘estado total’, uma forma explícita de implosão de qualquer possibilidade de solidariedade social com grupos historicamente vulneráveis, uma noção paranoica de nação e o culto da violência são a verdadeira tônica. Mas seria isto exatamente “fascismo”? E por que não falar em “populismo”, neste caso?

Lembremos como o uso extensivo da noção de “populismo” voltou. Há pelo menos dez anos havia ficado claro que a política mundial tendia a se deslocar para os extremos. A incapacidade de responder ao processo de degradação

social provocado pela crise econômica de 2008, ou seja, a inanidade das políticas neoliberais diante da crise e sua partilha, em maior ou menor grau, por todos os principais atores políticos, provocara uma desidentificação tal com o poder instituído, uma frustração tal daqueles que um dia acreditaram nas sereias da [globalização](#), que o fortalecimento dos extremos era uma tendência irresistível. A democracia liberal havia tocado seu limite. Pois o problema não era apenas econômico, ele era principalmente político. Não havia espaço no campo político para ações e discursos de ruptura clara com a ordem econômica responsável pela pauperização de camadas cada vez maiores da população.

Diante de um desejo de recusa forte dos limites de nossa vida institucional, criou-se essa palavra mágica que faz tudo o que coloca em questão os sistemas de paralisias e acordos da democracia liberal parlamentar parecer “irracional”, “emotivo”, “fruto de frustrações”, “convite a regressões atávicas”, ou seja, “populista”. Ainda de quebra, o termo permitia juntar os extremos, falar de um populismo de direita e de um populismo de esquerda, anulando com isto os dois polos, fazendo-os operar em uma balança de equivalências. Como se, no fundo, existisse apenas a “democracia” que conhecemos e os “populismos”.

Mas era claro que as diferenças entre os polos eram profundas. À direita, via-se uma crítica à pauperização social que colocava a conta da catástrofe nas costas dos mais desfavorecidos, a saber, os imigrantes espoliados por relações de trabalhos sub-humanas, os refugiados vítimas das consequências das intervenções imperialistas em regiões de conflito perene, como o [Oriente Médio](#). Quando não havia grandes levas de imigrantes, via-se a mobilização das clivagens originárias de raça e de gênero, em uma reedição de estratégias cuja ressonância fascista era evidente. À direita, via-se ainda todo o imaginário a respeito da fronteira, da imunidade do corpo social, da invasão, do contágio retornar diretamente dos discursos mais inflamados de Goebbels.

Ou seja, não havia proximidade alguma entre os polos. Mas estávamos diante de uma prática de “normalização” da extrema-direita e recuperar a tópica do “populismo” vinha mesmo a calhar. Porque recusar sua normalização acabaria

por levar toda a força anti-institucional ao outro polo e com isto produzir uma ruptura sem negociação com a ordem econômica atual.

Mas nada disto respondeu à pergunta colocada no início deste artigo, a saber, estaria o Brasil caminhando para o fascismo? Talvez fosse o caso de levantar alguns traços que têm a força de falar por si mesmos.

Quando o jurista nazista Carl Schmitt procurou explicar o que era o Estado total fascista, ele tomou o cuidado de estabelecer uma distinção. Segundo ele, nós conheceríamos uma forma de Estado total no interior das democracias parlamentares. Trata-se desse Estado que ouve todos os lados da sociedade, que está presente em todos os conflitos sociais e que produz estruturas de mediação e de legislação em todas as esferas da vida social. Ele procura dar conta dos conflitos trabalhistas, dos problemas de desigualdade, da violência específica contra grupos vulneráveis, entre outros. O Estado está assim, em todos os lugares. Ele não pode pairar acima da sociedade e decidir, pois é apenas a emulação dos conflitos sociais. Contra isto, dirá Schmitt, precisamos de outro Estado total. Mas sua função será diferente: ele deverá usar toda sua força para despolitizar a sociedade, impedir que as escolas sejam focos de sedição e formação, impedir que os trabalhadores pressionem seus patrões através de obrigações legais, usar a força policial para impedir greves, paralisias, ocupações. Assim, pode-se garantir a única liberdade real, a saber, a “liberdade de empreender” (que é sempre uma liberdade para alguns, ou melhor, para os de sempre). Este era o Estado total fascista.

Por outro lado, nesse Estado, um dos poucos princípios liberais que qualquer democracia real deveria preservar, a saber, a possibilidade de que indivíduos sempre terão, independente de quem são ou do que fizeram, de se defenderem do Estado quando julgados, não existia. Pois essa possibilidade exige inviolabilidade do sistema de defesa (em bom português, meu advogado de defesa não pode ser grampeado pelo juiz), exige desinteresse da parte dos julgadores (mais uma vez, em bom português, se sou candidato a presidente, o juiz que julga meu caso não pode me prender porque tem um projeto pessoal de poder e quer ser ele o próprio presidente).

Por fim, e esta era uma compreensão precisa de Franz Neumann, o Estado nazista não governa. Ele é uma associação instável entre grupos que estão em conflito contínuo. Mas esse conflito é uma forma de perpetuar o “movimento”, já que ele permite ao governo entrar em conflito contínuo com o Estado, dizer sempre que nosso grande projeto não está a ser implementado porque forças obscuras estão agindo dentro do Estado para impedir nossa grande redenção. O estado nazista é uma crise permanente elevada à condição de governo. A única coisa que tenho a dizer é: junte os pontos e diga se a cena não lhe parece demasiado familiar.

23. Sadi repete Getúlio, morte de herói nacional!

<http://independenciasulamericana.com.br/2019/07/sadi-repete-getulio-heroi-nacional/>

06/07/2019 POR CESAR FONSECA



Vitória da morte!

Grito de liberdade diante da tragédia brasileira!

Assim como Getúlio deu um tiro no peito para defender a Petrobrás, Sadi Giza deu um tiro na cabeça para protestar contra a privatização da estatal petrolífera brasileira.

Seu recado brutal se deu diante do ministro das Minas e Energias e do governador de Sergipe, em evento destinado a discutir a privatização da Petrobrás e as consequências para as cadeias produtivas dos subprodutos do petróleo, como o gás, amplamente consumido pela população.

Trata-se do sacrifício humano, político e econômico de verdadeiro herói nacional, que morreu em defesa da empresa brasileira, no ramo de cerâmica, consumidora de gás, fabricado pela estatal.

Como a cerâmica do empresário sergipano, milhares de outras utilizam o gás no lugar da lenha e do carvão, como forma de reduzir o desmatamento nacional.

Enquanto a Petrobrás bancou preço competitivo do gás para as distribuidoras nacionais, as tarifas, na ponta dos consumidores, representavam custos competitivos, também.

Porém, a partir do momento em que os preços internacionais do gás passou a ser parâmetro para o preço interno, como são os dos combustíveis e do diesel, tornou-se impossível a sobrevivência do negócio de Sadi Gitz.

Tudo, evidentemente, piorou no cenário do golpe neoliberal de 2016, que aprofundou recessão, gerando desemprego de 13 milhões de trabalhadores, 30 milhões de desocupados/desalentados, 60 milhões de inadimplentes e PIB negativo.

Os custos subiram e o mercado caiu, com a desaceleração dos grandes clientes de Sadi Gitz, no mercado de construção civil, principalmente, do Programa Minhas Casa Minha Vida, financiado por gastos públicos sociais.

As dívidas, financeiras e tributárias, engoliram o negócio, alvejado de morte pelo aumento brutal do preço internacionalizado do gás praticado pela Petrobrás sob orientação empresarial ultraneoliberal.

Monopólio estatal virou monopólio privado que dita preço internacional para vigorar no mercado nacional.

O consumidor ganha em real, mas é obrigado a pagar em dólar, segundo cotação da estatal dirigida por orientação privada, desnacionalizante.

O herói viu seu negócio ruir, com a decisão antinacionalista de vender a Petrobrás, desmembrando sua característica de monopólio estatal poderoso que se transformou no histórico agente principal do desenvolvimento.

Desarticular a estatal, privatizando-a sem licitação, conforme autorização antinacionalista do STF, tutelado pelos militares bolsonaristas, é desarticular o desenvolvimento nacional.

Estratégia imperialista

O governo Bolsonaro, obediente a Washington, como destaca o consultor legislativo nacionalista e engenheiro da Petrobrás por vinte anos, Paulo César Lima, em depoimento no Senado, está entregando de bandeja toda a superestrutura econômica de extração, produção, distribuição e circulação dessa riqueza a serviço do nacionalismo econômico brasileiro, desde Vargas.

Na área do gás, a estrutura de gasoduto, espalhada em território nacional, devidamente amortizada, gerando custo competitivo para o consumidor, será doada a investidores internacionais que, sem precisar enfrentar licitações públicas, praticarão preços internacionais, sempre especulativos.

Leilão a céu aberto, mercado persa.

A privatização da distribuição do gás levará os consumidores de gás à bancarrota, como aconteceu com Sadi, no ambiente de redução da demanda interna com aumento de preço oligopolizado.

A Petrobrás privatizada é a incerteza geral para os empresários consumidores dos subprodutos do petróleo que formam rede econômica público-privada que se estende Brasil afora.

Com o esquiteamento da estatal, desde a extração à distribuição, passando pela produção e estruturas já construídas e amortizadas, só vai se dar bem quem comprar o patrimônio pronto a preço de ocasião.

Tarefa para os oligopólios internacionais.

As cadeias produtivas internas, das quais Sadi participava, estão sendo, completamente, desarticuladas pelo novo poder privatizado oligopolizado, cujo interesse é lucros crescentes.

Encerra-se conceito de Petrobrás, esquiteada, como agente do desenvolvimento econômico nacional.

Sadi, genial, anteviu o aprofundamento da dependência nacional ao capital externo a partir da privatização da Petrobrás e preferiu dar um tiro na cabeça em protesto a essa perspectiva antinacional de empobrecimento colonial.

Foi para a história com coragem e grandeza.

24. A verdade (real) de Moro

Marco Antonio Barbosa de Freitas*

24 de junho de 2019 | 05h0 <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-verdade-real-de-moro/?fbclid=IwAR1WBJpiEKm-JxjCope31rrdQ2Ohb4QpY8Fo2fXvc-Rg7xxXcS7mNMwcTyc>

Marco Antonio Barbosa de Freitas. FOTO: DIVULGAÇÃO

Tenho 50 anos, sou juiz de Direito há 25, e professor de Direito Processual Civil há 24. Não, não estou me candidatando a algum cargo público ou privado, pois me sinto plenamente realizado na Magistratura e no Magistério, apesar dos pesares.

Essa singela apresentação serve apenas para que o distinto leitor saiba que tenho mais ou menos a mesma idade e experiência nas funções exercidas, até dezembro último, pelo nosso atual ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, que então ainda permanecia na condição de juiz de 1.^a Instância de Vara Federal Criminal em Curitiba.

Por isso, creio que já tenha *rodagem* para afirmar que não é fácil ser um bom juiz, como também não é fácil ser um bom médico, ou um bom engenheiro ou um bom estudante, enfim, é tarefa árdua ser aplicado, diligente, disciplinado, comprometido em quaisquer atribuições ou desafios que se nos são apresentados nas circunstâncias pessoais de cada um.

Todavia, no caso específico da atuação do então juiz Sérgio Moro, permanentemente à tona em razão da repercussão dos casos que julgou e, mais recentemente, em face dos alegados vazamentos de conversas que teria mantido com membros do Ministério Público, é preciso que algumas ponderações sejam feitas para mera reflexão, sobretudo de quem não está habituado à rotina forense.

Logo de saída é preciso deixar claro que o raciocínio que cá se desenvolve é lastreado em premissas cuja veracidade não se sabe se presentes: esses tais diálogos que teriam sido extraídos por hackers, se efetivamente aconteceram,

são, indubitavelmente, prova ilícita, e, portanto, imprestáveis para sustentar a acusação ou a absolvição de quem quer que seja, ainda que vozes interessantes ou interessadas possam dizer o contrário.

Pois bem, mas ainda assim, suponhamos que se provasse que tal prova ilícita tem conteúdo irretocável – sem edição e sem descontextualização –, remanesce questionamento que tem suscitado não poucos e nem amenos debates entre articulistas, jornalistas, juristas, políticos e na sociedade em geral, de quem o atual Ministro da Justiça, dependendo da simpatia a determinada coloração política, sempre foi destinatário de amor ou ódio: o então juiz foi parcial quando julgava – e muitas vezes condenava – vários próceres da República das duas ou três últimas décadas?

A resposta, do ponto de vista da estrita técnica processual – registrada a devida vênia a quem pensa de forma diversa –, é negativa, ainda que seja plenamente salutar a existência do debate que possa apontar, num ou noutro ponto, alguma crítica à postura do magistrado, sempre se sublinhando que sequer se tem certeza se tais diálogos existiram.

Toda a celeuma gira no entorno do papel do juiz nos dias que correm, em especial quando em jogo o *jus libertatis* num processo penal; ensina-se, geralmente ainda no segundo ano das faculdades de Direito, que, em casos tais, o juiz não deve se conformar com posição de passividade em relação ao que acusador e réu lhe trazem de material probatório para julgar – a tal verdade meramente *formal* –, mas deve espontaneamente avançar na busca de provas, em caso de eventual inércia ou inépcia dos que, originariamente, deveriam bem se desvencilhar de tal mister.

Aprende-se, então, nas aulas de Teoria Geral do Processo, que nessas situações o juiz dará cabo do *princípio da verdade real*, eis que independentemente de solicitação das partes, seu objetivo maior é chegar o

mais próximo possível dos fatos como *realmente* ocorreram; obviamente que estas linhas não se destinam à Comunidade Jurídica, para quem, certamente, esta é lição para lá de elementar, mas sim àqueles que, não sendo do meio jurídico, estranharam a procura do juiz, a todo tempo, por provas que pudessem delinear o eventual comportamento delitivo dos réus sob seu julgamento.

Não se pode confundir *parcialidade* de julgamento com *busca incessante por provas*: no primeiro caso, tem-se julgador *subjetivamente* vinculado a interesses de uma das partes; no segundo, tem-se julgador *objetivamente* comprometido na busca da verdade (real), e, por isso, não soa disparatado que, em harmonioso diálogo mantido com quaisquer representantes dos polos da ação, recomende o juiz a obtenção de provas que formarão o seu convencimento, já que ele será o destinatário delas.

Registre-se, ademais, que o Ministério Público e o Poder Judiciário são instituições estatais que, no âmbito penal *perseguem* a Justiça, ainda que por vieses distintos: o primeiro *promove* a justiça – me parece muito mais adequada, pois, a nomenclatura que se dá a esse órgão no âmbito estadual (Promotoria de Justiça) –, enquanto que o segundo *distribui* justiça; tanto é que, se assim entender, o promotor pode (e deve), inclusive, pedir a absolvição de alguém que ele próprio denunciou, se ao cabo do processo não houver provas bastantes à condenação.

Ao que se vê ao menos à distância – já que costumo dizer que falar de processo sem acesso aos autos é o mesmo que o médico examinar doente pelo telefone –, a sanha que impregnava o então juiz envolvia exclusiva e exaustivamente a obtenção de provas e não a condenação de réus; aliás, conclusão diversa implicaria se ignorar as quase duas dezenas de juízes que, em outras Instâncias do Poder Judiciário, com algum reparo pontual,

mantiveram a maioria das decisões do Juízo Inferior, contra políticos dos mais diversos matizes ideológicos.

Na presente quadra o país atravessa, desde 2015, profunda depressão econômica na qual insiste em permanecer pelas mais diversas razões que caberiam ser consideradas em outro espaço; experimenta doses cavalares de paixões políticas desvinculadas das mais elementares evidências, e agora parece fadado a extremismos que, de um lado e de outro, parecem só se unir numa única plataforma: a ojeriza à verdade (real).

***Marco Antonio Barbosa de Freitas, juiz de Direito, Mestre em Direito e professor titular de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Santa Cecília (Unisanta)**

25. Briga com mídia custa a Moro reprimenda internacional e ação na PGR



<https://www.cartacapital.com.br/?p=83650&fbclid=IwAR3Nh8qPIQE0zbuyJc6ssVyyXBNbIZ7zuiPNOlhDhPyvrach-ERjOnVjeac>

ANDRÉ BARROCAL - 6 DE JULHO DE 2019



Defensor de 'largo uso da imprensa' em investigações, ex-juiz está contrariado com a revelação de suas conversas secretas

Em uma análise escrita em 2004 a respeito da Operação Mãos Limpas, Sérgio Moro defendeu o "largo uso da imprensa" em investigações de poderosos. Na Lava Jato, praticou o que pregava, ao dar publicidade a suas decisões. Agora briga com a mídia, devido às revelações de suas conversas comprometedoras, atitude que lhe custa crítica internacional e pedido de investigação na PGR.

O ministro da Justiça não disfarçou seu aborrecimento ao participar na Câmara, em 2 de julho, de uma audiência pública sobre suas conversas com procuradores. Disse que a imprensa tem adotado "um comportamento um tanto quanto estranho" ao reproduzir as reportagens do *Intercept*. Para ele, o material tem sido "divulgado de maneira imprópria", pois não se sabe se é autêntico.

Pôr em dúvida a autenticidade faz parte da estratégia de defesa do ex-juiz, cujas conversas mostram que ele violou o Código de Processo Penal ao atuar em parceria com uma das partes da Lava Jato, o Ministério Público. Moro não negou até aqui o teor dos diálogos. Até pediu "escusas" a militantes do MBL por tê-los chamados de "tontos" numa das mensagens, de março de 2016.

► **Leia também:**

- **Léo Pinheiro nega acusação de Folha e Intercept; defesa de Lula rebate**
- **Editor do The Intercept Brasil: "Dirão que é a voz do Adnet?"**

Aos deputados, o ministro reclamou que o *Intercept* faz "sensacionalismo" e "quer demonstrar uma tese que pré-estabeleceu". Ironia: suas conversas indicam que ele pré-julgava na Lava Jato. "A defesa já fez o showzinho dela", escreveu em 10 de maio de 2017, depois de depoimento de Lula.

Após as primeiras reportagens do *Intercept*, o ex-juiz reagiu assim: “Site aliado a hackers criminosos”. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) emitiu nota em defesa do site contra “ataques descabidos”. Apontava ainda “manifestação preocupante” e “erro” da parte da Moro “ao insinuar que o veículo é cúmplice de crime ao divulgar informações de interesse público”.

O ministro retaliou a Abraji. No mesmo dia da nota, cancelou sua participação em um congresso da entidade, realizado no fim de junho. Alegou problemas de agenda.

► **Leia também:**

- **Intercept: "Jornalista que vaza não comete crime", defendia Dallagnol**
- **Novos vazamentos são suficientes para anular processos de Moro, diz Veja**

Diante da revelação de mais conversas suas pela *Veja*, em 5 de julho, reagiu de forma parecida com a que fez com o *Intercept*. Em nota do Ministério da Justiça, disse repudiar “a divulgação distorcida e sensacionalista de supostas mensagens obtidas por meios criminosos”, “sem que previamente tenha sido garantido direito de resposta dos envolvidos e sem checagem jornalística cuidadosa”. Não aceitou ser entrevistado antes da reportagem. Queria ver as mensagens primeiro.

Há olhos internacionais atentos ao ex-juiz. Por exemplo: os relatores especiais da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para liberdade de expressão, o americano David Kaye e o uruguaio Edison Lanza, respectivamente. Eles emitiram um comunicado conjunto em 1º de julho.

A dupla expressou preocupação com as “ameaças, desqualificações por parte das autoridades e as intimidações” recebidas por Glenn Greenwald, o chefe do *Intercept*, “após a divulgação de informações e denúncias de interesse público”. Cobrou “uma investigação completa, efetiva e imparcial” das ameaças. E lembrou que o Brasil tem “obrigações de prevenir e proteger os jornalistas em risco e garantir a confidencialidade das fontes de informação”.

► **Leia também:**

- **Moro é criticado pelos procuradores da Lava Jato em novo vazamento**

Uma ONG global pró-liberdade jornalística, a Freedom of the Press, divulgou uma nota em 2 de julho sobre a informação de que a Polícia Federal pediu dados sobre Greenwald ao Coaf, o órgão de vigilância de movimentações bancárias. A PF é subordinada a Moro no Ministério da Justiça. “O governo brasileiro deve suspender imediatamente as investigações”, diz o texto, “essas táticas de intimidação são um ataque descarado à liberdade de imprensa”.

O líder do PSOL na Câmara, Ivan Valente (SP), apresentou requerimento de informações ao ministro sobre essa investigação. Se o ex-juiz não responder em até 30 dias ou se mentir, será crime de responsabilidade. Valente quer saber se há um inquérito específico contra Greenwald, se o Coaf prestou informações sobre ele e outros jornalistas e por aí vai.

A PF abriu um inquérito para investigar o hackeamento do celular de Moro e de outros procuradores. A investida policial contra Greenwald ocorreu dentro desse inquérito.

A tentativa da PF levou os partidos de oposição (PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT e Rede) a acionarem a Procuradoria Geral da República. Querem que Raquel Dodge, a PGR, apure Moro por crimes existentes quando há uso de instrumentos estatais com fins pessoais. Por ação ou omissão, o ex-juiz teria prevaricado, abuso da autoridade e praticado advocacia administrativa.

Até a conclusão desta reportagem, em 5 de julho, não havia uma decisão de Raquel Dodge sobre o pedido.

26. Nas entrelinhas: Entre a modernidade e a nostalgia

http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-entre-a-modernidade-e-a-nostalgia/?fbclid=IwAR2JX59I57GL6k-DcbOkr82cz9rFZ0x9Z4xR8ldC_fCNKRBNmQz8PE52Wds

Publicado em 07/07/2019 - 08:02 Luiz Carlos Azedo

“A política brasileira tem duas linhas de força que podem convergir na direção de um processo de renovação ou derivar para o autoritarismo”

A ideia da revolução como força transformadora do mundo é coisa dos jacobinos. Os revolucionários que surpreenderam a nobreza europeia ao liquidar o absolutismo francês mudaram até o calendário gregoriano, símbolo do cristianismo e do Antigo Regime, para mostrar que nada seria como antes. O ano I, iniciado em 1792, era o ano da adoção da Constituição, que havia instituído o sufrágio universal, a democratização.

A Revolução Francesa (1789-1799) nos legou a universalização dos direitos sociais e das liberdades individuais a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Também serviu de base para o regime republicano, inspirado nas ideias iluministas. A crítica aos excessos jacobinos resultou na democracia representativa. A política tal como a conhecemos hoje, inclusive as ideias liberais e os conceitos de esquerda e direita, além do nacionalismo, são heranças daqueles 10 conturbados anos.

Iniciado com a Queda da Bastilha, a famosa prisão de Paris, o processo revolucionário francês só foi finalizado com o Golpe de 18 de Brumário, organizado por Napoleão Bonaparte, que logo depois restabeleceu a monarquia e o calendário gregoriano. O calendário revolucionário francês seria reutilizado somente nos dois meses de vigência da Comuna de Paris, em 1871. Era complicadíssimo.

O poeta Fabre d'Eglantine buscou inspiração nas quatro estações do ano para definir os meses, remetendo-se, por exemplo, à colheita das uvas (Vindimário), às brumas (Brumário) e às geadas (Frimário), no Outono; à germinação (Germinal), à floração (Floreal) e às pradarias (Plarial), na Primavera. O matemático Gilbert Romme manteve a divisão do ano em 12 meses, compostos por 30 dias, divididos em semanas de 10 dias, que foram chamadas de decêndios. Instituiu-se cinco dias de feriados, os dias dos sans-culottes, mantendo-se o dia bissexto a cada quatro anos. Cada dia tinha 10 horas, de

100 minutos; cada minuto, 100 segundos. A base de cálculo era decimal, mas nem assim a mudança colou.

A Revolução Francesa mudou, contudo, muitas outras coisas, inclusive a compreensão sobre a História, que passaria a ser orientada para a emancipação humana. Quem se opusesse à marcha do progresso passaria a ser considerado reacionário. Com o tempo, porém, constatou-se que nem todos os adversários dos jacobinos eram reacionários. Muitos consideravam a derrocada do absolutismo francês inexorável, mas não o Terror (Benjamin Constant, Tocqueville); alguns foram mais longe, criticaram liberais e socialistas por se pressuporem capazes de prever a direção da História (Edmund Burke).

Não faltam os exemplos de revoluções que deram marcha à ré, talvez o mais significativo seja o caso da Revolução Russa de 1917, com a dissolução da antiga União Soviética, que endossa a crítica ao chamado “determinismo histórico” dos comunistas. Mas há um tipo de pensamento particular sobre a Revolução Francesa que renasceu das cinzas na virada do milênio: o anti-iluminismo. O Iluminismo, ao pôr a razão acima da fé, seria origem de todos os atuais problemas do mundo.

O busílis

Submissas à tradição e a Deus, para os ideólogos reacionários, as pessoas viviam em harmonia, e a ordem natural das coisas era respeitada, mas houve a traição da elite iluminista. Mesmo as monarquias constitucionalistas, com seus impérios e déspotas esclarecidos, sucumbiram às ideias liberais e à ciência. A instabilidade e a velocidade das mudanças no mundo contemporâneo favorecem ideias nostálgicas de uma vida mais estável e segura, no qual a vida é preconcebida, os bons costumes e a fé são o porto seguro diante dos riscos da modernidade. É um passado idílico e imaginário, que não oferece os riscos da decepção e do fracasso.

Essa é a matriz do ressurgimento da direita reacionária do Ocidente, de Donald Trump, nos Estados Unidos, a Viktor Orbán, na Hungria. O presidente Jair Bolsonaro se alinha declaradamente nesse campo. Enfim, chegamos ao busílis da questão: a política brasileira tem duas linhas de força que podem convergir na direção de um processo de renovação ou derivar para o autoritarismo. Uma é a aprovação das reformas econômicas, cujo eixo gravitacional é o Congresso, fundamental para a modernização do país e a retomada do crescimento. Outro, a Operação Lava-Jato, vetor do combate à corrupção e defesa da ética na política, cujo fulcro central é o Judiciário.

Quando a opinião pública, que apoia a Lava-Jato, é lançada contra o Congresso, que protagoniza as reformas, porém, o processo político deriva numa direção perigosa. Os ideólogos do governo e o presidente Jair Bolsonaro são nostálgicos do regime militar e avessos às mudanças do nosso tempo. O golpe de 1964 não teve apenas o anticomunismo como bandeira, o principal pretexto para a permanência dos militares por longo tempo no poder foi a corrupção na política. Entretanto, o que mais corrompe qualquer regime político são a idolatria e o poder fora do controle democrático da sociedade.

Denise Assis

Jornalista há 43 anos, vencedora dos prêmios Esso e Ayrton Senna de Jornalismo, pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade, autora de "Propaganda e cinema a serviço do golpe - 1962/1964" e "Imaculada", membro do Jornalistas pela Democracia

27. Sergio Moro aposta no vale-tudo

https://www.brasil247.com/blog/sergio-moro-aposta-no-vale-tudo?utm_source=notification-

[mobile&utm_medium=notification](#)

A jornalista Denise Assis, do Jornalistas pela Democracia, critica o afastamento do ministro Sérgio Moro do cargo e cobra investigação das ilegalidades reveladas pela Vaza Jato; "Moro precisa urgentemente ser enquadrado e responder por seus crimes, como qualquer cidadão"

8 de julho de 2019, 21:51 h Atualizado em 8 de julho de 2019, 22:24

Brasília- DF. 19-06-2019- Ministro da Justiça Sergio Moro durante depoimento na CCJ dp senado. Foto Lula Marques

Por Denise Assis, para o [Jornalistas pela Democracia](#)

Como já foi veiculado, entre os dias 15 e 19 deste mês o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, estará de licença não remunerada para resolver problemas particulares. Tais problemas não foram especificados, posto que são de ordem particular, mas a julgar pelo nível de tensão que se estabeleceu depois dos últimos vazamentos feitos pelo jornal Folha de São Paulo, no final de semana, é possível que o ex-juiz tenha ido acalmar os nervos com algum "tarja preta".

Afinal, desta vez, além de transgredir os incisos II e IV do artigo 145, do Código de Processo Civil e inciso IV do artigo 254 do Código de Processo Penal (ambos referentes à suspeição do juiz quanto à parcialidade dos seus atos) - haja vista ter o magistrado aconselhado uma das partes do processo, e conduzido a investigação, indicando o seu interesse pessoal no desfecho -, ainda somou a isto o crime de lesa-pátria, ao enviar documentação de maneira “informal” à Venezuela.

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

E, o que mais grave, mostrou ser reincidente, ao transferir ao presidente Bolsonaro conteúdo de processo que corre em segredo de Justiça sobre crimes cometidos por seu partido, o PSL. Sergio Moro deixou muito claro não hesitar em obstruir a Justiça - a mesma sob sua responsabilidade - e apostar no “vale tudo”.

Agora, de “férias”, só falta pegar um jatinho e, tal como o personagem da novela que levou este nome (Vale Tudo), dar uma banana ao povo brasileiro, rumo ao exterior. Não foram poucos os juristas que já se pronunciaram sobre a conduta do ex-juiz, apontando-a como “criminosa”. Desafiando todos os técnicos e especialistas, ele insiste em negar a autenticidade dos documentos e escapar com evasivas, embora em atitude ambígua, quando diz não ver nada demais no que foi dito. (Foi dito, ou não foi dito, seu juiz???)

Diante do cerco que se fechava em torno do ex-juiz, o presidente Bolsonaro, que até então se negava a falar do assunto, na semana que passou saiu-se com aquela: “o povo vai dizer se nós estamos certos ou não”, como se estivéssemos na antiguidade, quando as decisões eram tomadas à base do polegar. Exposto ao teste, a megalomania de Bolsonaro não o permitiu perceber que a estrondosa vaia que eclodiu no Maracanã na decisão entre

Brasil X Peru, não foi apenas para Sergio Moro, mas para ambos. A vaia foi destinada ao seu governo, ao conjunto da obra. E, tudo leva a crer, considerou ter prevalecido a reprovação, pois a tal licença não ficou bem explicada, na nota emitida pelo ministério. Seria um tchau? Faz até lembrar aquela canção: “Será que Cristina volta?/ Será que fica por lá...”

Certo é que o presidente precisa entender o funcionamento da democracia e do país que governa. Nesse modelo o povo se pronuncia nas urnas. Daí por diante, prevalecem as instituições. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são os pilares desse sistema. Quando um juiz resolve peitar este último e fazer as leis a seu modo, caímos naquele caso “estabelecido” por Moro no auge da Lava-Jato: “Momentos excepcionais exigem medidas excepcionais”. Tá certo isto, Arnaldo? Claro que não. Moro precisa urgentemente ser enquadrado e responder por seus crimes, como qualquer cidadão.

Conheça a TV 247

28. Um terço dos brasileiros apoiaria fechar STF e Congresso

<https://www.brasil247.com/brasil/um-terco-dos-brasileiros-apoiariam-fechar-stf-e-congresso>

Cerca de um terço da população brasileira aceita, em certas circunstâncias, o fechamento de instituições como o Congresso

ou o Supremo Tribunal Federal (STF). É o que mostra pesquisa do JOTA e do Ibpad (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados). O apoio é maior entre os bolsonaristas

9 de julho de 2019, 06:00 h Atualizado em 9 de julho de 2019, 06:01



Manifestantes fazem ato pró-Bolsonaro, em defesa da Lava Jato, do ministro Sergio Moro (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr)

[Por Bruno Giovanni, em seu blog](#) – Cerca de um terço da população brasileira aceita, em certas circunstâncias, o fechamento de instituições como o Congresso ou o Supremo Tribunal Federal (STF). É o que mostra pesquisa do JOTA e do Ibpad (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados).

PUBLICIDADE

Enquanto 34,9% disseram concordar com a frase “Em algumas situações, o governo deve fechar o Congresso”, 32,9% afirmaram concordar com a frase “Em algumas situações, o governo deve fechar o Supremo Tribunal Federal”. No primeiro caso, 50,9% disseram discordar e, no segundo, 54,2%.

Uma outra pergunta também mediu sentimento similar: 42% disseram concordar com a frase “Em nenhuma situação é aceitável fechar o Congresso ou o Supremo Tribunal Federal”, mas outros 40,9% disseram discordar dela.

O sentimento difuso de adesão à democracia na população também foi medido pela clássica pergunta: “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”. Neste caso, 79,3% disseram concordar e 14%, discordar. Do mesmo modo, em uma outra pergunta, 23% disseram que “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser melhor” e 55,3% afirmaram que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”.

Bolsonaristas

Os maiores índices de descrença com a democracia brasileira aparecem entre as pessoas que dão maior apoio ao presidente Jair Bolsonaro. Entre aqueles que avaliam como bom o desempenho do presidente, há um empate técnico entre os que concordam ou discordam em fechar o Supremo: 42,7% concordam e 47,8% discordam. Já entre os que consideram ótimo, a maioria concorda que é possível fechar o Supremo: 54,9% concordam e 35,7% discordam. Por outro lado, entre os que acham o governo Bolsonaro ruim 60% discordam e 22,1% concordam; entre os que acham péssimo 61,9% discordam e 25,1% concordam.

Um padrão semelhante é encontrado entre as pessoas que concordam ou discordam em fechar o Congresso em algumas situações. Entre aqueles que avaliam como bom o desempenho do presidente Jair Bolsonaro, 42,9% concordam e 45% discordam, estão empatados tecnicamente. Mas entre os que consideram o desempenho do presidente ótimo, 53,1% concordam e 36,5% discordam em fechar o Congresso. Por outro lado, entre os que consideram o desempenho do presidente ruim, 55% discordam e 26,2% concordam; entre os que avaliam péssimo 58% discordam contra 28,4% que concordam.

Um movimento similar é percebido na pergunta: “Em nenhuma situação é aceitável fechar o Congresso ou o Supremo Tribunal Federal”. Enquanto os apoiadores do governo discordam mais dessa frase, os críticos concordam. Entre aqueles que avaliam Bolsonaro como ótimo, 36,6% concordam e 53% discordam; entre os que consideram o governo bom, 37,1% concordam e 48,6% discordam. Já entre os que acham o governo ruim, 46,7% concordam e 28,9% discordam; entre os que avaliam o governo como péssimo, 45,2% concordam e 36,4% discordam.

Os brasileiros com nível superior são os que menos apoiam uma visão “linha dura” da democracia: 60,6% discordam e 36,8% concordam com a possibilidade do governo fechar o STF. Entre as pessoas com ensino médio, 53,4% discordam e 34,5% concordam dessa possibilidade (outros 12% não opinaram sobre). Já entre os brasileiros com ensino fundamental 48% discordam e 25,1% concordam, outros 26,9% não se posicionaram sobre esse tema.

Os homens também tendem a aceitar mais facilmente o fechamento do STF do que as mulheres: 39% concordam e 52% discordam com essa possibilidade, contra 27,1% que concordam e 56,3% que discordam entre as mulheres.

A pesquisa foi feita com 1.045 pessoas, por telefone, entre os dias 26 e 29 de junho e conta com respondentes em 492 municípios, nos 26 Estados e no Distrito Federal. As respostas de 31 respondentes foram excluídas da análise porque não possuíam todas as informações necessárias para o modelo de pós-estratificação, restando, 1.014 respondentes. O intervalo de credibilidade dos valores estimados é de 3,3%.

A seleção da amostra foi aleatória e após a coleta o time de dados do JOTA Labs aplicou um modelo de pós-estratificação usando variáveis como gênero,

idade e escolaridade. Esse trabalho estatístico é importante para garantir o balanceamento da amostra e [segue técnicas propostas por professores como Andrew Gelman.](#)

Para acessar a reportagem completa só clicar aqui: <https://www.jota.info/stf/pesquisa-jota-34-dos-brasileiros-aceitam-fechar-o-congresso-e-32-o-stf-08072019>

29. Um tapa na cara dos juízes brasileiros

https://revistacult.uol.com.br/home/um-tapa-na-cara-dos-juizes-brasileiros/?fbclid=IwAR1bIrfKF4rKu0aNJEP8rNRI2veWIZ_WPUu2rdJImpfkeyNSGficg0e_0HQ

1.



Além da lei disse:

8 de julho de 2019

- MARCELO SEMER

A publicação de uma longa reportagem na revista VEJA deste fim de semana, com um resumo das mais comprometedoras mensagens obtidas pelo site The Intercept Brasil, levou o escândalo já conhecido como Vaza Jato a um novo patamar. A publicação da editora Abril assumiu ter tratado Sergio Moro como herói, dedicando-lhe cinco capas laudatórias. Com o extrato das conversas flagradas no Telegram, todavia, assinalou em editorial: “Não se pode fechar os olhos ante as irregularidades cometidas”.

O jornal Folha de S.Paulo, a seu turno, concluiu que a última publicação dos diálogos “elevou a pressão sobre o agora ministro da Justiça”: há, pela primeira vez, pontua a seção Painel, “indicação cristalina de, no mínimo, falta administrativa grave”. Seu instituto de pesquisa, Data Folha, apurou que de cada três pessoas que tomaram opinião sobre o assunto, duas delas acharam as condutas de Sergio Moro “inadequadas”.

O próprio Jornal Nacional, da TV Globo, gastou quinze minutos de seu noticiário descrevendo minuciosamente o que chamou de “supostas conversas”, e também se sentiu na obrigação de assinalar que nem a luta contra a corrupção permitiria a convivência com irregularidades.

A mudança de patamar da crise não é gratuita.

As conversas levantadas na última reportagem são aterradoras – as diversas checagens dos órgãos de comunicação apontam fortemente para a veracidade dos conteúdos. VEJA diz isso depois de analisar um conjunto de 650.000

mensagens; a Folha de S.Paulo já havia reconhecido mensagens de seus próprios jornalistas no bojo das comunicações recebidas pelo site.

Se Sergio Moro e Deltan Dallagnol tivessem, no primeiro momento, negado a autenticidade das conversas, talvez nem estivéssemos nos debatendo sobre o conteúdo.

Mas não só não o fizeram com as primeiras e já estrondosas revelações do Intercept, como até hoje não apontaram peremptoriamente um só diálogo como falso. A princípio, afirmaram apenas que as conversas eram normais; com o tempo, passaram a dizer que eram inidôneas porque oriundas de interceptação ilícita e, enfim, põem genericamente em dúvida a possibilidade de alguma adulteração, sem indicar, todavia, uma única.

Na reportagem de VEJA, há menção a uma pessoa externa ao processo: uma conversa que Sergio Moro teria tido com o apresentador Fausto Silva, que retransmite a Dallagnol, com o objetivo de sugerir a ele que fale com a imprensa de modo mais fácil de ser entendido. À VEJA, Fausto Silva, confirmou o teor da conversa.

Se Moro e Deltan tivessem negado de forma absoluta a existência e idoneidade destas conversas, não teria morrido apenas a discussão sobre o conteúdo, mas o inquérito do hackeamento a que se impuseram como vítimas nem teria nascido. É que a exigência de uma forte investigação, segundo ambos, para apurar grupos criminosos que praticaram a interceptação, deixa claro não se tratar de um novelista que, com sua imensa criatividade, saiu inventando diálogos verossímeis que, ao mesmo tempo seriam fortemente comprometedores, e totalmente “normais”.

Não seria má ideia se, ouvindo o conselho de Moro ministro, passássemos a ignorar todo e qualquer vazamento que tenha sido originado de um crime. Mas isso seria extrair a força que a mídia impôs ao próprio processo da Lava Jato, vez que todos os áudios exibidos com glória e êxtase no Jornal Nacional decorreram de violações de sigilo profissional, crime tão grave quanto a própria interceptação ilegal – e é possível que se essa vedação fosse mesmo seguida à risca, ele jamais tivesse se transformado em ministro.

Sergio Moro já nos disse por várias vezes qual foi o diferencial da Lava Jato, o “apoio popular”. Apoio que foi conquistado também na base do vazamento seletivo e cirúrgico das interceptações e delações. Tão cirúrgico quanto o agora criticado *modus operandi* do jornalista Glenn Greenwald.

Sobre Greenwald, aliás, como sói acontecer quando o poder se sente ameaçado pela pena da imprensa, formam-se nuvens da perseguição do Estado, como a anunciada observação de sua movimentação financeira pelo COAF – aquele órgão que o ministro Sergio Moro tanto fez questão que estivesse sob suas asas. Agora entendemos um pouco melhor o porquê.

Mas, afinal de contas, o que de tão grave, as conversas revelaram? Não seriam todas elas rotineiras e representativas do modo de agir comum de juízes e promotores?

Há um pouco de tudo nas conversas resumidas pela revista – mas nenhuma delas é encontrada diariamente nos fóruns brasileiros: o juiz que avisa o promotor que a denúncia deveria vir acompanhada de um documento que indica, dizendo que vai esperar a juntada deste para recebê-la; o juiz que adverte, pelo Telegram, do prazo que o promotor tem para fazer uma manifestação, assinalando o quanto ela é importante para sua decisão; o promotor que remete ao juiz um rascunho da manifestação que vai lhe apresentar oficialmente, para que ele já possa ir fazendo a decisão com base nela; o pedido do juiz para que a operação policial, que vai resultar na denúncia dirigida a ele mesmo, seja feita em determinada data; o juiz que interpela o promotor sobre uma possível delação, observando, previamente, que a ela se opõe; a recomendação do juiz à polícia para que não tenha pressa em juntar documento que pode afastar sua competência processual.

Como resumiu a revista VEJA: “Não eram conversas protocolares entre juiz e Ministério Público. Do conjunto, o que se depreende, além de uma intimidade excessiva entre a Magistratura e a acusação, é uma evidente parceria na defesa de uma causa”.

Na verdade, fatos que se desenham e se complementam desde a primeira publicação do The Intercept Brasil, quando o site escandalizou a todos indicando que juiz e promotor consultavam-se, mutuamente, mesmo antes das decisões e, em uma inusitada tabelinha, compartilhavam experiências, impressões e atos processuais.

Seria um tapa na cara dos juízes e promotores brasileiros dizer que tais comportamentos são normais, rotineiros, cotidianos.

Se essas comunicações fossem normais, em primeiro lugar, seriam públicas, não reservadas. A reserva, em um instrumento que não é acessível à defesa, mostra que o princípio da publicidade foi o primeiro a ser estilhaçado.

O segundo é a própria ampla defesa, direito fundamental que baliza o processo penal. Se o juiz combina suas ações com o promotor, sem o conhecimento da defesa, como dizer que esta terá a mesma oportunidade de apresentar seus argumentos para a decisão? Se a defesa não tem acesso ao ambiente em que se conversa sobre o processo, está, na verdade, alijada de onde as coisas efetivamente se decidem.

E cabe aqui abertura a outro questionamento: se as conversas interceptadas dizem respeito a um processo judicial, não considerações genéricas e pessoais, mas sugestões e consultas que teriam provocado consequências efetivas no julgamento (a sugestão de incluir documento que é acatada; a data da operação policial que é ajustada de acordo com a conveniência do juiz; a delimitação da denúncia), seriam, então, conversas públicas mantidas irregularmente em sigilo, mas não comunicações com a tutela constitucional da privacidade.

O que não deve estar no âmbito da privacidade não pode nele ser incluído apenas pela perversão de seu uso. O tema foi abordado, primeiramente, pelo

professor Edilton Meireles em artigo no site Justificando (“Diálogos entre Moro e Lava-Jato devem ser submetidos ao contraditório”, 01/07/19).

Não é minha pretensão discutir nenhum dos despachos, decisões, sentenças ou votos que envolveram esta referida operação – não obstante discordar da constitucionalidade da regra que impõe vedações aos demais juízes de fazê-lo, encartada no entulho autoritário da Lei Orgânica da Magistratura, herdeira direta do Pacote de Abril.

Mas é impossível assistir em silêncio a essa afronta como forma de defesa: a transferência da suspeita de parcialidade dos flagrados na conversa sigilosa a todos os juízes e promotores do país.

Os advogados fizeram graça com a perspectiva de um juiz que os avise, pelo Telegram, quando o prazo está se esgotando; promotores se indignaram com a submissão de peças ainda não prontas (e, portanto, não protocoladas) ao conhecimento e quiçá avaliação do juiz. E os magistrados não se sentiram nada à vontade com a ideia de compartilhar decisões ainda não tomadas nos autos.

Ouvido em um seminário de investidores, o ministro Luis Roberto Barroso voltou a criticar, sobretudo, a origem ilícita das mensagens, e aduziu que nenhuma família se manteria íntegra com dois anos de interceptações. Talvez esteja mesmo certo o ministro, sobre os riscos do excesso de invasão da privacidade – que, a bem da verdade, pouco costuma analisar na jurisdição.

O problema é que em questão não está uma família. Nem mesmo, como alguns teimam em colocar, colegas de trabalho. Promotor e juiz, como advogado e delegado, desempenham importantes funções em um processo criminal. É certo que umas dependem de outras e é o conjunto delas que faz o sentido do processo – quando todas são respeitadas, lógico.

Mas ainda assim não são colegas de trabalho, não fazem parte de uma mesma equipe. Cada qual desempenha sua função nos limites de sua competência.

Juiz não é chefe do promotor, nem do delegado; tampouco está acima do advogado. Cada um tem o seu espaço. E o do juiz, para o bem e para o mal, é o mais solitário de todos. Não existe equipe de que faça parte. Não tem como dividir o sofrimento da decisão, o incômodo da dúvida. Esta solidão é parte integrante de seu serviço – quem desconhece isso, certamente não valoriza o trabalho.

Ao mostrar um juiz que dá ordens a todos, que se articula para além de suas competências, que compartilha suas angústias com um dos lados em julgamento, ao qual adere, a situação expõe a todos e fragiliza enormemente a própria ideia de justiça.

Normalizar a perversão é fazer pouco da integridade dos milhares de juízes brasileiros.

O sucesso do “trabalho em equipe” e da submissão popular da decisão pode até render frutos políticos de alta magnitude. Mas é um tiro no pé do Judiciário,

pois fulmina justamente os atributos que definem sua identidade: a independência e a imparcialidade.

MARCELO SEMER é juiz de Direito e escritor. Mestre em Direito Penal pela USP, doutor em Criminologia pela USP, é também membro e ex-presidente da [Associação Juízes para a Democracia](#).

> [Leia a coluna Além da Lei toda segunda-feira no site da CULT](#)

30. Pastor critica mídia evangélica e defende 'tradição cristã progressista'

<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/pastor-critica-midia-evangelica-e-defende-tradicao-crista-progressista/?fbclid=IwAR3ErOCgCmIvQTYq8j1DnhKLd69-kPK11uToACUfeb3bVWxjaH9u3xc5Ko>

Sonia Racy

08 de julho de 2019 | 00h38



PASTOR HENRIQUE VIEIRA. FOTO: IARA MORSELLI/ESTADÃO

Pastor Henrique Vieira, do Rio, lança livro, atua em filme, defende o Estado laico, critica concessão de canais de televisão a pastores e propõe reavaliar se igrejas não devem pagar imposto

Nascido em Niterói, de uma família evangélica batista – formada por seus bisavós – o **pastor Henrique Vieira** foi criado, como ele mesmo diz, “no contexto da Igreja”. Foi ainda na adolescência que descobriu sua vocação pastoral. Investiu na vida acadêmica e se formou em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro e, para completar, em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e História pela Universidade Salgado Oliveira. Em seu seminário, ficou responsável pela implementação de uma nova congregação, que veio a se tornar a Igreja Batista do Caminho, onde atua até hoje.

PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

Tudo somado, o pastor se define hoje como “defensor de causas progressistas, as mesmas de Martin Luther King, dom Hélder Câmara e Francisco de Assis” e critica “lideranças (evangélicas) conservadoras que se distanciam muito da beleza e do caráter generoso do evangelho de Jesus”. E mais: valoriza o respeito à diversidade e considera o Estado laico “um avanço democrático”.

Militante dos direitos humanos – foi vereador em Niterói pelo PSOL, entre 2012 e 2016 –, lançou na semana passada seu primeiro livro, *O Amor Como Revolução*, pela editora Objetiva. E uma de suas últimas paixões foi a descoberta do teatro e do cinema – no qual faz sua estreia, em novembro, com participação no longa *Marighella*, dirigido por Wagner Moura. À repórter Marília Neustein, ele defendeu a pluralidade do movimento evangélico e criticou “um referencial hegemônico preocupante, com muito poder midiático”, que a seu ver “acaba sendo a principal referência do que é ser evangélico”. A seguir, os melhores trechos da conversa.

Você fundou um novo grupo, a Igreja Batista do Caminho.

Qual é o tamanho dessa comunidade? Nós nos reunimos em um espaço cultural em Niterói e alugamos um auditório no Rio de Janeiro. Em Niterói temos cerca 100 pessoas e no Rio mais 160. Isso é basicamente o nosso universo. Temos um grupo de mulheres que estudam e fazem teologia feminista, e agora um grupo ao qual demos o nome de “Um novo homem possível, desconstruindo a masculinidade tóxica” – sempre a partir da teologia, da Bíblia.

Por que decidiu escrever um livro?

Nas minhas pregações, a palavra sempre teve um papel impactante, fluiu com facilidade e alcançou muita gente. Em algum momento pensei que essa mística que acontece quando estou pregando podia se materializar numa obra que tivesse um caráter mais permanente.

O campo evangélico é plural. Como faz para enfrentar cobranças, tendo opiniões divergentes das de muitos outros pastores?

Existe um referencial evangélico hegemônico que é de fato preocupante. Refiro-me a algumas lideranças com muito poder econômico, político e midiático. São pessoas que têm uma enorme capacidade de reverberar aquilo que dizem e acabam sendo a principal referência do que é ser evangélico. Lamento porque, na minha compreensão, são lideranças ultraconservadoras que se distanciam muito da beleza e do caráter generoso do evangelho de Jesus.

Se distanciam de que maneira?

O que fazem me parece mais um empreendimento empresarial de fé do que propriamente Igreja enquanto corpo de Cristo, comunidade de fé e acolhimento. Entendo que suas mensagens têm um viés antidemocrático que acaba reproduzindo um ambiente hostil para mulheres, negros, fiéis das religiões de matriz africana, militantes dos

direitos humanos. Mas, como você bem colocou, o campo evangélico é muito plural, muito heterogêneo desde a reforma protestante.

É plural atualmente também?

Tem o pentecostalismo, o neopentecostalismo, ou seja, é um campo multiforme, quase indefinível. Cabe dizer que muito desse campo é composto de pessoas pobres, trabalhadoras. Por isso, também existe um outro preconceito.

Qual é? De classe?

Sim. Porque os evangélicos são, em sua maioria, o povão – e isso (o preconceito) eu combato. Eu tento dar visibilidade a esse caráter popular e periférico da experiência evangélica. As igrejas, muitas vezes, fazem um acolhimento que outros mecanismos da sociedade deixam de fazer. Costumo dizer que muitas igrejas, essas aí que abrem em cada esquina, estão empoderando individualidades massacradas. São pessoas anônimas e oprimidas em uma sociedade elitista e desigual, que quando entram naquele espaço de fé ganham nome, importância e autoridade.

E senso de vida comunitária.

Exatamente. E não sou só eu que penso assim. Aliás, não gosto de ser colocado como um pastor exótico. Estou nas fileiras de uma tradição cristã progressista. A mesma de Martin Luther King, ampliando o caminho não só evangélico, e também a de dom Hélder Câmara, da irmã Dorothy, Francisco de Assis, comunidades eclesiais de base, o protestantismo negro norte-americano – que a partir da fé em Jesus lutou contra a escravidão e depois contra a segregação racial nos EUA. Sou de uma linhagem comprometida com a causa da justiça social, do respeito à diversidade, do diálogo ecumênico interreligioso, da busca pelo bem comum.

A fé nunca esteve tão presente nos discursos políticos como hoje. E isso convive com a crítica, por parte dos acadêmicos, segundo a qual a fé tem sido utilizada de maneira enviesada.

Acho que no mundo de hoje constatamos o crescimento de uma narrativa fundamentalista, muito além da experiência evangélica. Esse é um dos dramas do século 21. Vivemos em uma sociedade com menos senso comunitário, dotada de uma cidadania de mercado que vai selecionando quem vale mais e quem vale menos. Muitas singularidades culturais vão sendo diluídas pela imposição de um modelo global que massacra povos e identidades culturais. A vida vai ficando tão privatizada e vazia de um sentido público em que a narrativa fundamentalista ganha força.

Vivemos uma polarização não apenas na política, mas entre ciência e religião. Como é que você vê esse convívio?

A espiritualidade é a poesia da alma. A experiência do sagrado brota de um susto diante da potência e da fragilidade da vida. Dessa constatação nasce uma busca por plenitude, um apontamento para a transcendência. O que isso tem a ver com os parâmetros, os códigos e os métodos da ciência? Uma coisa não contradiz a outra. O fundamentalismo que tenta amarrar o mundo numa doutrina vai ter problema com os avanços da ciência. Mas quem vive a fé como aposta, como experiência, bendiz a ciência.

Mudando um pouco o tema, igrejas não pagam imposto no Brasil. Isso deveria mudar?

A previsão constitucional de não cobrar imposto do que não tem natureza lucrativa me parece razoável. O que algumas igrejas fazem é outra coisa. Acho que deveria haver uma auditoria sobre alguns empreendimentos de fé que operam numa lógica mais mercadológica e de lucro do que de um serviço comunitário.

Que diz do Estado laico?

É um avanço democrático. O Estado ateu seria uma violência, porque tenta impor o fim da experiência religiosa. O Estado fundamentalista é uma outra violência porque tenta interditar todas as outras religiões. Assim, a modelagem do Estado laico me parece a mais razoável.

E o direito a canais e programas de televisão?

Sou contra. Pode ser uma visão meio radical, mas é que essas concessões são obscuras, desiguais e desproporcionais. À medida que você liga a televisão e só vê uma narrativa, isso está necessariamente inviabilizando e apagando outras memórias. Acho isso errado.

Por sua experiência com as pessoas que o procuram, o que é que mais as angustia?

A maior parte das pessoas que procuram a comunidade de fé da qual eu faço parte são fiéis machucados e desiludidos com a experiência que tiveram com a Igreja, que lutam para manter ou dar novo significado à sua fé. Boa parte dessa gente já é cristã. E outra é uma turma que não imagina uma igreja evangélica com esse conteúdo.

Já foi considerado traidor?

Daí pra baixo. No início eu até ficava assustado, mas hoje eu consigo lidar com isso com muito mais serenidade.

As pessoas buscam a Igreja para resolver problemas?

Existe uma dimensão de consolo que não acho que seja alienante. Consolo gera esperança. Mas é diferente de acessar Deus para resolver. E existem igrejas que fazem uso de uma experiência religiosa como se fosse uma prateleira. Determinam o que Deus vai fazer, com dias definidos: quinta-feira é bênção financeira, sexta-feira é bênção sentimental. Ou seja, é a pretensão humana de classificar Deus.

O que é milagre para você?

Milagre é o repartir do pão, é quebrar a dureza, o egoísmo, a

prepotência e a vaidade do coração dos homens. Quanto ao milagre no seu sentido mais corriqueiro, eu não duvido que aconteça. Só não posso colocar minha fé em Deus como dependente disso. Critico quem centra a pregação do Evangelho naquilo que não é o centro do Evangelho.

E qual é, a seu ver, o centro do Evangelho?

É o amor na sua profundidade ética. É o amor que consola, que transforma muros em pontes, que quebra preconceitos e resgata a dignidade do ser.

31. DEU PERDA TOTAL – P.T. – NA REFORMA DA PREVIDENCIA

O deputado Rogério Correia (PT-MG) divulgou informe na noite desta segunda-feira (8) revelando que parlamentares governistas estariam se recusando a ir para o cadafalso; eles não têm garantia sequer do pagamento das emendas prometidas, muito menos da reeleição.

Ouçá o áudio de Correia:

<https://www.esmaelmorais.com.br/2019/07/deu-p-t-na-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-veja-e-ouca-por-que/>

32. A campanha Lula Livre não produz resultados

Aldo Fornazieri

Cientista político e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

<https://www.brasil247.com/blog/a-campanha-lula-livre-nao-produz-resultados?fbclid=IwAR0DEAGkl->

[18b4bduKgfnotWsm6Vy7eZpjtsvcYbo7qoFjhWW0fgx0Zaqk#.XSMuEquT7O8.facebook](https://www.facebook.com/18b4bduKgfnotWsm6Vy7eZpjtsvcYbo7qoFjhWW0fgx0Zaqk#.XSMuEquT7O8)

Qual é o problema da campanha “Lula Livre”? Trata-se de uma campanha que prega para convertidos, não conseguiu se traduzir numa campanha de massas e os atos que promoveu foram basicamente de militantes, diz o colunista Aldo Fornazieri

8 de julho de 2019, 07:04 h

- 7

Lula foi a estrela do primeiro programa eleitoral (Foto: Ricardo Stuckert)

A pesquisa do Datafolha acerca da conduta de Sérgio Moro na Lava Jato mostra que 58% dos entrevistados julgam que ela foi grave e inapropriada e 59% avaliam que suas decisões devem ser revistas. Já, 30% acreditam que sua conduta é adequada. Contudo, 55% avaliam que ele não deve deixar o cargo de ministro, contra 38% que gostariam de vê-lo fora do Ministério. Sua avaliação no Ministério caiu de 59% em abril para 52% em julho.

Diante desses números da pesquisa o que se pode dizer é o seguinte: o desgaste que Moro sofreu é significativo até agora por conta das revelações de sua conduta manipuladora como juiz, principalmente no que se refere à condenação de Lula. Os números, porém, não autorizam a conclusão de que Moro está morto politicamente, definitivamente derrotado, como sugerem algumas análises.

Em política não é conveniente decretar a morte de um ator vivo biologicamente. Exemplo disso é o próprio Lula: perdeu três eleições para vencer na quarta. Para que Moro sofra um abalo político maior, duas coisas precisam acontecer: 1) revelações ainda mais contundentes de suas maquinações e de seus crimes; 2) uma campanha mais intensa e mais esclarecedora e didática junto à opinião pública acerca das suas manipulações e violação das leis e da Constituição.